



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA

ANA KAROLINY MARTINS ERNESTO

VER, LEMBRAR E NARRAR:

A conformação das memórias sobre a Ditadura Militar na recepção assistida do audiovisual.

NATAL-RN, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA

ANA KAROLINY MARTINS ERNESTO

VER, LEMBRAR E NARRAR:

A conformação das memórias sobre a Ditadura Militar na recepção assistida do audiovisual.

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Maria Angela Pavan.

Linha de pesquisa: Estudos de Mídia e Produção de Sentido.

NATAL-RN, 2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Ernesto, Ana Karoliny Martins

Ver, lembrar e narrar: a conformação das memórias sobre a ditadura militar na recepção assistida do audiovisual / Ana Karoliny Martins Ernesto. – 2013.

139 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, 2013.

Orientadora: Prof. Dr. Maria Angela Pavan.

1. Amor e Revolução - Telenovela. 2. Brasil – História – 1964-1985. 3. Memória coletiva. 4. Mídia (Publicidade). I. Pavan, Maria Angela. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 316.774

VER, LEMBRAR E NARRAR:

A conformação das memórias sobre a Ditadura Militar na recepção assistida do audiovisual.

ANA KAROLINY MARTINS ERNESTO

DATA ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Angela Pavan

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dra. Josimey Silva da Costa

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Hermano Ferreira

Instituição: _____

*Aos meus pais, Francisco Ernesto e Maria
Cristina e à minha avó, Ana Julieta, que me
ensinaram a lutar por meus sonhos.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, sua graça na minha vida me propiciou chegar até aqui.

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu” (Eclesiastes 3:1).

Este é um momento de gratidão e felicidade na minha vida. Agradeço aos meus pais, Ernesto e Cristina; minha avó, Ana; meus irmãos, Paulo e Daniel, minha cunhada e sobrinho queridos, Ruanda e Ruan. Também à minha amiga Simone Caminha e ao meu querido, Anchieta Campos. O apoio e carinho de vocês não será esquecido.

À Angela, minha orientadora, que me acompanhou em todo esse percurso, que foi minha mestre, amiga, família durante esse período de mestrado. Não fui guiada apenas no caminho do conhecimento acadêmico, mas no da vida. Obrigada, minha linda, por sua companhia e palavras que carregarei sempre comigo.

Aos meus amigos e colegas de curso, William Robson, Gabriela Raulino, Cristina Vidal, Nayana Gurgel, Renato Cordeiro e Euzébia Pontes. Aprendi muito com vocês.

À Taciana Burgos, que me acompanhou nas atividades de docência assistida durante minha atuação como bolsista REUNI. Agradeço seu apoio e orientação, essa primeira experiência em sala de aula foi bastante enriquecedora para meu desenvolvimento profissional e humano.

Aos professores do PPGEM, especialmente àqueles que pude acompanhar mais de perto em aula: Josimey Costa, Juciano Lacerda e Michael Hanke. Obrigada pelas contribuições, críticas e orientação que me auxiliaram a delimitar esse estudo.

E especialmente a três pessoas; Alberto Florêncio, Mery Medeiros e Juliano Siqueira, que concederam as entrevistas para essa pesquisa. Sem a colaboração de vocês ficaria inviável a consecução dessa dissertação.

E por fim, a todos que me apoiaram, torceram, ou contribuíram de algum modo com essa conquista.

*“É impossível falar sobre uma única história sem falar sobre poder. [...] Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas. Tudo realmente depende do poder. **Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la definitiva daquela pessoa**”.*

Chimamanda Adichie, julho de 2009, discurso no Instituto Technology, Entertainment and Design (TED).

SUMÁRIO

	Pág.
Lista de Figuras.....	9
Lista de Tabelas.....	10
Resumo	11
Abstract	12
1 – INTRODUÇÃO.....	13
1.1 – A configuração da memória na recepção da narrativa ficcional: alguns delineamentos da pesquisa.....	13
1.2 – O contexto histórico da telenovela Amor e Revolução: o Regime Militar no Brasil.....	16
1.3 – A telenovela Amor e Revolução: o enredo e o contexto de exibição.....	20
2 – METODOLOGIA.....	24
2.1 – As entrevistas.....	26
2.2 – Os entrevistados.....	29
2.3 – A recepção dos capítulos da telenovela.....	31
2.4 – A análise dos capítulos e das entrevistas.....	33
3 – MEMÓRIA, HISTÓRIA E FICÇÃO AUDIOVISUAL: AS NARRATIVAS E O PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO DO PASSADO.....	35
3.1– A narrativa ficcional e a história: as confluências e a construção da realidade.....	35
3.2 – O fenômeno da memória: a narrativa, o tempo lembrado e o trabalho elaborativo.....	41
3.3 – Refazendo o passado: a memória individual, a memória coletiva e a história....	47
3.4 – O enquadramento e o processo de conformação da memória.....	51
3.5 – Por um passado representado: a memória na ficção audiovisual.....	53
4 – A PERSPECTIVA DA TEORIA DAS MEDIAÇÕES.....	59
4.1 – O sujeito: do paradigma de Lasswell às Mediações.....	59
4.2 – A teoria das Mediações.....	60
4.3 – O uso do conceito “mediação” em algumas teorias da Comunicação e na perspectiva das Mediações.....	61
4.4 – As mediações e a memória.....	64
5 – A RECEPÇÃO – A CONFORMAÇÃO DAS MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA MILITAR.....	68
5.1 – Esquerdas na cidade de Natal: lembranças sobre a militância política durante a Ditadura Militar.....	68
5.1.2 – Alberto Florêncio da Hora, 65 anos, militante do PCR e sindicalista.....	68
5.1.2 – Mery Medeiros da Silva, 68 anos, militante nas Ligas Camponesas e do PCB.....	72

5.1.3 – Juliano Homem de Siqueira, 64 anos, militância no movimento estudantil, no PCB e no PCBR.....	77
5.2 – Análise da narrativa da telenovela Amor e Revolução.....	84
5.2.1 – A narrativa, os conflitos e os personagens.....	84
5.2.2 – Núcleos de personagens/ famílias e trama.....	85
5.3 – Narrativas sobre a ditadura em Natal: espaços e tempos lembrados a partir das imagens da telenovela.....	90
5.3.1 – Dos modos de ver: análises dos entrevistados sobre o enquadramento ficcional.....	90
5.3.2 – Análises sobre os personagens.....	99
5.4 – Mediações na recepção de Amor e Revolução.....	102
5.4.1 – Mediação tecnológica: o exagero e estereotipação como recursos dramáticos em Amor e Revolução.....	102
5.4.2 – Mediações individuais.....	104
a) A idade.....	104
b) A emoção.....	107
5.4.3 – Mediações institucionais: o grupo de militância e os textos históricos.....	113
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
7 – REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE.....	134
APÊNDICE A – Resumo dos capítulos de Amor e Revolução - 05 a 08 de Abril de 2011.....	134
APÊNDICE B – Roteiro para entrevista.....	136

LISTA DE FIGURAS

		Pág.
Figura 1	Família Fiel.....	85
Figura 2	Família Guerra.....	86
Figura 3	Família Paixão.....	87
Figura 4	Casal Batistelli e Jandira.....	87
Figura 5	Núcleo do Jornal.....	88
Figura 6	Núcleo da Repressão.....	88
Figura 7	Núcleo do teatro.....	89
Figura 8	Mário desconfia que José seja um militar infiltrado.....	95
Figura 9	Carlo e Odete são levados para o galpão de tortura.....	97
Figura 10	Filinto ameaça Olívia.....	100
Figura 11	Operação militar mata várias pessoas de um grupo de esquerda....	102
Figura 12	Grupo de agentes do Estado procura Batistelli.....	103
Figura 13	Grupo de teatro faz exercício de improvisação.....	106
Figura 14	Lara e Alice choram e perguntam onde estão seus pais.....	108
Figura 15	Odete é estuprada no galpão de tortura.....	110
Figura 16	Maria discursa para um grupo de estudantes.....	116

LISTA DE TABELAS

		Pág.
Tabela 1	Organização da pesquisa.....	28

RESUMO

Instância construída subjetiva e socialmente, a memória não é um fenômeno natural, mas um espaço de disputa entre várias organizações sociais pelo controle e legitimação de um passado. Com o desenvolvimento da escrita e o advento de novos aparatos técnicos, criam-se novas formas de armazenar e transportar informações. A memória deixa de ser restrita aos limites do aqui e agora do sujeito e passa por transformações. Nesse cenário, as mídias passam a desempenhar um papel importante na publicização e construção de enquadramentos da memória. Este estudo visa analisar a conformação da memória de grupos políticos durante o processo de recepção de ficção audiovisual. Para tanto, um *corpus* de quatro capítulos da telenovela Amor e Revolução foi usado como dispositivo cognitivo para a rememoração. A telenovela, transmitida pela emissora SBT entre abril de 2011 e janeiro de 2012, remontava o início e o desenvolvimento da Ditadura Militar no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Três militantes de filiações comunistas diferentes, que atuaram contra o regime no Rio Grande do Norte e nos estados vizinhos, foram participantes desse estudo. Utilizando o método da história oral, a pesquisa foi dividida em duas etapas: as entrevistas em profundidade, que tratavam da história de vida dos colaboradores com a militância em partidos comunistas e outros movimentos sociais; e a assistência de uma unidade dramática da telenovela Amor e Revolução. Comparando esses dois momentos do estudo, analisamos o fluxo das mediações que entrecruzava as memórias da militância e o enquadramento midiático; os deslocamentos da narrativa de rememoração durante a recepção; a oposição entre a memória representada e as experiências dos receptores.

Palavras-chave: Memória. Recepção assistida. Mediações. Ficção audiovisual.

ABSTRACT

Subjective and socially constructed instance, the memory is not a natural phenomenon, but an area of contention between various social organizations for control and legitimation of a past. With the development of writing and the advent of new technical devices, it creates new ways to store and transport information. The memory is no longer restricted to the limits of the here and now of the subject and undergoes transformations. In this scenario, the media start to play an important role in publicizing and construction of embodiments of memory. This study aims to analyze the conformation of the memory of political groups during the process of receiving audiovisual fiction. For this purpose, a corpus of four chapters of the soap opera *Love and Revolution* was used as a cognitive device for remembering. The television series, broadcast by SBT between April 2011 and January 2012, went back to the beginning and development of the military dictatorship in Brazil, in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. Three militants of various affiliations Communists who acted against the regime in Rio Grande do Norte and neighboring states, were participants in this study. Using the method of oral history, the research was divided into two stages: in-depth interviews, which dealt with the history of life of employees with the militancy in the Communist parties and other social movements, and the assistance of a drive dramatic soap opera *Love and Revolution*. Comparing these two phases of the study, we analyze the flow of mediations that crossed memories of militancy and media framework; shifts the narrative of remembrance during reception, and the opposition between memory and represented the experiences of the receivers.

Keywords: Memory. Assisted reception. Mediations. Audiovisual fiction.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A configuração da memória na recepção da narrativa ficcional: alguns delineamentos da pesquisa.

Mais que o ato de narrar, a permanência de uma história passa por uma questão de poder. Pois não basta ser contada. É preciso ser ouvida. Desse modo, as mídias se posicionam como as maiores contadoras de histórias contemporâneas visto que possuem uma organização que conta com recursos humanos e tecnológicos suficientes para alcançar ampla audiência em um único momento.

Ao tratar do passado, a mídia não oferece apenas uma versão da realidade, mas formas de ver, sentir, pensar e elementos de identificação com o espectador/leitor. O passado não retorna tal como era (condição inviável até mesmo para o discurso histórico), mas se apresenta como poderia ser. É na emoção e no engajamento do público que a narrativa midiática compõe o vivido.

Na ficção audiovisual, o passado encontra tanto os recursos técnicos como a liberdade criativa para reinventar-se. Pollak (1989, p.9) e Hartman (*apud* Gutfreind; Rech, 2011, p.141) defendem o potencial da narrativa audiovisual para captar as emoções e outras dimensões sensoriais da lembrança, como barulhos e cores; permitindo a imersão do receptor.

Mas a memória mais que um discurso sobre o passado, é um espaço de confronto pela legitimidade e perpetuação da tradição, da história de um grupo e do próprio poder. O passado não é consenso. E, certamente, não é um só. As histórias contam do ponto de vista de quem fala ou ainda de a quem é dado o direito de falar.

Assim, quando o passado é tema da ficção audiovisual não entra em jogo apenas a forma como ele é reconstruído, que recursos enunciativos são utilizados ou se ele se assemelha as narrativas dos grupos, mas a dimensão da idealização (BARBOSA, 2011), como o velho se refigura no novo, como as demandas do presente comparecem na reconstituição ficcional.

O processo de recepção também é diferente para aquele sujeito que vivenciou o período retratado e o outro que apenas engaja-se na narrativa, e se reconhece nas situações vividas pelos personagens e nos comportamentos adotados. O receptor/testemunha observa as semelhanças entre a trama e sua própria vida e revira lembranças. A narrativa não é lugar apenas de imersão, mas de rememoração e debate/embate pela memória.

Observando essas questões, investigamos as potencialidades do enquadramento da memória coletiva durante o processo de recepção da narrativa de ficção. Utilizando o audiovisual como operador cognitivo para rememoração, elegemos uma sequência dramática da telenovela *Amor e Revolução*, que tratava da instauração do regime militar no Brasil, desde a tomada do poder até a volta da democracia.

O regime acabou, mas a memória sobre esse período é marcada por mágoas, lutas e o discurso pela justiça. O Brasil é um dos poucos países onde não houve julgamento ou punição para a violência e o desrespeito aos direitos humanos impingidos pelos agentes do Estado e as ações da militância de esquerda.

Durante vários anos, o governo do Estado conseguiu restringir consideravelmente o acesso a documentos oficiais, contribuindo para manter em oculto os excessos cometidos pelo regime e dificultando as investigações sobre desaparecimentos e mortes. Para os militantes (que fizeram oposição ao governo ditatorial), as lacunas sobre o passado guardam a impunidade e, por isso, lembrar é um dever, um modo de honrar os companheiros mortos e de defender os ideais e pautas sociais.

Considerando essa disputa pelo direito à memória, questionamos como a narrativa audiovisual conforma as memórias do receptor/testemunha sobre a ditadura. As lembranças do sujeito são legitimadas? Reordenam-se? Reorganizam-se com a recepção da telenovela? É a narrativa da lembrança a mesma durante a recepção? Que memórias emergem e que memórias desaparecem na versão fictícia e na narrativa do sujeito?

Na telenovela *Amor e Revolução*, o enredo desenrola-se a partir do confronto político-ideológico entre militares e militantes de filiações de partidos comunistas, remontando a disputa pelo poder e as aspirações desses dois grupos. A trama não trata da história de personalidades públicas (com exceção do presidente e político) ou partidos políticos, mas faz alusão a acontecimentos e pessoas conhecidas. Não é, portanto, uma reconstituição que busca fidelidade com o passado.

Entretanto, escolhemos como metodologia assistir os primeiros quatro capítulos dessa telenovela com militantes políticos de esquerda, justamente porque a narrativa remontava vários episódios e situações ocorridas durante a ditadura, retratava as mobilizações dos grupos, e, desse modo, resumia vários aspectos que poderiam ser tratados pelos entrevistados. Para a nossa proposta de pesquisa, as possíveis inconsistências históricas da trama não se configuravam um entrave, porém mais um lugar de debate e rememoração.

Nossa perspectiva era analisar a configuração da memória na recepção do produto audiovisual: 1) observando os modos de o entrevistado ver e narrar o passado ao tratar de sua

história de vida e durante o processo receptivo (as assistências); 2) cotejar as narrativas sobre as histórias de vida e sobre o enquadramento ficcional e identificar no encadeamento das memórias: traços persistentes, diferenciações, inovações e ressignificações; 3) identificar as particularidades da militância comunista e do Regime Militar no enquadramento da narrativa audiovisual e nos relatos de rememoração.

Para a análise, convidamos três militantes de filiações partidárias de esquerda, ligados também a movimentos sociais, que lutavam contra a ditadura na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Os colaboradores eram homens, na faixa etária de 60 anos, residentes de Natal e tiveram suas atuações políticas no RN e nos estados vizinhos.

Cada colaborador tinha uma história de vida e envolvimento com a militância diferente, o que permitia a análise de diversas perspectivas sobre a memória e também sobre o enquadramento da telenovela. Durante a pesquisa, encontramos pouco material bibliográfico sobre esse período aqui no estado (e sobre as militâncias) então outro aspecto considerado na escolha dos entrevistados foi a possibilidade de publicizar essas memórias, visto que a telenovela ambienta os acontecimentos nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo (a ditadura se instaurou com características diferentes em todo o país) e os entrevistados poderiam comparar suas experiências com o enquadramento ficcional.

Com esse recorte de pesquisa, buscamos dar continuidade a estudos realizados e trazer contribuições às pesquisas sobre recepção, e a relação entre o enquadramento representado pelos meios de comunicação e as memórias do sujeito. Bonin (2009) analisou o trabalho de mediação das memórias de identidades culturais (italianos) na recepção de telenovela. A proposta deste estudo é pensar nesse trabalho mediador da telenovela na configuração da memória quando a representação do passado abarca disputas por legitimidade nos relatos oficiais.

Partimos da perspectiva que a memória é uma construção simbólica sobre o passado, sob o olhar do presente e em constante movimento e atualização, acompanhando as mudanças na sociedade e nos grupos que dela se empoderam; e é também um lugar de disputa desses grupos por legitimidade, transmissão e perpetuação no espaço público.

1.2 O contexto histórico da telenovela Amor e Revolução: o Regime Militar no Brasil.

O Regime Militar no Brasil durou vinte e um anos, tendo seu início em 1º de Abril de 1964. Predomina na memória sobre o período o embate ideológico e os confrontos armados entre dois grupos: os militares (que assumiram o poder, após a deposição do presidente João Goulart) e a esquerda comunista em suas várias filiações, particularmente, aquelas que defendiam a guerrilha como caminho para a redemocratização do país.

O governo de João Goulart foi conturbado desde seu início, tanto política como economicamente. João tinha se candidatado para vice na chapa do PTB, mas, naquela época, vice e presidente concorriam separadamente. Assim, ele elegeu-se para vice e seu opositor, Jânio Quadros, para presidente.

Em meio a uma crise política, Jânio renuncia ao cargo com a intenção de fortalecer seu poder, acreditando que Goulart não seria empossado, por ser herdeiro da política nacionalista do ex-presidente Getúlio Vargas. Entretanto, o Congresso Nacional aceita a renúncia, mesmo existindo resistência por parte da maioria da alta hierarquia militar (TRINDADE, 2010, p.243). Goulart assume, após várias manifestações públicas, mas com poderes limitados, devido a uma imposição do estabelecimento do sistema parlamentarista no país.

Assim, apenas em janeiro de 1963, o sistema presidencialista retorna, através de um plebiscito. Nesse período, instala-se no Brasil uma crise econômica, por causa da inflação crescente. O governo propõe um plano econômico para conter a crise, o Plano Trienal, que na prática ficou insustentável. O plano propunha “um ritmo anual de crescimento de 7% e a redução da inflação à taxa de 10%, juntamente com a sistematização das ‘Reformas de Base’ que deveriam atingir quatro áreas: administrativa, financeira, tributária e agrária” (ARNS, 1985, p.18-19), mas três meses depois, o projeto tem forte oposição no Congresso.

Aliado a isso, o investimento estrangeiro cessava, e os Estados Unidos adotam uma política de suspender empréstimos ao governo federal, restringindo sua assistência a estados com governadores anti-Jango. A balança de pagamentos fica comprometida, as mobilizações sociais aumentam e o cenário interno fica dividido entre os que defendiam mudanças estruturais e aqueles que as viam como aproximação do governo com a esquerda comunista.

De acordo com Arns (1985, p.17-18), nesse momento, os trabalhadores da indústria conseguem se mobilizar, reunindo sindicatos em torno da bandeira das Reformas de base e com o intuito de formar o Comando Geral de Trabalhadores. Na cidade, estudantes, artistas, setores das classes médias urbanas engrossam o debate por modificações nacionalizantes,

reformas de base e mudanças na estrutura educacional. E no campo, crescem as campanhas pela distribuição de terra, principalmente no Nordeste, e as Ligas Camponesas ganham força.

Já outros setores da sociedade brasileira discordam e criticam a administração do Executivo. A elite receia o estabelecimento das reformas, principalmente, a agrária, que mudaria a organização da posse da terra. Junto a ela, parte da Igreja Católica teme um avanço do movimento comunista, enquanto, os militares acreditam que o avanço das mobilizações populares está sendo influenciado pelo movimento – que estaria se organizando para implantar um sistema socialista no Brasil e buscando o apoio da sociedade – e é uma tentativa de subverter a ordem, como mostra a análise de Maciel e Nascimento¹ (2013):

Naquela época, os comunistas dominavam diversos sindicatos das áreas de comunicações e de transportes e estavam infiltrados nos sindicatos de bancários e dos empregados nas indústrias [...] Coerente com o princípio marxista-leninista de que a classe operária era o principal agente da revolução, o PCB sempre procurou conduzi-la através de suas entidades representativas, os sindicatos, as federações e as confederações, dominando-as ou infiltrando-as. [...] O grande objetivo nessa área, entretanto, era o de criar um organismo centralizador, a fim de desencadear as greves gerais, transformando-as em instrumento de pressão política (MACIEL; NASCIMENTO, 2013, p.59,60).

Já no contexto internacional, o mundo divide-se em dois grandes blocos com suas respectivas áreas de influência: um comandado pelos Estados Unidos (bloco capitalista) e outro, pela União Soviética (bloco socialista). A partir de 1959, após a Revolução Cubana e a aproximação entre Cuba e União Soviética, os Estados Unidos temem perder sua hegemonia na América Latina e, para garantir que os países da região continuassem como aliados, passa a apoiar e patrocinar golpes militares (BRASIL, 2007, p.19).

Jango havia retomado as relações diplomáticas com a União Soviética em 1961 e adotado uma política de neutralidade em relação a Cuba. O que é entendido pelos Estados Unidos como o sinal de uma aproximação entre o presidente e o comunismo.

Desse modo, com o apoio dos Estados Unidos, empresários, uma parcela da classe média, entidades da sociedade civil, órgãos representativos do poder econômico nacional, parte da alta cúpula da igreja católica e ainda de importantes órgãos de comunicação de massa, as forças armadas articulam o golpe e depõem o presidente João Goulart, dando início ao Regime Militar que segue até 1985.

¹ “Tentativas de Tomada do Poder” é um dos poucos livros que analisa o período através da perspectiva dos militares. Os autores são militares aposentados. Lício Maciel é tenente coronel. José Nascimento é tenente reformado. O livro, organizado nos últimos anos da ditadura, só foi lançado recentemente. Tratamos mais sobre o contexto dessa publicação na página 52.

A partir desse momento, os militares, sob o comando do país, adotam uma estratégia de contenção do comunismo: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que se constitui, basicamente, em um marco legal para justificar o aparato repressivo de controle da vida pública que viria a ser organizado ao longo dos primeiros anos da ditadura (BRASIL, 2007, p.22).

A Doutrina indicou que o país não toleraria qualquer antagonismo com o novo governo, onde a vontade da Nação e do Estado foi identificada com a vontade do regime. Na prática, isso significou um estado de guerra interna, no qual o inimigo poderia ser qualquer um que se colocasse contra o governo e seus objetivos. Em nível interno, são criados órgãos de informação e repressão contra os adversários e decretadas Leis de Segurança Nacional sob a forma de Decretos-Leis. Em nível externo, o Brasil e os países vizinhos - Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia – mantêm uma rede de informação conjunta, com o objetivo de desarticular os movimentos de esquerda e exterminar subversivos em qualquer ponto do continente: a operação Condor.

Sob a justificativa de proteger e livrar o país do comunismo foram promulgados Atos Institucionais (AI), que serviram como instrumentos para o governo punir e perseguir aqueles que considerava seus opositores, e controlar as mobilizações sociais. Os atos demarcaram uma série de leis arbitrárias que legitimavam o poder estabelecido.

De acordo com a análise de Mezarobba (2010), os atos Institucionais suspenderam as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, permitiu a investigação de suspeitos e a demissão ou dispensa de servidores civis ou militares, retiraram o direito a eleições presidenciais diretas, extinguíram partidos políticos e censuraram os meios de comunicação. O mais discutido, o AI5, “concedeu ao Presidente da República poderes para fechar provisoriamente o Congresso Nacional, intervir nos estados e suspender direitos individuais e a garantia ao *habeas corpus*. No chamado ‘golpe dentro do golpe’ [...]” (MEZAROBBA, 2010, p.8).

Desse modo, na memória sobre a Ditadura se destaca, de um lado: 1) a supressão dos direitos civis e a repressão violenta àqueles que lhe fizeram oposição, e o do outro, 2) a atuação de vários grupos em oposição ao regime, oriundos de filiações políticas comunistas (que foram colocadas na clandestinidade durante esse período) ou de movimentos sociais, como os sindicatos e as ligas camponesas; grupos que defendiam o retorno da democracia, protestando pacificamente ou montando grupos de guerrilha. Pessoas que por seu posicionamento ideológico e político (ou por ter algum vínculo com pessoas ligadas a esses movimentos) foram presas, torturadas, assassinadas pelos agentes do governo ou

simplesmente desapareceram, não sendo deixado qualquer vestígio acerca de sob quais circunstâncias.

No processo de redemocratização do país, houve uma política (ainda que não explícita) de esquecimento das violências cometidas por parte dos agentes militares. As políticas implementadas pelo novo governo (e pelos subsequentes) tinham caráter de reparação para àqueles que sofreram a violência do Estado, e durante muito tempo, impediram-nas de investigar e esclarecer os eventos ocorridos, particularmente, no que se refere a mortes e desaparecimentos. Só nos últimos anos, esse quadro vem se modificando.

Segundo Mezarobba (2010, p.11, 12), aprovada em 1979, a Lei n.6.683, ou Lei da Anistia, promoveu o perdão para ambos os lados, não atendendo as principais reivindicações dos perseguidos políticos e/ou dos seus familiares. Seu caráter inicial era de conciliação. A Anistia significava uma tentativa de restabelecimento entre militares e opositores do regime, entretanto, o que acabou deixando em aberto às questões em torno das violações aos direitos humanos.

Ainda de acordo com Mezarobba (2010, p. 13, 16), as principais demandas dos opositores ao regime eram referentes ao conhecimento da verdade, “(a revelação das condições em torno dos crimes), a apuração das responsabilidades dos envolvidos e a localização e identificação dos despojos das vítimas”. Entretanto, não houve punição. O que ocorreu foi: 1) Uma reparação econômica àqueles que de algum modo foram forçados a se afastar de suas atividades profissionais, por punição ou ameaça de punição; 2) O reconhecimento do Estado de sua responsabilidade quanto aos crimes cometidos por seus agentes, por meio das Leis n.9.140 (Lei dos desaparecidos, sancionada 1995) e Lei n.10.5595, sancionada em 2001.

Contudo, se os militantes da esquerda não tiveram êxito em responsabilizar e punir judicialmente os agentes do Estado encontraram na disseminação de suas memórias um caminho para denúncia dos excessos cometidos e reafirmação dos ideais dos grupos de militância. Nas narrativas sobre os porões da Ditadura, sobre os lugares de exílio, sobre os companheiros no confronto com o governo de exceção, a memória encontra espaço de denúncia e também de conselho: que os abusos não sejam repetidos “nunca mais”. As lembranças aparecem, então, como dever: os vivos falam pelos mortos, ecoam a voz dos que foram impedidos de falar. A memória persiste enquanto os valores estão vivos no discurso e são traduzidos nas formas de se contar os acontecimentos.

1.3 A telenovela *Amor e Revolução*: o enredo e o contexto de exibição.

Amor e Revolução é uma telenovela brasileira, escrita por Thiago Santiago, produzida pela emissora SBT e transmitida no período de 5 de abril de 2011 a 13 de janeiro de 2012. Foi exibida de segunda a sexta no horário das 22hs15min e teve 204 capítulos. A trama se passava nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e tinha o seu início no ano de 1964, contextualizando o período que vai da tomada do poder pelos militares até a abertura política no Brasil.

A transmissão da novela coincidiu com um período em que o debate sobre o regime militar e as questões éticas e jurídicas deixadas em aberto volta a emergir no âmbito artístico, acadêmico e nas políticas adotadas pelo governo federal. *Amor e Revolução* foi lançada pouco antes da efetivação da Comissão Nacional da Verdade, que investiga violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988 (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2013). Representando os antagonistas políticos, a telenovela acabou trazendo também a discussão sobre o direito à memória.

Durante anos o acesso aos arquivos oficiais da repressão foi limitado pelo governo, dificultando as investigações por parte dos familiares de mortos ou desaparecidos que faziam parte da oposição ao regime. Segundo Souza (2009, p.81-82), ao final de seu governo o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou o Decreto nº 4.553 que ampliou o prazo de abertura dos documentos sigilosos do Estado de 30 para 50 anos e ainda deixou em aberto a possibilidade de renovação do prazo por tempo indeterminado.

A despeito da política adotada pelo governo, os acontecimentos relacionados aos confrontos durante a ditadura militar ganharam espaço na produção intelectual e artística nacional. Analisando o acervo bibliográfico sobre o Regime Militar desde 1964 a 2009, Wainberg (2010, p.50-52) evidencia uma intensificação nos estudos acadêmicos sobre o período. O autor contabilizou 347 obras publicadas (livros, dissertações e teses), dentre as quais 259 foram publicadas entre 2000 e 2009. A maioria das publicações tinha caráter de intervenção, testemunho ou denúncia e aborda a ótica da esquerda.

No âmbito do audiovisual, essa tendência de tratar este período a partir desta ótica permanece também no cinema², como é o caso dos filmes; *O Que é Isso Companheiro?* (1997), *Cabra Cega* (2005) e *Batismo de Sangue* (2007). Já na dramaturgia televisiva poucas vezes a ditadura foi representada. Em nossa pesquisa, foram encontrados apenas cinco

² Conforme Wainberg (2010, p.55), entre 1964 e 2007 haviam sido produzidos 46 longas-metragens sobre o tema, sendo que, desse total, 20 eram do período de 2000 a 2007.

produções: a minissérie *Anos Rebeldes* (1992), a telenovela *Dona Anja* (1996), a telenovela *Cidadão Brasileiro* (2006, segunda fase), a telenovela *Senhora do Destino* (2004 a 2005, apenas a primeira fase) e a minissérie *Queridos Amigos* (2008). Antes disso, algumas novelas trataram metaforicamente do assunto com críticas veladas ou mais escancaradas, como afirma Trindade (2011).

Em *Dona Anja*, o tema aparece como secundário e em *Cidadão Brasileiro* e *Senhora do Destino*, como ambiência de uma fase da trama, marcando um momento da vida dos protagonistas. Já *Queridos Amigos* mostra um reencontro de antigos amigos afastados por razões políticas ou amorosas, dentre os quais alguns militantes políticos. O eixo principal dessa minissérie centra-se nos relacionamentos afetivos e também não aborda mais efetivamente as questões sobre o Regime Militar.

A minissérie *Anos Rebeldes* aborda o período de 1964 a 1979, no Rio de Janeiro e volta-se para “a luta contra o regime militar brasileiro a partir do romance entre dois jovens com projetos de vida diferentes” (MEMÓRIA GLOBO, 2013, p.1): Maria Lúcia, avessa à militância política e apaixonada por João Alfredo, jovem que se sensibiliza com as questões sociais e que atua no movimento estudantil.

Devido às divergências, o casal acaba tomando caminhos diferentes. Maria Lúcia casa-se com outro rapaz e João segue na luta armada e acaba se exilando do país. A minissérie utiliza manchetes de jornais e cenas documentais para situar passagens de tempo e painéis documentais em preto e branco, constituídos através de uma extensa pesquisa em imagens de época, fotografias e recortes de jornais (MEMÓRIA GLOBO, 2013). Tanto pelo enredo quanto pelos recursos técnicos e o contexto de exibição, *Anos Rebeldes* guarda algumas semelhanças com *Amor e revolução*.

O enredo principal é constituído pelo romance vivido entre José Guerra, militar que defende os ideais de democracia, e Maria Paixão, guerrilheira e líder do movimento estudantil – uma relação conturbada pela posição política de ambos e pela oposição de seus familiares.

José tem Mário Luz como rival. Ele é jornalista e autor de teatro, e, apaixonado por Maria não admite que um militar conquiste a amada. Em paralelo a esse triângulo amoroso estão Batistelli e Jandira, casal de comunistas guerrilheiros que participa de ações armadas, como expropriações e sequestros de autoridades internacionais, e são perseguidos por agentes do Estado desde o início do golpe.

No núcleo do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS estão o médico Doutor Ruy, que trabalha no hospital militar e acoberta as torturas com falsas autópsias; e o delegado Aranha, o inspetor Fritz, o Major Filindo Guerra e o General Lobo Guerra,

autoridades da repressão que comandam ações de perseguição, efetuam prisões e torturas contra comunistas e possíveis informantes, como familiares, amigos e colegas de trabalho.

A novela também possui núcleos em um teatro e em um jornal. No teatro trabalham Mário Luz, Chico Duarte, Stela, Nina, Miriam e Beto, grupo de atores que defende a democracia, mas possui ideologias distintas. No jornal trabalham Thiago Paixão, jornalista e comunista; Marina, dona do jornal, que sofre com a censura por fazer oposição ao governo; Marcela, advogada de Marina (apaixona-se por ela), costuma ajudar o pessoal do jornal nas lutas contra a ditadura; e Mário Luz.

Entre os principais temas discutidos pela novela estão: 1) a luta pelo retorno da democracia no Brasil, pelos direitos humanos e por liberdade de expressão, 2) a repressão contra as pessoas que se opunham ao regime, 3) o engajamento político nos movimentos estudantil e artístico. Outros temas abordados são “as mudanças comportamentais na década de 60, como a liberação da mulher após a pílula, o feminismo, o movimento hippie, a cena teatral e musical, as transformações provocadas pela moda, entre outras revoluções culturais [...]” (SESSÃO TV, 2011, p.1).

A novela foi considerada violenta, principalmente pelas cenas prisões e tortura, que foram consideradas “fortes” e acabaram sendo reduzidas por exigência da emissora (BONDE, 2011). Logo na cena inicial do primeiro capítulo, um grupo de jovens discute sobre a possibilidade de fazer uma Revolução Socialista no Brasil e é alvejado por tiros vindos de homens encapuzados.

Ao final de cada capítulo era exibido um depoimento de pessoas que tiveram envolvimento em movimentos contra e a favor do regime; como comunistas que atuaram na luta armada, participantes do movimento estudantil e militares aposentados. Entretanto, os depoimentos dos militares ocorreram em número reduzido, pois, a maior parte da categoria preferiu não dar relatos, a despeito dos convites da emissora que, por fim, retirou-os do ar sob o pretexto que estaria sendo parcial ao ouvir e exibir apenas um dos lados.

A novela mencionou ainda alguns episódios de conhecimento público tanto como pano de fundo, como em referências nos diálogos dos personagens. Tal como em *Anos Rebeldes*, algumas passagens de tempo são marcadas com legendas e imagens de arquivo da época. Alguns dos acontecimentos mencionados são: 1) o discurso do presidente João Goulart prometendo as reformas de base em 13 de maio de 1964; 2) uma das agremiações da marcha da família com Deus pela liberdade³; 3) a deposição do governo de João Goulart e a tomada

³ Essas marchas consistiam em uma série de manifestações públicas em resposta a um comício realizado pelo presidente João Goulart, anunciando o programa governamental de reformas de base. Elas eram organizadas por

de poder; 4) um incêndio da União Nacional dos Estudantes; 5) o comício de 25 de janeiro de 1984 pelas Diretas já, na praça da Sé, em São Paulo.

Outras situações apresentadas de modo fictício, sendo vivenciadas pelos personagens principais: 1) discursos e manifestações de estudantes; 2) torturas e prisões; 3) movimentações e encontros dos comunistas, como desapropriações (ou roubos) e sequestros de autoridades militares em troca da liberdade de presos políticos; 4) sequestro e apropriação de crianças, filhas de comunistas, por parte de militares⁴; 5) um encontro de um embaixador americano com um chefe militar certificando o apoio dos Estados Unidos para a instalação do regime ditatorial no Brasil.

setores do clero e entidades femininas e congregaram “segmentos da classe média, temerosos do ‘perigo comunista’ e favoráveis à deposição do presidente da República” (LAMARÃO, 2012, p.1).

⁴ Essa situação aparece logo nos primeiros capítulos, embora não tenha sido uma prática generalizada no Brasil. Quadrat (2003) relata que casos de apropriação foram comuns nas ditaduras do Uruguai e Chile.

2 METODOLOGIA

Toda pesquisa é sempre o resultado de reflexões e planejamento. O objeto de pesquisa não é um fato em si mesmo, extraído diretamente da realidade, mas uma construção teórica feita pelo investigador a partir de um conjunto de decisões reflexivas e éticas envolvendo a observação, esquematização e interpretação de um fenômeno social.

O trabalho de investigação não é um processo estático e mecânico. A metodologia não é um receituário cristalizado de passos a serem dados. Os objetos observados não são algo inerte. Eles podem interagir com o observador e reagir a suas interpretações, modificando o cenário observado.

Nas Ciências Sociais Aplicadas, onde o campo da Comunicação se inscreve, o objeto é dinâmico e mutável, pois os problemas estudados “são fenômenos históricos, institucionais, relações de poder, classes sociais, manifestações culturais etc. E o que muda não é somente o dado ou o objeto, mas as próprias ‘verdades’ e ‘comprovações’ produzidas por essas ciências se relacionam com o processo histórico” (LOPES, 1994, p.30).

Desse modo, o desenho da pesquisa deverá considerar alguns fatores; como a corrente teórica a ser utilizada e suas premissas, a natureza do objeto, as indagações que orientam a investigação, a competência metodológica do pesquisador, e os desafios encontrados durante o percurso.

Como o objetivo era compreender o processo de conformação da memória na recepção da ficção audiovisual, uma amostra de quatro capítulos da telenovela *Amor e Revolução* – que reconstituía o período da Ditadura Militar através da perspectiva de dois antagonistas políticos: militantes de filiação partidária comunista (ou revolucionários, como eles se denominavam) e agentes do Estado (militares) – foi utilizada como recurso cognitivo para evocar lembranças sobre esse passado.

Para contribuir com esse estudo, foram convidadas pessoas (homens) que quando mais jovens foram membros de militâncias de esquerdas na cidade de Natal - RN durante esse período. Os convidados assistiram a sequência de capítulos escolhida e participaram de entrevistas. O pensamento teórico que norteou essa investigação foi a Teoria das Mediações, desenvolvida por Martín-Barbero (2009) e problematizada também por Orozco Gómez (1996), Lopes, Borelli e Resende (2002).

O estudo em questão está inserido em um viés qualitativo, descritivo e analítico. É descritivo e qualitativo, porque visa obter dados descritivos através da interação e contato

direto do pesquisador com o fenômeno de estudo. É analítico devido ao trabalho de reflexão e interpretação dos dados e o cotejamento deles com a teoria.

É de cunho qualitativo também porque o pesquisador procura a compreensão do fenômeno, de acordo com as perspectivas dos sujeitos envolvidos na situação analisada, neste caso; o lugar da ficção audiovisual na configuração e representação de uma memória acerca da Ditadura Militar Brasileira a partir da subjetividade dos entrevistados.

A pesquisa é qualitativa, pois se interessa pela “variedade dos pontos de vista no assunto em questão, [...] e especificamente o que fundamenta e justifica estes diferentes pontos de vista” (GASKELL, 2002, p.68).

O que se busca são informações sobre as opiniões, atitudes, hábitos, crenças, escolhas, valores, representações, enfim, as características de um determinado grupo. Por isso, o trabalho de investigação envolve um número reduzido de pessoas.

Concernente aos métodos utilizados, foram elencados o método indutivo e a História Oral. De acordo com Lakatos e Marconi (2002, p.83), a escolha do método é de suma importância porque ele caracteriza o rigor da atividade científica, constituindo o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem o alcance dos objetivos, traçando o caminho a ser percorrido, detectando erros e auxiliando na tomada de decisões.

O método indutivo parte de dados particulares, suficientemente observados constatados, para inferir uma verdade universal (LAKATOS; MARCONI, 2002). Ele compara e aproxima fatos e fenômenos para relacioná-los e alcançar conclusões generalizadas, visando à ampliação de conhecimentos.

Para este estudo, a análise das representações sobre a Ditadura a partir das histórias de vida dos militantes foi fundamental para investigar sobre constituição da memória quando enquadrada pela mídia. As narrativas dos sujeitos despontavam de um contexto particular (suas experiências como militantes políticos) e local (o contexto do Regime Militar, na cidade de Natal – RN), enquanto o enquadramento feito pela narrativa ficcional exibia uma representação generalizada (a Ditadura, no Brasil), situando os grandes centros, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, como lugares onde a disputa política se acirrava.

Já, a História Oral utiliza como fontes os depoimentos de pessoas sobre suas histórias de vida⁵ e acontecimentos passados ou contemporâneos. Colhida por meio de entrevistas de

⁵ Na conceituação de Queiroz (1991), esse tipo de técnica é chamado de depoimento, pois, o colaborador responde número limitado de perguntas do entrevistador sobre a sua vida. Existe outra técnica chamada história de vida ou, ainda, narrativa biográfica em que o pesquisador faz somente uma ou uma série entrevistas desestruturadas na intenção de que o entrevistado relate toda a sua história de vida ou parte dela (como a infância). Geralmente, o investigador faz uma pergunta inicial bastante ampla e não solicita explicações sobre as

variada forma, “pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo [...]” (QUEIROZ, 1991, p.5).

Unindo esse método à pesquisa bibliográfica foi possível comparar as particularidades das representações sobre a Ditadura nas narrativas dos diversos agentes sociais envolvidos na constituição da memória (os relatos históricos, as memórias dos receptores e o enquadramento realizado pela ficção audiovisual) e analisar como estas narrativas se entrecruzavam no processo de recepção.

Segundo Thompson (2002), a História Oral traz várias contribuições para estudos relativos à história, pois amplia as informações sobre acontecimentos específicos, garante confiabilidade nas pesquisas onde existem registros com informações inadequadas ou enganosas, possibilita a pesquisa em relação a temas onde não há registros ou as fontes se não são satisfatórias, estabelece ligações entre o tema tratado e outros processos de mudança social e dá nova dimensão à história de comunidades e/ou grupos sociais de minorias ou à margem do poder, ou que são frequentemente são perseguidos ou documentados de maneira insidiosa. Para operacionalização desse método foram utilizadas as reflexões de Thomson (2007) e Thompson (2002) e a técnica de entrevista em profundidade.

2.1 As entrevistas

A entrevista em profundidade é uma técnica de pesquisa qualitativa em que o pesquisador pede a um sujeito uma descrição ou posicionamento acerca de determinado assunto, no qual este tem alguma propriedade. Para este estudo, foram entrevistados três informantes. Ao todo, foram sete entrevistas; três do tipo semiestruturadas e temáticas - em que um roteiro-guia de questões é utilizado podendo ser alterado de acordo com o andamento da entrevista – e quatro entrevistas desestruturadas.

A organização da entrevista⁶ fundamentou-se nos objetivos da pesquisa, considerando os conhecimentos relacionados à Ditadura, a corrente teórica utilizada e a situação de entrevista, que servia como base para o diálogo. Desse modo, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas e quatro desestruturadas, que aconteceram após a assistência dos capítulos. Os instrumentos de coleta de dados foram o gravador de áudio e as anotações.

ações ou desejos mencionados no relato. O que se busca é que o entrevistado revele, “através do vocabulário cotidiano, o significado das experiências vividas por ele mesmo” (FANTON, 2012, p.532, 533).

⁶ O roteiro consta no Apêndice B.

Segundo Queiroz (1991), a gravação de áudio é útil para diminuir o possível desvio trazido pela intermediação do investigador. Entretanto, ela traz um empobrecimento ao relato, pois perde a expressão do entrevistado. Dessa forma, as anotações são um recurso para amenizar essa perda. Elas incidem sobre questões centrais, detalhes não verbalizados, comentários e outros pontos que poderiam ser considerados essenciais e que, sem esse registro, poderiam ser esquecidos na análise.

Assim, para a sistemática da coleta de dados foram organizados cinco encontros com cada entrevistado na residência deles, além das primeiras conversas e o momento de oficialização, no qual as negociações sobre as datas e horários dos demais encontros foram definidas; e quando os objetivos e a proposta deste trabalho foram explicitados; e o documento que autorizava a gravação de áudio e a divulgação dos depoimentos foi assinado.

O primeiro encontro de pesquisa foi reservado para uma entrevista sobre a história de vida dos sujeitos, suas experiências pessoais e seu envolvimento com o grupo de militância política. O roteiro continha trinta perguntas, porém não foi completamente seguido. Por vezes, o entrevistado já antecipava algumas das respostas.

A entrevista sobre história de vida também relacionava as memórias dos sujeitos, ao seu cotidiano e às comunidades afetivas, das quais ele participa em sua vida atual.

um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim uma testemunha ou ator da história), **não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento**, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade. Essa versão é não só legítima, devendo como tal ser reconhecida [...] como também indispensável para todo historiador do tempo presente (ROUSSO, 2006, p.98. Grifo nosso).

Conforme o colaborador falava de suas experiências e estas revelavam algumas particularidades foram acrescidas outras questões que se mostravam relevantes à pesquisa. Essas entrevistas duraram, em média, duas horas. Conforme Gaskell (2002, p.68), cabe “ao pesquisador ser atento e flexível para modificar o roteiro se necessário quando temas importantes aparecerem na discussão, ou quando questionamentos antes considerados pertinentes se mostrarem inócuos ao progresso do debate”.

A tabela a seguir mostra as datas de horários em que ocorreram os encontros.

Colaborador	Entrevista/Assistência	Data
Alberto Florêncio da Hora (65 anos*)	História de vida	24/11/11
	Capítulo 1	14/02/12
	Capítulo 2	08/03/12
	Capítulo 3	13/03/12
	Capítulo 4	21/03/12
Mery Medeiros da Silva (68 anos)	História de vida	15/11/11
	Capítulo 1	13/01/12
	Capítulo 2	18/01/12
	Capítulo 3	19/01/12
	Capítulo 4	23/01/12
Juliano Homem de Siqueira (64 anos)	História de vida	23/10/12
	Capítulo 1	08/11/12
	Capítulo 2	27/11/12
	Capítulo 3	15/01/2013
	Capítulo 4	06/02/2013
Observações: 1) Todas os encontros com Alberto ocorreram à tarde, no horário entre às 14hs e 17hs. 2) Os encontros com Mery ocorreram pela manhã, entre 9h30min e 11h40min, com exceção do primeiro capítulo, que foi visto à tarde, entre 15h30min e 17h30min. 3) Todos os encontros com Juliano ocorreram pela manhã, entre 10hs e 11h40min. *Idade do colaborador no período da entrevista.		

Tabela 1: Organização da pesquisa.

Nos encontros subsequentes ocorreu a assistência dos quatro capítulos iniciais de *Amor e Revolução* na íntegra⁷, e, em sequência, e as entrevistas desestruturadas sobre a telenovela; com poucas questões (quatro ou cinco) e que se assemelhavam mais a uma conversa, pois o diálogo prosseguia de acordo com o interesse do entrevistado. Foi observado que, nas entrevistas sobre a história de vida, os colaboradores se mostravam mais preocupados em passar de detalhes sobre suas lembranças e acontecimentos relativos aos grupos de militância, enquanto nas entrevistas pós-assistência havia um tom maior de informalidade.

De acordo com Duarte (2010), o pesquisador deve transmitir confiança e naturalidade ao entrevistado para que este se sinta à vontade durante o processo, evitando a emissão de julgamentos e de posicionamentos pessoais durante a conversa para não induzir o sujeito a determinadas respostas, de modo que o comportamento e as falas do sujeito não sejam afetados pela presença do investigador.

No último dia de assistência, eram feitas duas entrevistas; uma sobre a história deles com os meios de comunicação e com as telenovelas, abrangendo um roteiro de onze questões, e a outra, depois de ver o último capítulo, sobre *Amor e Revolução* envolvendo os quatro

⁷ Esses capítulos compunham a unidade dramática da primeira semana de transmissão de *Amor e Revolução*, visto que a telenovela era exibida de segunda à sexta, mas a estreia ocorreu em uma terça-feira.

capítulos. Para facilitar o diálogo, foram expostas fotos identificadas com os nomes de todos os personagens presentes nos capítulos assistidos, de modo que se o entrevistado pudesse recorrer às imagens, caso quisesse se referir a algum deles e não lembrasse o nome.

Determinamos que as entrevistas temáticas fossem semiestruturadas, porque esse tipo de entrevista conjuga flexibilidade e, simultaneamente, um roteiro de controle para o pesquisador. As questões dependem dele, mas qualidade das respostas e a dinâmica da entrevista dependem do entrevistado (DUARTE, 2010).

Essa técnica também auxilia no processo de demarcação das categorias analíticas, que são identificadas tanto no roteiro-guia da pesquisa quanto no marco-teórico das mediações, permitindo a comparação entre as respostas e ainda a união de aspectos distintivos nos resultados, propiciando uma visão ampla do objeto em questão (GOMÉZ, 1996). Já as entrevistas desestruturadas ocorriam de acordo com a dinâmica de cada entrevistado. Algumas vezes, eles conversavam enquanto o capítulo era exibido e retomavam observações anteriores. Esse tipo de entrevista possibilitava que o colaborador tratasse mais dos caracteres da narrativa que tinham lhe chamado à atenção.

2.2 Os entrevistados

Quanto à escolha dos entrevistados, a amostra foi não probabilística do tipo intencional, quando o processo depende do julgamento do pesquisador e não de sorteio a partir do universo (DUARTE, 2010). É intencional, pois para a seleção foi considerada a experiência dos sujeitos e o conhecimento deles a respeito do tema tratado.

O contato com os colaboradores ocorreu através de familiares e amigos próximos deles. Os critérios de para seleção basearam-se nos fins da pesquisa. Como o objetivo, era analisar a conformação da memória, procuramos informantes que tivessem algum envolvimento com a militância de esquerda durante o período abordado pela narrativa ficcional.

Para Orozco Gómez (1996), o que interessa em uma pesquisa qualitativa é a suficiência comparativa, ou seja, a formação de um grupo de indivíduos participantes diversos entre si quanto ao objeto investigado e que possam oferecer tantas nuances sobre ele quanto possível. Desse modo, “a partir de comparações se analisa o distintivo de cada componente e logo unindo os aspectos distintivos se obtém uma visão mais ampla do objeto analisado” (GOMÉZ, 1996, p.25).

Ainda com relação à seleção, observamos que mesmo entre as filiações de partidos de esquerda existiam diferentes formas de luta, que variavam também quanto aos espaços de atuação política e aos movimentos sociais a que se vinculavam, por isso, consideramos também essa variedade de militâncias. Dois dos entrevistados eram ligados a filiações que defendiam o caminho pacífico, através da conscientização da população (Alberto e Mery). Já, o outro informante participou de dois partidos (Juliano). Um que defendia a luta sem armas e outro que sustentava que o confronto armado era necessário para o retorno da democracia.

Quanto às mobilizações sociais, cada um tinha uma ligação diferente. Alberto participou do movimento sindical. Mery de uma liga camponesa e do movimento estudantil. Já, Juliano foi do movimento estudantil. Quanto à abrangência de ação das filiações que eles participavam, os partidos de Alberto e Mery organizavam suas atividades no RN e estados vizinhos, enquanto o partido de Juliano atuava não em alguns estados do nordeste e no Rio Janeiro.

Consideramos também outros aspectos em comum. Todos os entrevistados participaram de ações em Natal, os três passaram por experiências de desrespeito aos direitos civis e violência (prisões e tortura), além de que eles terem uma faixa etária próxima: Alberto, 65 anos; Mery, 68 anos; e Juliano, 64 anos. Bosi (1996) e Halbwachs (1990) refletem sobre a interferência de idade nas formas de se relacionar com o tempo e o espaço.

Bosi (1996) assinala que a cada período o ser humano tem uma intenção diferente sobre a vida. A autora defende ainda que na velhice o sujeito possui quadros sociais mais definidos e seria o tempo da reflexão e da lembrança. Dessa forma, as vivências dos entrevistados tinham pontos de intersecção e de singularidade, podendo trazer diferentes contribuições à investigação.

Gaskell (2002, p.71) sustenta que há um número limitado de interpelações, ou versões da realidade e ainda que “as experiências pareçam únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais”. Assim, em uma investigação realizada com uma quantidade maior de pessoas os posicionamentos tendem a se repetir, o que dispende tempo e acaba não se traduzindo em contribuições relevantes.

Já, no que diz respeito ao enquadramento da narrativa ficcional, o enredo centrava como cenário das ações dos personagens as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mas as experiências dos colaboradores se voltavam para o contexto local (com exceção de Juliano), o que possibilitava tanto a comparação entre o que era visto na trama e a vivência pessoal deles

quanto a rememoração dos lugares e do tempo passado, abarcando as peculiaridades da conjuntura do regime na cidade de Natal.

2.3 A recepção dos capítulos da telenovela.

No que se refere à pesquisa de recepção, como mencionado, foram selecionados os quatro capítulos iniciais de *Amor e Revolução*, exibidos pelo SBT no período de 5 a 8 de abril de 2011. Essa amostra constitui a primeira semana de exibição dessa telenovela e compõe uma sequência de acontecimentos e uma unidade de sentido (unidade dramática).

Os capítulos tornam conhecidos os personagens e seus conflitos (seus dramas, paixões, valores, caráter, círculo familiar, profissional, amizades), apresentam os principais temas abordados ao longo da telenovela (ditadura, amor, engajamento político, liberdade de expressão, direitos humanos, feminismo, liberação sexual) e o tom da trama.

Essa sequência remete ainda a acontecimentos sobre a Ditadura narrados nos relatos históricos e na memória coletiva, e, simula uma reconstrução do passado de modo didático ao encadear datas e fatos mais conhecidos sobre o período; como as manifestações estudantis e sindicais antes da tomada do poder e discursos do presidente João Goulart.

O programa era exibido na faixa das 22hs, um horário pouco propício tanto para a pesquisadora quanto para os colaboradores, além disso, seria complicado comparar as assistências dos capítulos se a pesquisa fosse feita individualmente. Atividade que requereria o trabalho de vários pesquisadores. Assim, como alternativa metodológica, decidimos gravar os capítulos e assistir juntamente com o entrevistado no período que ele considerasse mais conveniente, em dias alternados e sem intervalos.

A sequência de capítulos utilizada foi escolhida tanto devido a sua tentativa de reconstituir o início da Ditadura quanto pela narrativa ter como protagonistas militares e militantes, e remontar também os aspectos subjetivos desses atores sociais em relação a suas orientações políticas, como as relações familiares e os valores que poderiam ser espaço para debater essa textura da lembrança.

O produto de ficção audiovisual poderia ser outro, como filme, porém consideramos ainda que quatro encontros possibilitariam estabelecer uma relação de familiaridade, de modo a deixar o entrevistado mais à vontade para falar; além de propiciar uma a observação das camadas da recordação, dos discursos repetidos e das contradições.

Outra questão observada quanto à organização da assistência é que, atualmente, com a multiplicidade de telas e a disposição de conteúdos audiovisuais em diversas mídias, a

recepção fica cada vez mais a critério do espectador. Tomando como exemplo a telenovela, produto utilizado nessa pesquisa, observamos que a audiência já não é mais coagida a assistir esse programa no horário em que a transmissão televisiva ocorre, pois as emissoras criaram sites oficiais para esses produtos, onde os capítulos são disponibilizados em trechos ou de modo completo, como ocorreu, inclusive, com a telenovela *Amor e Revolução*.

Os capítulos também são lançados em sites de fãs e redes de vídeos, como o *Vimeo* e o *YouTube*. E nos sites oficiais, além dos vídeos, são postadas curiosidades sobre os bastidores e resumos com trechos escritos das cenas. Surgem também outras possibilidades de se ver esse produto, como no caso de uma nova categoria de mídia móvel instalada nas linhas de ônibus da cidade de São Paulo, onde telenovelas da Rede Globo são exibidas⁸.

Com a disponibilidade dos conteúdos outra possibilidade de assistência é a recepção fragmentada. Situação na qual o emissor escolhe ver apenas os trechos que lhe interessam daquela narrativa. Esse tipo de recepção já existia com o *zapping* televisivo, mas com os produtos acessíveis em rede, ele não precisa mais perder tempo mudando de canal.

Essas mudanças instauram novas formas de ver e novos contextos para a recepção, o que nesse estudo consiste em uma alternativa metodológica (a assistência aparecendo deslocada do momento de emissão) hoje, já é uma prática de recepção adotada por parte da audiência.

Com essa delimitação metodológica, observamos que o cotidiano ficou ausente, pois a iniciativa de assistir a telenovela não partiu do sujeito. O pesquisador não está apenas acompanhando uma prática social do receptor, mas organizando a situação em que a recepção ocorre. Por isso, utilizamos o conceito de recepção assistida para referir-se a configuração da pesquisa e assistência para aludir aos encontros nos quais assistimos os capítulos da telenovela com os colaboradores.

Dizer que recepção é assistida significa dizer que a forma como foi organizada a pesquisa de recepção teve um controle do pesquisador e não ocorreu necessariamente com a mesma dinâmica que aconteceria no cotidiano do sujeito.

Seguindo o pensamento de Orozco Gómez (1996), sustentamos que esse é um estudo de recepção, pois o processo receptivo não se resume ao momento de estar em frente à tela (ou meio de comunicação), mas antecede e sucede, pois é atravessado por um continuum de relações sociais e temporalidades distintas que estão incrustadas em modos de ver, sentir, pensar e lembrar.

⁸ Ver ARRUDA, N. Telas em toda parte: um novo lugar de pesquisa da recepção da telenovela brasileira. In: Anais do XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. Montevideo: ALAIC, 2012.

Entendemos a recepção como um espaço de interação e um processo de negociação de sentidos em que o sujeito aceita, nega, modifica ou ressignifica o que é representado pela mídia, por meio de outras lógicas – onde estão inscritas suas vivências, cultura, grupos de referência e também a memória.

Ainda tomando por base Lopes, Borelli e Resende (2002), compreendemos que a mensagem da narrativa audiovisual é reapropriada várias vezes, além do momento de sua emissão.

A recepção é parte tanto de processos subjetivos quanto objetivos, de processos *micro*, controlados pelo sujeito, e *macro*, relativos a estruturas sociais e relações de poder que fogem ao seu controle. [...] não é um processo redutível ao psicológico e ao cotidiano, apesar de ancorar-se nessas esferas, mas é profundamente cultural e política (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002, p.14, 32).

Embora, o cotidiano esteja ausente na recepção assistida, é possível analisar a construção do sentido na recepção (e nesse caso, a conformação da memória) a partir de outras esferas como as vivências do sujeito e as instituições sociais das quais ele participa e utiliza como lugares de representação do passado e fontes de categorias para se pensar esse passado, como a família, o grupo de militância e a academia. Estruturas e relações sociais das quais ele faz parte e perpassam o antes e o depois da assistência.

2.4 A análise dos capítulos e das entrevistas.

Os capítulos de *Amor e Revolução* eram transmitidos junto a depoimentos de dos antagonistas políticos. Na reflexão incluímos apenas as cenas. Foi organizada uma análise da narrativa, mediante a perspectiva de Pavan e Oliveira (2006). O enredo foi classificado a partir da temática central (a ditadura), e os personagens, caracterizados de acordo com seus níveis de aproximação e envolvimento com esse tema.

Foram classificados também os núcleos da trama, os contextos em que os personagens aparecem, e o apelo dramático, além de observar alguns aspectos da linguagem do vídeo, como: enquadramento, iluminação e trilha sonora. Parte das análises foi organizada juntamente com as reflexões dos entrevistados no texto.

Já, os dados coletados nas entrevistas foram transcritos, classificados e interpretados na fase final da pesquisa. De acordo com Duarte (2010, p.11), analisar implica separar o todo em partes e examinar a natureza, funções e relações de cada uma. Sem perder o foco dos

objetivos da pesquisa, o investigador, a partir de um critério determinado, classifica as informações e as organiza por temas comuns. Cada categoria aborda um conjunto de perguntas do entrevistado.

As entrevistas sobre história de vida foram reorganizadas em uma narrativa, onde são marcados o passado e o presente do colaborador, seu envolvimento com o grupo de militância, episódios de sua vida ou desse período histórico considerados marcantes, e, ainda, reconstituir valores e sentimentos que ele assume como seus ou do grupo. O objetivo dessas narrativas é contar a trajetória individual desses sujeitos relacionando-as ao cenário político.

Já, as análises das entrevistas relacionadas ao consumo de audiovisual foram utilizadas para descrever as preferências dos colaboradores e observar como decorrem as práticas de recepção midiática no cenário cotidiano deles.

E por fim, as entrevistas sobre a telenovela foram organizadas por temas com conteúdo comum, traços repetitivos e disparidades e comparadas (a entrevista de um informante em relação a outro). Alguns temas das narrativas contadas durante a assistência também foram comparadas com as narrativas da história de vida (cotejamos a entrevista de história de vida com a de recepção de cada entrevistado), e, nessa parte da análise, buscamos as contradições da memória, os traços reforçados e as inovações, as narrativas que surgem ao narrar sobre a telenovela.

Nesse movimento descritivo-interpretativo:

- Foram descritos os pontos de convergência entre narrativas dos entrevistados sobre a Ditadura, entendidos como memórias coletivas;
- Foi analisada a dinâmica de recepção da narrativa de ficção audiovisual de cada colaborador;
- Foram observadas as fontes e as mediações das memórias individuais e coletivas, mapeadas de acordo com o resultado de cada entrevista.
- E, finalmente, analisamos o processo de (re)configuração da memória durante a recepção.

3 MEMÓRIA, HISTÓRIA E FICÇÃO AUDIOVISUAL: AS NARRATIVAS E O PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO DO PASSADO.

3.1 A narrativa ficcional e a história: as confluências e a construção da realidade.

As histórias são parte rotineira de nossas vivências. O episódio contado pelo vizinho, a notícia do jornal, o enredo de um livro, as histórias do cinema, da televisão e da internet são relatos que tratam da experiência do ser humano no mundo, expressam seu conhecimento e capacidade criativa.

Tratando-se da recepção de uma narrativa produzida pelo audiovisual, que se utiliza do relato histórico para ancorar sua trama, uma questão que surge logo de início é a verdade. Indaga-se em que medida a narrativa empreendida aproxima-se ou afasta-se da experiência do receptor, entendida por ele como esfera da realidade.

Verdade, realidade, fidelidade são alguns termos usados para apontar uma relação de proximidade entre o modo como a narrativa compõe sua história e a vida do sujeito. Contudo, a construção da realidade não é uma atividade neutra ou uniforme. Como defendido por Demo (1981, p.95), é problemática a ideia de “conhecer a realidade assim como ela é; pois só a conhecemos assim como a sociedade a vê”.

O que comumente tem sido designado como realidade é essa experiência compartilhada e vivida na sociedade, denominada por Berger e Luckmann (2004) como realidade da vida cotidiana ou realidade dominante. Isso implica dizer que a atividade de conhecimento e interpretação do mundo não é objetiva, mas parte de um lugar do sujeito nos grupos sociais.

Segundo Berger e Luckmann (2004), através da consciência, o sujeito move-se através de diferentes esferas da realidade. Ele diferencia a realidade do sonho e a realidade da vida cotidiana, pois os objetos e seres que aparecem no sonho esvaem-se ao acordar. Entretanto, se no mundo dos sonhos, ele está sozinho, no mundo da vida cotidiana, ele sabe que sua atitude natural (seu senso comum) corresponde ao dos outros.

O sujeito sabe que os objetos que compõem esse mundo já existiam antes de sua chegada e que esse é o espaço onde ele encontra-se em interação e comunicação frequente com os outros. O indivíduo reconhece que, assim como ele, as outras pessoas também têm rotinas e projetos (ainda que esses diverjam dos seus), e é por isso que essa esfera da vida cotidiana é admitida como sendo a realidade por excelência.

Ainda concernente à realidade da vida cotidiana, mais alguns aspectos são destacados pelos autores para a compreensão da organização desse conhecimento sobre o mundo: a relação espaço-temporal do sujeito (o aqui e o agora), os interesses pragmáticos e os esquemas tipificadores.

Os esquemas tipificadores são padrões que modelam a forma como o sujeito lida com os outros. Esses padrões são negociados constantemente em uma situação de interação face a face. Já à medida que a interação é anônima eles se cristalizam, sendo mantidos até nova ordem.

O anonimato da experiência depende não só das diferenças de tempo e espaço, mas também do interesse do indivíduo da familiaridade. Assim, os interesses pragmáticos que envolvem diretamente o sujeito e a própria intimidade dele com o outro acarretam diferentes graus de conhecimento, que ele pode partilhar ou manter oculto.

Conforme Berger e Luckmann (2004),

Embora o estoque social do conhecimento represente o mundo cotidiano de maneira integrada, diferenciado de acordo com zonas de familiaridade e afastamento, deixa opaca a totalidade desse mundo. Noutras palavras, a realidade da vida cotidiana sempre aparece como uma zona clara atrás da qual há um fundo de obscuridade. Assim como certas zonas da realidade são iluminadas outras permanecem na sombra. Não posso conhecer tudo que há para conhecer a respeito desta realidade (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.65-66).

Destarte, pode-se sustentar que a realidade compreendida pelo sujeito é sempre um recorte da realidade experienciada por ele, pois parte de um posicionamento dele, da forma como ele percebe o mundo. O que ele toma como “a realidade” é a realidade da vida cotidiana, um conhecimento do mundo apreendido socialmente, mas também subjetivo, a partir do lugar desse indivíduo na sociedade.

A narrativa também pode ser entendida como recorte, zona, esfera do mundo. Ela substitui a experiência direta do sujeito por comunicação, pois alguém conta “algo” a outro, “algo” que viveu, sonhou ou imaginou. Uma definição simplificada da narrativa seria “a representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem [...]” (GENETTE, 2011, p.265).

A seleção desses acontecimentos e a forma como se narra, por exemplo, são parte do trabalho do autor/narrador que são mascarados sucessivamente (mediante recursos narrativos) à medida que a história desponta como uma realidade crível. Desse modo, outra questão sobre

a narrativa que se torna relevante é a aproximação da história com a realidade vivida, e, conseqüentemente, a análise de algumas especificidades do texto histórico e da ficção.

O ato de contar é um meio para compreender o mundo e dotar a experiência de sentido. Conforme Charaudeau (2009), a narrativa é

uma atividade *posterior* à existência de uma realidade que se apresenta necessariamente como *passada* (mesmo quando é pura invenção), e, ao mesmo tempo, essa atividade tem a propriedade de fazer surgir, em seu conjunto, um universo, *o universo contado*, que predomina sobre a outra realidade, a qual passa a existir somente através desse universo (CHARAUDEAU, 2009, p.154).

Nesse conceito, Charadeau (2009) aponta pelo menos três características da narrativa: o trabalho elaborativo (criação de um narrador), o marco temporal dessa atividade (é contada no presente, mas faz referência ao passado) e a organização de um universo (esfera de realidade).

Essas características compõem as diferenças e semelhanças entre história e ficção. Quando se trata dessas duas narrativas, a primeira diferença apontada é o objetivo delas. Ambas comunicam um enredo, no entanto, a história é entendida como “a narração de fatos notáveis, ocorridos na humanidade” e se ocupa em estabelecer relações com “os fatos e seres existentes”, enquanto, a ficção é identificada com “fingimento, simulação, invenção de coisas imaginárias” e volta-se para seres “idealmente existentes” e fatos presumíveis (HANCIAU, 2000, p.1).

A história teria, portanto, os objetivos de informar e de conservar um passado comum à sociedade, e estaria comprometida com a fidelidade a ele. A ficção teria como fim o entretenimento, divertindo ou emocionando o público que a ouve, vê ou lê. Por isso, ela estaria voltada para a imaginação do ser humano. Durante muito tempo, o status fornecido pela ciência à história fez com que ela fosse entendida como “realidade real”, enquanto a ficção seria uma realidade “fantasiada”.

As regras do método da disciplina histórica, que supervisionam modos de reconstituição do passado (ou consideram esse o seu ideal epistemológico), garantiriam um artesanato aceitável do seu produto (SARLO, 2007, p.13). Contudo, essa visão positivista da ciência tem cedido espaço à reflexão crítica do trabalho historiográfico, que é também permeado pela imaginação e marcas autorais.

O trabalho elaborativo do autor de uma narrativa é sustentado por uma visão de mundo. No caso da história, essa visão parte de uma teoria, uma interpretação histórica, que

mesmo ancorando em pressupostos científicos é uma criação humana e é, portanto, imbuída de subjetividade. Na análise de Certeau (1982), a ideia comum de que a história reconstituiria a “verdade” cedeu lugar a análise do ofício do historiador (a escrita), as regras internas e externas que configuram seu texto e sua prática de pesquisa.

A organização da narrativa histórica envolve um trabalho de fabricação, a partir do uso de modelos e técnicas, e do envolvimento em instituições acadêmicas e adoção de suas premissas, visto que sem elas (que dão validade à pesquisa) o trabalho historiador ficaria marginalizado.

As experiências e o sistema de referências do historiador influenciam a interpretação histórica dada, apesar de que este sistema permanece como “uma ‘filosofia’ implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à ‘subjetividade’ do autor” (CERTEAU, 1982, p.57).

A escrita é o produto de uma atividade significativa que transforma o passado (os vestígios), reorganizando-o, delimitando-o no tempo e criando uma representação dele. Uma narrativa pode ser escrita ou contada de várias formas, o que determina o enredo é o posicionamento de que se parte. A história, enquanto campo acadêmico, tem sido revista, revisada e modificada a partir do presente e de novas problemáticas que surgem.

Albuquerque Júnior (2006, p.11-12) defende que o acontecimento histórico não é um dado transparente, mas uma intriga, um tecido que é retramado e refeito pelo historiador, que conta apenas não inventando os dados de suas histórias (arquivos, textos, imagens deixadas pelas gerações passadas). A interpretação em história embora se mantenha interligada aos monumentos deixados pelo passado, lança mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos, pois é através das perguntas do pesquisador aos documentos que esses restos do passado se transformam em acontecimentos.

A interpretação parte de uma perspectiva, um lugar (instituição) no qual o discurso historiográfico circunscreve e denota ainda que, como esfera da realidade, a história atende também a demandas sociais de quem escreve, encobre outros ângulos ou posicionamentos sobre determinados fatos e períodos, não abrange a totalidade do passado, embora possa oferecer uma multiplicidade de versões sobre ele.

A esse respeito, Pesavento (2004, p.51) defende que a verdade comparece no trabalho historiográfico mais como um horizonte a se alcançar. O pesquisador sabe que “a sua narrativa pode relatar o que ocorreu, mas que esse mesmo relato pode ser objeto de múltiplas versões. [...] O mais certo seria afirmar que a história estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas”.

O trabalho criativo não é característica peculiar da narrativa ficcional, embora nela encontre mais liberdade para se expressar. O uso da imaginação se evidencia na própria linguagem da ficção, que busca a constante renovação do formato estético (tanto do gênero quanto do estilo do autor), pode trazer juízo de valor sobre as situações contadas, e não se exime de traduzir as emoções dos personagens e até mesmo de emocionar o leitor/receptor.

Já o texto histórico foge à retórica em nome da clareza e da adequação ao discurso científico (HANCIAU, 2000, p.3). Contudo, apesar da narrativa histórica não poder ter a liberdade criativa da narrativa ficcional, “ela nunca poderá se distanciar do fato de que **é narrativa e**, portanto, **guarda uma relação de proximidade com o fazer artístico**, quando recorta seus objetos e constrói, em torno deles, uma intriga” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p.11-12. Grifo nosso).

Considerando as reflexões desses autores, podemos sustentar que a narrativa, seja ela histórica ou ficcional, não se constitui na realidade, mas organiza-se formando um tempo e um espaço próprios. O relato histórico apoia-se nos restos, nas marcas do passado, mas não se confunde com ele. Já a ficção desenvolve um universo próprio, seja quando dota os personagens de passado, presente e futuro (humanizando-os ao mostrar seus segredos, mágoas, sonhos e aspirações) ou quando se refere à história como modo de organizar o tempo e os acontecimentos.

Luhmann (2005) e Pallottini (1989) destacam o uso de elementos não ficcionais na narrativa ficcional para que o receptor aceite e compreenda a realidade criada. Pallottini (1989, p.21) referindo-se ao teatro, sustenta que mesmo o espectador sabendo que a peça representada não trará “a pura verdade”, mas uma ilusão, ele precisa de pontos de contato com o real, “que lhe deem o apoio necessário, os elementos de ligação com o mundo que vive, e que é seu mundo conhecido”.

Luhmann (2005) observa que o receptor organiza uma memória sobre a narrativa mediante esses elementos não ficcionais.

[...] quando a história é contada de forma ficcional, nem tudo pode ser ficcional. O leitor/espectador precisa ser colocado na situação de constituir muito rapidamente uma memória adaptada à narrativa, talhada especialmente para ela, e isso ele só poderá fazer se detalhes que lhe são familiares forem juntos e suficientemente, nas imagens ou textos (LUHMANN, 2005, p.96).

Destarte, para criar um universo próprio, a trama ficcional deve fornecer uma série de informações e convenções que façam parte da realidade do leitor ou espectador (um repertório ou imaginário compartilhando), de modo que se estabeleça um contrato com ele. Embasando-

se no pensamento de Martín-Barbero (1987), Lopes, Borelli e Resende (2002, p.250) afirmam que o pacto de recepção prevê que o leitor ou espectador mergulhe no fascínio das narrativas reconhecendo gêneros mesmo que ignore ou desconheça suas regras de produção, gramática e funcionamento.

Os autores citados reconhecem que é na recepção que o texto encontra seu sentido. A narrativa não encerra em si mesma a construção da realidade (a qual o texto se propõe). É o leitor ou espectador que (por meio de suas experiências, conhecimentos e cultura) reorganiza os sentidos da mensagem. O espaço da recepção instaura também outro tempo: o presente daquele que aprecia a obra/produto.

Martín-Barbero (2009) em sua reflexão sobre a perspectiva da comunicação a partir das mediações, retoma os pensamentos de Sarlo e Jauss e suas concepções de leitura, que propõem diversos leitores sociais possíveis (e leituras).

Se entendermos por leitura “a atividade por meio da qual os significados são organizados num sentido”, resulta que na leitura – como no consumo – não existe apenas a reprodução, mas também a produção, uma produção que questiona a centralidade atribuída ao texto-rei e à mensagem entendida como lugar da verdade que circularia na comunicação. Levar a centralidade do texto e da mensagem à crise implica assumir como constitutiva a *assimetria* de demandas e competências encontradas e *negociadas* a partir do texto. Um texto que já não será máquina unificadora da heterogeneidade, um texto já não-cheio, e sim espaço globular perpassado por diversas trajetórias de sentido. O que afinal restitui à leitura a legitimidade do *prazer*” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.293).

A análise de Martín-Barbero (2009) não desloca a atividade de produção de sentido do texto para o lugar do receptor, mas para o processo comunicativo. O leitor ou espectador compreende a narrativa mediante sua realidade, contudo não descarta o que está inscrito na história. Desse modo, como a narrativa ficcional utiliza o imaginário social e preocupa-se mais com a forma estética, a atividade receptiva está também voltada para o prazer.

Silverstone (2005, p.82) afirma que essas narrativas permitem ao sujeito mover-se de uma esfera a outra da realidade (a realidade ficcional ou da brincadeira) e experimentar situações sem passar pelos sofrimentos dos personagens. “Contar histórias está sempre no subjuntivo. Ele cria e ocupa o território do “como se” [...]” Brincar é escape e engajamento, envolve o prazer”.

Já a recepção da narrativa histórica pressupõe uma reflexão sobre o passado. O receptor procura as referências, as pistas que mostram a materialidade do tempo ido e comprovam a interpretação dada pelo autor. Nesse sentido, a narrativa ficcional busca

proporcionar uma imersão do receptor na trama, enquanto a história tenta constantemente diferenciar o passado do presente. Poderia se dizer que na ficção o leitor é convidado a convergir o tempo narrado com o tempo da recepção, enquanto o texto histórico separa esses dois tempos.

Hanciau (2000, p.9) defende que na recepção da história, o leitor “contribuiu com suas expectativas e seu presente para conferir significação aos acontecimentos históricos”. Já o texto ficcional⁹ não tem como objetivo resolver os problemas do passado nem busca efetuar uma visão do mundo. O escritor ou escritora capta “o rumor discursivo, **os múltiplos discursos em circulação em seu tempo**, inclusive os que ficam quase inaudíveis, por constituírem o discurso da margem” (HANCIAU, 2000, p.11. Grifo nosso).

O texto ficcional utiliza o tempo vivido pelo menos de uma forma; como espaço de representação dos personagens e de reconhecimento do receptor. Embora escape da obrigatoriedade de ser comprovado, ele se apoia nos discursos da esfera real seja para criticar o seu tempo (os comportamentos e convenções sociais) ou para humanizar os personagens, no sentido de trazer verossimilhança às situações representadas.

Assim, pode-se admitir que as narrativas são fragmentos da realidade, esferas de significado da experiência humana no mundo. Nem a história nem a ficção espelham a realidade ou constituem-se nela, são, contudo, construções sociais que remetem ao tempo vivido, mas distanciam-se ou aproximam-se dele através de operações discursivas. Parte essencial da trajetória do ser humano no mundo, o sujeito criou a narrativa, que por sua vez inaugurou a sociedade.

3.2 O fenômeno da memória: a narrativa, o tempo lembrado e o trabalho elaborativo.

A memória e a narrativa estão interligadas desde o início da humanidade. As pinturas rupestres foram uma das primeiras formas de conservação da experiência do ser humano no mundo. O desenvolvimento da linguagem oral propiciou o início da atividade de contar tal como é conhecida hoje. O relato além de conservar um acontecimento, possibilitava transmitir um passado ao longo do tempo, e demarcar significados (ainda que estes pudessem ser transformados quando recontados), daí surge o confronto entre tradição, esquecimento e a configuração da memória. Quem conta? Como conta? Por que conta?

⁹ A autora faz referência ao texto literário, entretanto, cotejando seu pensamento com o de Luhmann (2005), Pallottini (1989), Certeau (1982), Albuquerque Júnior (2006), compreendemos que a narrativa ficcional faz uso (e reflete sobre) dos discursos correspondentes ao tempo do autor.

“Quem narra, narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também o que imaginou, o que sonhou, o que desejou” (LEITE, 2002, p.5-6). A narrativa trata de uma experiência, seja ela vivida ou imaginada. Narrar é também um exercício de memória, pois o relato transmite a lembrança de um evento passado; de autoridade, quem fala sabe de algo que o outro desconhece; de comunicação e sociabilidade, é necessária a disposição de um interlocutor para ouvir; e de aprendizado, quem ouve apreende um conhecimento sobre algo e pode confrontar o relato com suas próprias vivências.

A memória desde muito tempo está associada ao poder e manutenção de uma identidade. Brandão (2010, p.1) afirma que nas sociedades de tradição oral a cultura do grupo se assenta sobre a memória. As tribos africanas têm a figura do griot (o narrador) “cuja função é manter, através de repetição oral, a unidade da história do seu povo para as gerações futuras”. São eles que narram as lendas e os costumes de seu povo.

Le Goff (1996, p.433-434) conta que nas grandes civilizações, como Egito e Mesopotâmia, o rei desdobrava um programa político de memorização, centrado em sua figura e narrando seus feitos: vitórias militares, benefícios da justiça e progressos do direito durante seu reinado. Nesse período, os monarcas criam as instituições-memória: museus, arquivos e bibliotecas.

Essas sociedades (referidas por Le Goff e Brandão) reportam duas formas diferentes de exercício da memória. Enquanto a imaginação é imprescindível à tradição oral, as instituições-memória cristalizam a forma do relato, que se transforma ao longo do tempo em um vestígio de um passado. Essas duas práticas têm em comum o exercício da memória como função social. É a figura do griot ou do escrivão que está legitimada a contar.

A repetição da memória também funciona como meio de compor identidades. Hall (2001) ao discutir a conformação das culturas nacionais, sustenta que elas não são apenas formadas por instituições culturais, mas por símbolos e representações, que por sua vez estão presentes nas histórias (no discurso) sobre a nação.

As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2001, p.51).

A atividade de contar é também um mecanismo de manutenção da coesão social. As histórias repercutem um imaginário que podem trazer identificação ao sujeito e que definem

continuamente o que é o grupo, pois o passado é também reatualizado a cada relato. Desse modo, o controle da memória é fundamental para perpetuar determinada representação.

A memória pode ser entendida como um discurso sobre o passado que substitui a experiência vivida, guardando uma impressão dela. Entretanto, essa definição, além de elidir a criatividade e a dinamicidade da memória, oculta ainda características de sua organização psicossocial e neurobiológica, que têm sido discutidas a partir do olhar de vários autores sob o viés de duas tradições de pensamento: o olhar interior (Bergson) e a coletividade (Halbwachs).

As reflexões sobre o tema opõem a memória enquanto instância individual e psíquica (e seu caráter retentivo) à memória enquanto fenômeno social, compartilhado e dinâmico. Le Goff (1996, p.423) conceitua memória como a “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p.423).

Independentemente de tratar a memória de forma individual ou social, é preciso admiti-la como um processo de seleção, um trabalho elaborativo e uma narrativa voltada para o presente, tal como defendeu Pollak (1989) e (1992), Halbwachs (1990), Sarlo (2007), Araújo e Santos (2007). Nem toda experiência é lembrada. A memória muda ao longo do tempo, seja acompanhando novas demandas de um grupo, seja porque a percepção temporal transforma-se ao longo do tempo. Uma lembrança aos dez anos pode divergir de uma aos quarenta, seja na forma da narrativa, nos temas que se associa a ela ou no juízo de valor feito pelo sujeito.

Bosi (1994, p.60, 79) sustenta que os objetivos e interesse do sujeito ao longo dos anos e o modo como a sociedade vê diferentes momentos da vida também influenciam a organização da memória. Na sociedade ocidental, a velhice é vista como declínio do sujeito e tomada preconceituosamente pelo outro. É tido como função do idoso o ato de lembrar, visto que ele já atravessou um determinado tipo de sociedade, já viveu quadros de referências familiar e cultural reconhecíveis, e, por isso, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido que a de um jovem.

As expectativas da sociedade, o quadro histórico em confluência com a trajetória de vida, a organização do tempo influenciam também na lembrança e no processo de rememoração. Há lembranças opacas, como se anos inteiros da vida de um sujeito estivessem apagados, enquanto outros momentos parecem se fixar de tal forma que a narrativa da lembrança é uma sucessão de detalhes, trazendo à tona a textura da experiência novamente.

Lugares, cheiros, cores, formas de se comportar, falar e vestir-se podem ser explicitadas pelo sujeito para criar um panorama desse tempo passado.

As convenções sociais do tempo também impõem formas de agir e sentir. A partir de determinada idade a criança deve ingressar nos estudos escolares, posteriormente, já na fase adulta, o sujeito terá que iniciar uma atividade profissional e se submeter a um horário de expediente. De modo que é na infância que a criança começa a perder a dependência da família e descobrir o mundo, enquanto o adulto possui outros objetivos, como conseguir estabilidade no emprego. As atividades que sucedem cada fase da vida e ligam novas experiências às antigas marcam formas de sentir o tempo, a infância é vista, muitas vezes, com nostalgia como um momento de felicidade e de tempo ampliado.

Berger e Luckmann (2004) e Halbwachs (1990) diferenciam o tempo do indivíduo do tempo convencionalizado pela sociedade. Berger e Luckmann (2004), o sujeito vive simultaneamente dois tempos: o tempo da consciência (fluxo interior) e o da vida cotidiana (fluxo exterior), que por ser acessível intersubjetivamente conserva para o sujeito um sinal de realidade.

O tempo padrão pode ser compreendido “como a intersecção entre o tempo cósmico e seu calendário socialmente estabelecido, baseado nas sequências temporais da natureza, por um lado, e o tempo interior por outro, em suas diferenciações acima mencionadas” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.44-45).

Halbwachs (1990, p.90) endossa essa perspectiva, ao afirmar que as divisões do tempo resultam de convenções e costumes, segundo os quais se sucedem as diversas etapas da vida social. Mas para ele, embora a representação coletiva do tempo se harmonize com os fatos da astronomia e da física terrestre, a sociedade sobrepõe outros quadros a estes. Um exemplo disso é a organização do calendário ocidental, onde os anos são contados de forma decrescente antes do nascimento de Cristo (considerado o primeiro ano) e crescente depois desse evento.

Já o fluxo de consciência foi chamado por Halbwachs (1990, p.92) de tempo de duração individual. “todo ser dotado de consciência teria o sentimento da duração, já que nele se sucedem estados diferentes. A duração não seria mais nada que a sequência desses estados, a corrente que parece passar através deles, abaixo deles, soerguendo um após o outro”.

O tempo das durações individuais tem um conteúdo diferente para cada um. A força de determinadas lembrança e o esquecimento ou apagamento de outras tem relação com estados afetivos e a sucessão de acontecimentos em um período. Por causa de um estado de exaltação e efervescência afetiva, uma sucessão de vários acontecimentos numa sequência

temporal ou o estímulo de um acontecimento exterior no qual o sujeito se detém. Há dias que parecem anos, enquanto outras horas parecem mortas (HALBWACHS, 1990, p.93).

A análise desses autores sobre o fluxo de consciência ou duração individual mostra que a motivação do sujeito e o quadro afetivo têm vínculo como as formas de elaboração da lembrança, tanto concernente ao conteúdo da narrativa que relembra, quanto no entrecruzar do passado e presente, ou seja, do quadro rememorado e no fluxo de consciência atual, do momento em que o passado é evocado.

Sarlo (2007, p.10) recorre a Deleuze para assinalar que o passado (a lembrança) se (re)faz no presente. “o tempo *próprio* da lembrança é o presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio*”. Desse modo, a experiência lembrada é sempre uma atualização, reorganização ou reelaboração da impressão anterior em torno das expectativas atuais do sujeito e das projeções de futuro e, por conseguinte, a memória está também ligada à questão da identidade.

O relato remonta a um contínuo de informações que correlacionam sentimentos, juízos de valor, expectativas, avaliações e projeções do passado em relação ao presente e ao futuro. Na memória narrada, ele também posiciona sua identidade em sua trajetória de vida: quem ele era, quem ele é, como pensava, como pensa, o que mudou, o que permanece. Tal como passado, a memória não pode ser acessada diretamente.

A lembrança se modifica ao longo do tempo acompanhando transformações na sociedade e no indivíduo. Conforme sustenta Halbwachs (1990), um livro lido na infância e relido na vida adulta pela mesma pessoa, não seria relido da mesma forma. Apesar de o texto ser o mesmo, o contexto psicológico é outro.

A memória do sujeito se adéqua as mudanças em sua identidade. Experiências consideradas ruins ou traumáticas podem ser esquecidas (ir para o inconsciente), reelaboradas ou ainda omitidas da narração de forma que a pessoa seja capaz de lidar com o passado sem reviver a situação. Logo, a conformação da memória pode ser um processo conflituoso para o próprio indivíduo na construção de sua identidade.

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico, da *composição*: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade (ou “identidades”, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência (THOMSON, 1997, p.56).

A memória tem também um caráter social, tanto nas experiências que se vivencia com os outros quanto nas histórias que se conta. Quando um sujeito narra sua vida, ele afirma sua identidade também na pertença a um grupo (família, amigos, time, religião, país), nos valores e experiências que ele partilha com aquelas pessoas. Há, inclusive, relatos em que a lembrança do indivíduo funde-se a do grupo.

Além de ser seletiva, a memória “supõe um processo de **reconhecimento e identificação**, um processo ideacional de natureza complexíssima. Não é preciso apenas que as impressões anteriores se repitam; é necessário também que sejam ordenadas, localizadas e relacionadas com diferentes pontos no tempo” (CASSIRER, 2001, p.88. Grifo nosso).

Essa identificação ocorre tanto através do grupo de pertença quanto na reflexão sobre a trajetória de vida. Como dito por Bosi (1994, p.81), sem o trabalho “da reflexão e da localização, [a lembrança] seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação” (BOSI, 1994, p.81).

A memória não é apenas a acumulação de impressões do passado de uma pessoa. É um processo dinâmico mediado por demandas do sujeito e da sociedade no contexto histórico e psicológico atual. A estruturação da memória não é um fenômeno natural, espontâneo e subjetivo, mas envolve processos de exclusão, disputa por poder e legitimidade social, onde estão em jogo as preocupações atuais do sujeito, a relação de pertença do grupo, os estímulos do presente e instituições sociais formadoras de memória, como a mídia e o governo.

Há ainda a necessidade de se diferenciar a memória enquanto instância em si mesma e a rememoração. “Aristóteles distingue memória propriamente dita, a *mnemê*, mera faculdade de conservar o passado, e a reminiscência, a *mamnesi*, faculdade de evocar voluntariamente esse passado [...]” (*apud* LE GOFF, 1996, 439-440).

O passado pode voltar à tona voluntariamente quando o indivíduo resolve contar uma história sobre si mesmo ou nas narrativas que o grupo transmite, ou por sua soberania, quando a lembrança não é convocada, mas é estimulada por algum elemento do presente. Assim, a rememoração não é apenas tomada pela consciência do indivíduo, mas por imagens, cheiros, objetos que remetem ao passado. O indivíduo não relembra simplesmente porque quer, mas porque a memória lhe assalta.

Le Goff (1996) afirma que no período anterior a invenção da escrita, havia as sociedades mnemônicas, que utilizavam sistemas de aprendizagem para memória. Existiam pessoas responsáveis pela transmissão e aprendizagem da memória oral, como empregados dos reis. E havia também outras narrativas que misturavam a memória com a ficção, como a

épica, com as histórias que tratavam das guerras, como é o exemplo de *Íliada*, que inicialmente seria um poema cantado narrando a Guerra de Tróia e foi transposto para o livro.

A partir da invenção da escrita começam a surgir dispositivos de armazenamento das informações e da memória. O desenvolvimento da prensa e, posteriormente, de várias tecnologias de comunicação proporcionam outras possibilidades de extensão da memória além dos limites físicos do corpo. Com novos instrumentos para manejar as histórias, o processo de conformação da memória passa por várias transformações.

3.3 Refazendo o passado: a memória individual, a memória coletiva e a história.

Duas vertentes de reflexão se destacam no estudo da memória: a do método introspectivo, em que ela é entendida como um fenômeno individual (Bergson), que é refletido em si mesmo; e a teoria sociológica (Halbwachs), que destaca a dimensão coletiva e social da conformação da memória.

Para Halbwachs (1990, p.77), as imagens da memória não estão prontas no inconsciente do sujeito, mas são formadas em sua relação com a sociedade, “onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nós representamos de modo incompleto ou indistinto, ou até, cremos que provêm de nossa memória”.

De acordo com esse viés de estudo, a memória se organiza de duas formas: as lembranças em torno de uma pessoa definida (memória individual ou autobiográfica) e as que se agrupam em torno da sociedade (memória coletiva). A recordação não depende exclusivamente do sujeito, nem de processos psíquicos, mas também de suas vivências na sociedade e das correntes de pensamento, com as quais ele se identifica ou toma como referência. O autor enfatiza o papel dos grupos dos quais o sujeito participa na formação de quadros de memória.

O sujeito se lembra dos acontecimentos que participou, do que viu, sentiu e fez, mas essas recordações não estão isoladas nem fechadas, elas apoiam-se nas lembranças dos outros, daquelas pessoas com as quais aqueles momentos foram vivenciados. Mesmo em uma lembrança de uma situação em que o sujeito se encontrava sozinho, há um quadro social de referência disposto pela linguagem e por universos de significado coletivo, compartilhados por ele.

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (HALBWACHS, 1990, p.54).

Contudo, a memória se individualiza à medida que ela se diferencia da dos outros. Mesmo um momento vivido em comum com outras pessoas, não é narrado da mesma forma. Há aspectos da situação passada que marcam mais ao sujeito do que aos outros. Há também lacunas em relação à lembrança. Algo escapou a atenção do indivíduo, o que pode ter ocorrido por falta de maturidade, experiência ou pouco envolvimento afetivo.

As lembranças são construídas tanto individualmente quanto coletivamente. Contudo, essas memórias embora se penetrem não se confundem. Individualmente, o sujeito apreende determinados das cenas vividas e organiza as recordações conforme um estilo próprio. Coletivamente, ele participa de grupos sociais, consciências coletivas que formam representações sobre o passado.

A memória é individual também porque cada sujeito envolve-se com vários grupos ao longo de sua vida, com diversos graus de engajamento. Desse modo, ele participa de vários pensamentos sociais e mergulha em diversos tempos coletivos, que não são ocupam de forma homogênea as consciências das pessoas, mas singularizam suas lembranças (HALBWACHS, 1990, p.128).

A memória coletiva se assenta nas interações sociais do sujeito. Como membro da sociedade, ele partilha de ideias, sentimentos, imagens com outras pessoas. A família, os amigos, a escola, a igreja, o partido, os colegas de emprego são, portanto, grupos de referência para ele. Os grupos carregam, ao longo do tempo, correntes de pensamento que instituem representações do passado.

Seguindo a análise de Bonin (2006) sobre as reflexões de Halbwachs,

Recordar significa voltar a evocar, mediante a interação social, a linguagem, as representações, as classificações coletivas, ou seja, reatualizar a memória do grupo social de pertencimento. A memória coletiva, nesta perspectiva, é pensada como a seleção, interpretação e transmissão de certas representações do passado a partir do ponto de vista de um grupo social determinado (BONIN, 2006, p.136).

A memória coletiva é composta pelas lembranças de vários indivíduos – que são entendidas como propriedade do grupo ou comunidade –, mas não é simplesmente a soma

destas. Cada grupo tem uma história/identidade pela qual se distingue dos outros e que conserva as similitudes das lembranças de acordo com leis que lhe são próprias.

A memória é também uma instância em movimento. Está sempre se modificando em relação ao presente. “Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão” (THOMSON, 2007, p.57). Por isso, Halbwachs (1990) destaca a importância das comunidades afetivas – pessoas que compartilham sentimentos e ideias em grupos reais ou imaginários – para a permanência da lembrança. Segundo o autor, é necessário que o sujeito continue envolvido com o grupo e esteja engajado nele, de forma que o passado do grupo se confunda com o seu.

É devido esse engajamento que por vezes, o sujeito atribui ideias, reflexões e sentimentos inspirados pelo grupo a si mesmo. E é essa ilusão que permite que o ele centre em suas experiências pessoais, generalizando os significados e dando sentido ao passado e ao presente.

Halbwachs (1990, p.86) distingue ainda memória coletiva de história e rejeita o uso da expressão “memória histórica”. Para ele, esses são dois termos que se opõem, porque a memória coletiva é suportada por grupos sociais limitados no tempo e no espaço. Ela retém do passado “aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantêm”. E, portanto, estaria restrita à duração desses grupos, ou seja, à duração da vida de seus membros.

A memória coletiva é constituída por analogias, pois visa manter uma identidade do grupo. Já a história é composta por mudanças. A história recoloca os acontecimentos em quadros exteriores aos grupos. Compila fatos que tiveram grande destaque nas memórias coletivas de acordo com esquemas didáticos. Interessa-se pelas diferenças, contradições e pelos períodos de transformações sociais. Deixa perecer as repetições (os tempos em que tudo parece estar igual) e perde os aspectos psicológicos e afetivos e o caráter mais espontâneo da memória coletiva, como os gestos e a expressividade do lembrar. A história tende a unificar, quando não se pode falar em uma memória coletiva. Ela é sempre plural, pois vários grupos se mantêm e se alternam no tempo e espaço. A memória vive na sociedade. A história é a museificação do passado.

Esse posicionamento é adotado também por Nora (1993) e Sarlo (2007). Sarlo (2007) observa a relação conflituosa essas duas instâncias sociais, considerando as demandas da academia e a figura da testemunha na representação do passado. A autora analisa situações em que a disputa política deflagrou situações de violência e desrespeito aos direitos humanos,

onde a memória aparece como dever e o testemunho como prova dos acontecimentos passados.

Nora (1993) reforça as disparidades e limites entre memória e história. Para o autor, a memória sempre em

evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. **A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.** Por que é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p.9. Grifo nosso).

Por essa perspectiva, memória e história formariam discursos cujos pontos de intersecção seriam: 1) formular narrativas sobre o passado, 2) substituir a experiência vivida pela comunicação, 3) transmitir e perpetuar universos de sentido conectando o tempo ido ao presente, 4) interpretar as ações e o pensamento humano no mundo, 5) caracterizar as sociedades ao longo do tempo. Já concernente às divergências, a estrutura e o trabalho elaborativo dessas narrativas são o maior ponto de cisão.

Entretanto, essa posição hoje tem sido contestada, considerando que a história (em sua tentativa de resgatar o passado do ponto de vista social) interessa-se também pela memória coletiva (SILVA; SILVA, 2006); e que também revisada/atualizada ao longo do tempo, pois novas reflexões, o aparecimento de outros documentos ou mesmo a mudança de um cenário político lançam outras questões sobre o passado.

Considerando que memória coletiva e história são narrativas que reorganizam o passado, entendemos ambas as instâncias como lugares de conformação da memória. Embora, esses lugares tenham relevância diversa na construção social da realidade, o que é ressaltado por Halbwachs (1990) e Pollak (1992).

A experiência imediata do indivíduo com o tempo passado é sua primeira referência. Na ausência dela, ou seja, quando o sujeito não foi testemunha do acontecimento, ele se atém ao que leu, viu ou ouviu sobre o passado. Destarte, a história serve como ponto de apoio na interpretação do passado, principalmente para as gerações posteriores àquele período, que

podem se identificar com determinada versão; ou de ampliação e projeção, no caso de pessoas que viveram aquele momento, mas buscam outras fontes para fortalecer suas lembranças, projetando-as nas narrativas que de algum modo se assemelham as suas experiências.

3.4 O enquadramento e o processo de conformação da memória.

Quando tratamos da memória e da história é relevante discutir ainda a questão do esquecimento. Em qualquer narrativa que reconstrua o passado há aspectos que se perdem. Um dos aspectos dessa parte diz respeito à própria da natureza do relato. Embora, vários grupos participem da realidade social, cada narrativa é instituída pelo ponto de vista do grupo que conta. Acontecimentos que marcam uma comunidade não são necessariamente relevantes para outra.

Matheus (2011) observa como a condição comunicacional atravessa as formas de representação do passado e discorre sobre dois pressupostos de qualquer narrativa.

[...] nosso primeiro pressuposto deve ser o de que **o passado não se revela, não pode ser efetivamente acessado, apenas interpretado no presente a partir pelo que dele nos resta como condição material e narrativa.** O segundo grande pressuposto é o de que, do ponto de vista da ação social, as fronteiras entre passado, presente e futuro não são demarcações astrofísicas, mas fronteiras móveis, estabelecidas por operações narrativas, dependendo do assunto de que se trata e dos significados que se pretendem projetar (MATHEUS, 2011, p.15. Grifo nosso).

Se observarmos a memória individual, tanto por uma operação cognitiva quanto pelo declínio do funcionamento do organismo (na velhice) é inevitável para o ser humano se esquecer. Também com relação ao passado; os cenários, as formas de se comportar, pensar, vestir, a estrutura social, política, econômica são modificadas e o que resta são vestígios do período anterior.

Por fim, o estabelecimento da memória (ou de uma interpretação dela) enquanto relato oficial envolve demandas de grupos (instituições) e interesses políticos. A memória é um processo seletivo, onde há disputa por representação e legitimidade no espaço público. São aqueles que detêm o poder que “decidem quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p.99).

No Brasil, por exemplo, a lei da Anistia, instaurada logo após a Ditadura Militar, propiciou uma transição rápida para o reestabelecimento da democracia, sem mais disputas

armadas ou julgamentos, simultaneamente, essa lei possibilitou que os grupos que apoiaram o regime permanecessem no cenário político.

De acordo com Mezarobba (2010, p.13, 18), não houve punição para os militares que cometeram abusos com militantes políticos (sequestro, estupro, assassinato, ocultação de corpo, tortura), tampouco para as infrações cometidas por estes. O Estado assumiu a responsabilidade sobre as atuações dos seus agentes, restringiu o acesso a arquivos oficiais sobre o período e deixou incompleto o processo de esclarecimento sobre as políticas adotadas durante a ditadura e as ações de violências.

Somente nos últimos anos, o governo teve algumas iniciativas com o objetivo de reconstruir o passado, como o lançamento do livro-relatório *Direito à memória e à verdade*¹⁰, em 2007, e a instauração de uma Comissão da Verdade em 2010. Por outro lado, enquanto vários filmes, documentários e livros trataram do regime sob a versão dos militantes, a perspectiva dos militares não teve a mesma projeção.

Um projeto conhecido como Orvil, organizou entre os anos de 1985 e 1987 um livro que narraria esse período sob o ponto de vista dos agentes do Estado. O livro intitulado como “Tentativas de Tomada do Poder” foi difundido em um círculo restrito de militares e civis. Apenas em 2007, o livro veio a conhecimento público mediante uma série de reportagens do repórter Lucas Figueiredo, no jornal Estado de Minas.

Concluída em 1987, a obra teria sido apresentada ao ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves que não autorizou a sua publicação, “sob a alegação de que a conjuntura política não era oportuna, que o momento era de concórdia, conciliação, harmonia e desarmamento de espíritos e não de confronto, de acusações e de desunião” (A VERDADE SUFOCADA, 2012, p.1). O livro foi lançado em 2012, embora desde 2007 uma cópia circulasse na internet.

Atualmente, as versões sobre a ditadura vêm sendo criticadas. De um lado, a militância comunista que defendia o estabelecimento de um regime socialista no país, tem sustentado que sua atuação durante a ditadura visava à democracia. Do outro, os agentes do Estado sustentam que deflagraram o regime para proteger o país, pois havia indícios que os comunistas tomariam o poder. Contudo, não demonstraram provas contundentes que corroborassem essa hipótese.

¹⁰ “Primeiro documento oficial do Estado brasileiro a atribuir a integrantes das forças de segurança crimes como tortura, estupro, esquartejamento, decapitação, ocultação de cadáveres e assassinato de opositores do regime militar que já estavam presos e, portanto, impossibilitados de reagir [...]” (MEZAROBBA, 2010, p.19).

O esquecimento é um aspecto relevante para a compreensão da memória coletiva, pois muitas vezes ele é “voluntário,” “indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos” (SILVA; SILVA, 2006, p.2). Um exemplo disso é a conjuntura de meios de comunicação que apoiou a Ditadura Militar e hoje traz publicações criticando o antigo regime, rejeitando, desse modo, seu próprio passado.

A reconstrução do passado passa por um processo de seleção, reordenamento, manipulações, exclusões. Pollak (1989) adota o conceito de “memória enquadrada”, cravado por Rousso, para designar o trabalho de grupos/instituições sociais pelo controle da memória com o objetivo de dominar a interpretação sobre o passado. O autor destaca o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva.

Neste sentido, os marcos sociais de memória são o resultado, nunca adquirido definitivamente, de conflitos e compromissos entre vontades de distintas memórias. Diferentes grupos e agentes competem pela hegemonia sobre os discursos plausíveis e relevantes sobre a memória dentro da sociedade em seu conjunto. (BONIN, 2006, p.137).

Esse trabalho de enquadramento da memória tem limites, não é construído arbitrariamente, mas satisfaz exigências de justificação. No caso da memória enquadrada de um país, entendida por ele como a “memória oficial” ou “memória dominante”, existem os objetivos de manter a coesão interna, defender as fronteiras do grupo e oferecer um quadro de referências. Esse enquadramento, por várias razões, não atende as reivindicações de todos os grupos envolvidos nos acontecimentos passados.

Assim, as lembranças seriam organizadas em um trabalho de enquadramento, onde os materiais fornecidos pela história e pela memória coletiva seriam interpretados a partir dos embates do presente. Em períodos de transição entre o restabelecimento democrático de um país e momentos históricos marcados por dominação, perseguição, violência e desrespeito aos direitos humanos (como guerras e governos ditatoriais), existe ainda uma tensão entre a busca de recriar um consenso social e o ato de lembrar.

3.5 Por um passado representado: a memória na ficção audiovisual.

O advento de novos meios de comunicação e de transporte modificou as maneiras pelas quais os indivíduos experimentam o tempo e o espaço na vida social. Se antes, a experiência do ser humano no mundo e o intercâmbio simbólico dependiam do aqui e do

agora, as tecnologias de comunicação vão possibilitar outras formas de experiência e interação social, sendo a própria percepção do passado alterada nesse processo.

Como aponta Thompson (2009, p.37), antes o processo de transmissão e compreensão do passado dependia das tradições orais nas comunidades as quais o sujeito pertencia. Era preciso interagir face a face, ouvir e também narrar para tornar os relatos conhecidos. A narração pressupõe uma experiência imediata (era necessário estar presente próximo ao outro para ouvir) e uma experiência indireta e remota (a construção da narrativa) e dependente do outro (aquele que vivenciou a situação narrada ou escutou a narração de outra pessoa). As condições para conhecer para tomar conhecimento do mundo baseavam-se, portanto, na experiência direta ou nas interações sociais.

Como assegurou Soares (2007, p.55), os seres humanos “se relacionam duplamente com o mundo pela experiência direta dos acontecimentos e, simultaneamente, pela sua representação”. Apesar de interligados, é importante ressaltar, de antemão, que esses aspectos implicam diferentes níveis de aproximação e de experimentação desse mundo.

Enquanto a experiência direta está ancorada na presença do corpo em um lugar e momento determinado, existem diferentes formas de se representar, apoiadas em diversas formas de interação social. E é na esfera da representação que a mídia desempenha um papel fundamental.

De acordo com Thompson (2009, p.38), a mídia alterou nossa compreensão do passado e “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas”. Nesse sentido, é relevante analisar que representações são construídas pela mídia e qual o lugar das memórias sociais nelas.

Desse modo, refletimos sobre a representação do passado na ficção audiovisual, entendida aqui de maneira simplificada como um conjunto de narrativas dramáticas que combinam a linguagem e a técnica do som e da imagem para compor um universo imaginado, tanto como forma de expressão estética quanto para fins de registro e armazenamento tecnológico.

Narrativas que, na atualidade, se difundem em várias mídias (televisão, cinema, internet) e podem se reproduzem em diversas telas (celular, computador, televisão, tablet) e/ou em dispositivos técnicos (blu-ray e DVD); além de apresentar uma variedade de formatos (série, minissérie, microsérie, telenovela, filme, estão entre os mais comuns), e têm como pontos em comum os objetivos de emocionar, entreter, conduzir o espectador à imersão em sua realidade.

Diferentemente do discurso historiográfico, a narrativa ficcional não se propõe a ser verificável nem verdadeira, mas está no plano do “como se”. Ela se assume como uma versão da realidade, onde o autor não descreve o que aconteceu, mas o que poderia acontecer (SILVERSTONE, 2005).

A narrativa ficcional assume, portanto, um pacto ou contrato de recepção com o espectador. Ela cria um universo próprio que pode se relacionar com a realidade vivida pelo receptor, mas é independente dela. Assim, a realidade representada na tela é tomada possível, aceitável, ou, simplesmente, como verossímil; graças ao uso de diversas técnicas dramáticas.

Para Pallottini (1989), a verossimilhança não se trata de saber se um fato representado é possível ou aconteceu, mas dos espectadores sentirem como se estivessem na situação apresentada, ainda que esta divirja completamente da esfera vivida, como no exemplo citado pela autora do fantasma em uma peça de Shakespeare.

A trama não exige que o público acredite em fantasma, mas cria um clima onde a existência desse ser adquira foros de credibilidade. Quando uma narrativa audiovisual busca remontar o passado – caso das narrativas de reconstituição ou histórica, que se baseiam em fatos reais – a verossimilhança com o período representado se torna essencial.

Rossini (2009, p.2) enumerou três características do filme de reconstituição (também aplicáveis a outros produtos audiovisuais): 1) que o enredo seja localizado propositalmente no passado, em uma época anterior à que a produção está sendo feita; 2) “que tenha por finalidade reconstituir um fato histórico, ou uma situação histórica, ou a biografia de alguém que teve existência real; [3] que seja apoiado em pesquisa histórica, a fim de se manter um mínimo de coerência com o já documentado”.

Com o objetivo de ser aceita pelo público, a produção da narrativa de reconstituição envolve um trabalho de pesquisa e detalhamento, que se apoia nos vestígios do passado – nos relatos, documentos, e na interpretação dada pelos historiadores – e nas testemunhas, invocando para si credibilidade.

Feitosa (2010) defende que a ficção recorre a um conjunto de recursos para provocar a sensação de passado. A autora destaca o uso de imagens documentais em preto e branco mescladas com imagens coloridas da trama, indicando uma passagem de tempo; e o detalhamento dos cenários, móveis e figurino.

Barbosa (2011, p.351) também destaca a importância do uso desses recursos para que o sujeito atribua às imagens ficcionais ao quadro do o passado. “[...] artefatos que não fazem parte de nosso cotidiano atual, vestimentas que vimos em outras imagens que indicavam

tempos pretéritos, arquiteturas que são familiares aos nossos olhos como emblemas de outros tempos, modos de falar, de vestir e de se comportar”.

A imagem da televisão, o som, o cenário criam a moldura externa que faz surgir um mundo que passa a se constituir em uma realidade ficcional própria. Já o cotidiano é retomado nos comportamentos e cultura representados, nos diálogos dos personagens, nas posturas adotadas por eles em relação aos eventos retratados, e nas atitudes cotidianas que eram comuns naquela época, como ler no bonde ou ir ao teatro, por exemplo.

Outra característica das narrativas que retomam o passado é que o pretérito é apresentado como parte do presente.

Um presente que inclui o passado, promovendo um embaralhamento temporal. Essa apropriação cria uma espécie de utopia comunicacional governada pela ideia de presente absoluto. Se o presente é governado pelo olhar (imagem), ao figurar também o passado como imagem, a televisão dá ao passado sentido de presente, criando um espaço vazio de tempo, um nenhures, um lugar que só existe como imagem e imaginação (BARBOSA, 2011, p.354).

No entanto, essa evocação do passado não pressuporia uma restituição da memória, mas uma produção de sentido presentificada, uma continuidade. Através das técnicas empregadas na construção da narrativa, o espectador teria impressão de que esse mundo passado seria tangível novamente e que poderia participar dele.

Lopes, Borelli e Resende (2002, p.251. Grifo nosso) referem-se indiretamente a sensação de presentificação instaurada no enredo das telenovelas, por meio do uso de um repertório compartilhado e reconhecível na memória de “falas, textos, velhas histórias, contos e lendas – um dia narrados, ouvidos, visualizados – [onde] **o passado reencontra no presente seu sentido** e permite a convergência de expectativas no processo de restauração das experiências”.

Esse embaralhamento temporal seria possível também devido à forma como a narrativa é organizada. Enquanto na esfera vivida, o passado apresenta-se como um ponto distante, na narrativa audiovisual, o espectador acompanha o desenrolar dos acontecimentos até o desfecho final (nascimento, doença, casamento, morte, por exemplo). Ele conhece o passado dos personagens, o presente e as motivações para o futuro. E ao mesmo tempo, o receptor correlaciona elementos do tempo narrado aos acontecimentos que marcaram o passado.

A narrativa se volta para o tempo presente, à medida que o autor tem a possibilidade de ampliar a representação dada e criar outra, seja através dos dramas vividos pelos personagens, seja pelos valores e ideias disseminados. Tal como os historiadores que reinterpretam e reescrevem as versões dos acontecimentos a partir das mudanças sociais, a representação ficcional é atualizada, e ainda com maior liberdade, visto que a telenovela sempre estará ancorada no território do imaginário, enquanto o processo de fabricação do relato histórico “é controlado pelos vestígios do real acontecido” (FEITOSA, 2010, p.3).

A narrativa de reconstituição é lugar também de esquecimento. O enquadramento do passado se mostra no modo como as interpretações das memórias coletivas e da história são evidenciadas, reforçadas, silenciosas e silenciadas, através dos diálogos, atuações, composição dos personagens e recursos técnicos utilizados. De acordo com Barbosa (2011, p.354), no audiovisual, a lembrança está inscrita “na imagem sob a forma do olhar, mas também a dimensão do esquecimento: aquilo que aparece como silêncio ou aquilo que sequer é nomeado na cena”.

Outra questão relativa ao enquadramento é a capacidade de projeção e agendamento de temas disseminados pela mídia. Pois à medida que seleciona o que veicula e privilegia aspectos do passado, a narrativa atribui relevância e notoriedade a determinadas interpretações, e, ao mesmo tempo, reforça o apagamento do que não é exibido.

Barbosa (2011) observa que nas narrativas de reconstituição há o predomínio do esquecimento por persistência¹¹ de restos na reconstrução do passado,

[...] algo que apresenta uma marca exterior, algum tipo de inscrição que reenvia ao passado. [...] São acontecimentos que ganham um sentido supra-histórico, por ter afetado o público em outra época e, em razão disso, de ter colocado uma espécie de marca afetiva, como algo que dura (BARBOSA, 2011, p.355).

A narrativa de ficção audiovisual se aproxima muito mais experiência vivida socialmente que a história. Ainda que com o tempo, a história seja reinterpretada e passe a abarcar lembranças dessas memórias, a representação realizada perde parte da subjetividade das experiências e também não abarca a dimensão das dores vividas.

Já, a modalidade não acadêmica “escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente

¹¹ A autora recorreu a esse conceito usado por Ricouer para tratar das marcas de passado que persistem nas narrativas de reconstituição e, simultaneamente, escondem aspectos do passado.

falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite” (SARLO, 2007, p.13).

Assim, Pollak (1989, p.9) e Hartman (*apud* GUTFREIND; RECH, 2011, p.141) argumentam sobre a capacidade que o filme e o documentário têm de apresentar uma alternativa de representação sobre um acontecimento trágico de um modo não traumatizante (e também menos impessoal que a história), mas que ainda assim abarca o lado emotivo das lembranças e outras dimensões sensoriais da experiência vivida, como cenário e cores.

Analisando a organização do enquadramento do passado no audiovisual, as potencialidades da mídia de projetar o debate de temas e da narrativa ficcional de conduzir à imersão; retomamos as reflexões de Bonin (2006) acerca da conformação da memória na recepção e observamos que a recepção é também um espaço público de disputa e discussão sobre a legitimidade dos diversos grupos sociais e instituições pela memória.

No caso da ditadura no Brasil, passados mais de vinte anos desde a reestruturação democrática, permanece o debate por parte desses grupos sobre a abertura do restante dos arquivos sobre o período e de esclarecimentos para os familiares de mortos e desaparecidos. Com o acesso limitado aos documentos oficiais, a diversidade de memórias publicadas e, mais recentemente, a instauração da Comissão da Verdade aparecem novas facetas do período e as interpretações se atualizam. De modo que as memórias dos atores sociais, envolvidos nas disputas políticas durante a ditadura, podem também ser reorganizadas mediante a interação com as várias versões sobre o passado configuradas atualmente.

A memória aparece como lugar de conflito, devido ao controle exercido pelo Estado sob a memória, que por vezes, não apenas deixou de contribuir como inviabilizou as investigações das famílias de mortos e desaparecidos, além do sentimento de impunidade que perdurou devido à anistia. Neste cenário, a exibição da narrativa utilizada para essa pesquisa (apenas a unidade dramática da primeira semana), a novela *Amor e Revolução*, remexeu com mágoas e rivalidades antigas, mas também trouxe o debate para o público.

4 A PERSPECTIVA DA TEORIA DAS MEDIAÇÕES

4.1 O sujeito: do paradigma de Lasswell às Mediações.

Durante muito tempo, nas pesquisas do campo de Comunicação predominaram concepções sobre o processo comunicativo que contribuíam para que o receptor fosse entendido apenas como o destino final, o ponto onde a mensagem se cristalizava. O próprio termo “receptor” sugere passividade. A comunicação era entendida como uma relação linear e direta; do polo emissor ao polo receptor. Dessa forma, todas as ações provinham dos meios de comunicação, instituições produtoras da mensagem. Essa concepção desconsiderava a complexidade do processo, as realidades sociais e plurais, o contexto histórico, político e econômicos, e as relações sociais que envolvem a recepção.

Ainda assim, são as investigações permeadas pelas duas perguntas finais do paradigma de Lasswell (“para quem” e “com quais efeitos”) que lançaram as primeiras reflexões sobre o receptor e iniciaram o caminho de transição de um enfoque condutivista para a perspectiva da comunicação mediada.

Na Pesquisa dos efeitos, a ênfase estava em compreender as funções e a influência da mídia sobre o sujeito. Apesar dessa corrente voltar seus estudos para a eficácia da comunicação de massa, ela reconhece que os meios não são a única causa dos efeitos sob a audiência, mas que eles atuam junto a outros agentes mediadores. A mera presença dos meios de comunicação não afetaria tanto a sociedade.

As funções não dependeriam somente de aspectos característicos dos próprios meios (como sua organização, a disposição de canais, os seus sistemas de propriedade e controle), mas da subjetividade do receptor (seus gostos, sua personalidade, os interesses dos grupos sociais em que ele está envolvido) e também da própria situação de comunicação (KLAPPLER, 1987; LAZARFELD; MERTON, 1987).

Sob essa perspectiva, Noelle-Neumann (2002) diverge de Lazarfeld, Merton e Klappler – que defendem os meios de comunicação como reforçadores de opinião – e ressalta que as mensagens dos meios de comunicação produziriam efeitos fortes, pois é a partir do quadro de referência pessoal que essas mensagens seriam recebidas.

Outras contribuições importantes provêm das pesquisas da Escola de Palo Alto e do Interacionismo simbólico que vão enfatizar a importância das interações sociais no contexto da recepção da mensagem e da própria cultura (entendida aqui como a estrutura simbólica hierarquizada e socializada).

“Assim como os enunciados da linguagem verbal, as “mensagens” oriundas de outros modos de comunicação não têm significação intrínseca: só no contexto do conjunto dos modos de comunicação, ele próprio relacionado com o contexto da interação, a significação pode ganhar forma” (WINKIN, 1998, p.32).

E finalmente, a perspectiva dos Estudos Culturais que concebe o sujeito como um agente ativo na história; e entende a cultura: 1) como um modo de vida e lugar de poder, onde haverá lutas e tensionamentos; 2) e um processo de simbolização da própria vida. Uma segunda realidade por meio da qual o sujeito compreende o mundo.

Herdeira dessa abordagem, a teoria das mediações entende o sujeito no âmbito da sociedade, das formações culturais e da história, considerando a multiplicidade e heterogeneidade de temporalidades e histórias que o abarcam. O processo comunicativo é pensado a partir das várias realidades, dos vários receptores, das várias relações com os meios, com a produção de sentido.

A recepção é um espaço de interação e um processo de negociação de sentido. O poder não é todo do produtor nem do receptor, embora boa parte da recepção esteja condicionada a emissão. A premissa da perspectiva de Mediações é de que processo de produção e recepção dos sentidos midiáticos é negociado e não simplesmente imposto.

Conforme defendido por Martín-Barbero (2001), a mídia ao mesmo tempo em que constrói representações sobre a realidade, é também um ator social, que acompanha as mudanças no cenário público ao mesmo tempo em que as propaga. Por outro lado, o receptor também é um ator social, com sua identidade, cultura e realidades que podem se assemelhar ou se distanciar do que é representado nos meios de comunicação.

Nesse sentido, a teoria das mediações permite analisar os sentidos produzidos entre os receptores na recepção da ficção audiovisual. Como a televisão representa a sociedade e suas mudanças, as memórias coletivas, a história, os grupos sociais, e, simultaneamente, como ela é representada por eles.

4.2 A teoria das Mediações.

Apesar da variedade que configura a América Latina é possível apontar um aspecto em comum no contexto de emergência da teoria das mediações: o processo de redemocratização política que permeou os anos 80. Conforme Orofino (2002), desde a década de 60, os países da América do Sul passaram por regimes autoritários e violentos. Com o apoio dos Estados Unidos, foram implantadas as ditaduras militares. E é na esteira dessa

trajetória de movimentos sociais e ações de resistência que surge o conceito de mediação. Coincidentemente, esse período de lutas marcou também as premissas dessa teoria.

Contrapondo-se a Teoria Crítica, em que o receptor é um alienado ante a Indústria Cultural e o sistema capitalista, Martín-Barbero desenvolve a teoria das Mediações. Para a Escola de Frankfurt, a ação dos meios de comunicação sob o público é vista como uniformizante e opressora. Para as Mediações, é preciso voltar-se para a figura dos sujeitos, não apenas enquanto objetos das mensagens midiáticas, porém como atores sociais que interagem entre si e articulam práticas.

Martín-Barbero (1995; 2009) critica a Escola de Frankfurt por “fundir a radical politização quanto aos donos dos meios, e os artifícios, com a dessocialização do receptor [...]”. Por isso o autor rejeita o conceito de ideologia e adota o conceito gramsciano de hegemonia, que permite pensar “a dominação social já não como imposição a partir de um *exterior* e sem *sujeitos*, mas como um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.112). Daí, o autor dirige suas reflexões para o cotidiano do sujeito, a cultura, a formação da memória, os costumes, os gêneros e defende e desloca os eixos da pesquisa dos meios para os processos de mediação.

É nesse sentido que apesar de centrarem-se nas dinâmicas que envolvem o receptor, os estudos de recepção têm se mostrado válidos para estudar também a instância de produção e configuração da mensagem. A proposta é compreender o processo comunicativo de forma integrada, mesmo tendo em vista a recepção.

4.3 O uso do conceito “mediação” em algumas teorias da Comunicação e na perspectiva das Mediações.

Apesar do termo mediação estar amplamente presente nos textos de Comunicação, o seu conceito está longe de ser um consenso entre os pesquisadores. O próprio Martín-Barbero, que desenvolveu a teoria no livro “Dos meios às mediações” (1987), citou o conceito de diversas formas em sua obra. Signates (2006, p.65) elenca os usos do conceito por Martín-Barbero e propõe as seguintes definições: 1) Construto ou categoria teórica; 2) Discursividade específica; 3) Estruturas e práticas vinculatórias; 4) Instituição ou local geográfico; 5) Dispositivo de legitimação da hegemonia.

Outra questão é que essa palavra tem sido usada de formas variadas em outras correntes teóricas da Comunicação, aumentando a confusão semântica. Percorrendo os

estudos, encontramos pelo menos três acepções sendo vinculadas à palavra mediação: *filtro*, *intermediação* (aqui se recobrem também os termos canal e ponte) e *interação*.

Nas Pesquisas dos efeitos, a ideia de mediação é comumente usada como sinônimo de filtro ou seleção dos efeitos pelo receptor e pelos emissores durante o processo de comunicação. Segundo Klappler (1987, p.168. Grifo nosso), os efeitos dos meios são “meticulosamente **peneirados e moldados** [pelo receptor. Isto é,] [...] os efeitos da comunicação de massa são **mediatizados** [...]”. As mediações estariam vinculadas aos gostos do receptor, personalidade e grupos de convivência. Lazarsfeld e Merton (1987) acrescentam o sistema de propriedade e controle dos meios como filtros da instância de produção.

Nas Escolas de Palo Alto e do Interacionismo simbólico, o conceito aparece de forma indireta como *intermediação*. A Escola de Palo Alto destacou os códigos de comportamento como mediadores que selecionariam e organizariam o comportamento pessoal e interpessoal, regrido sua apropriação do contexto e sua significação. Nessa perspectiva, o contexto da interação e dos modos de comunicar seriam mediadores na recepção da comunicação.

Edward Hall (2005) discute como mediações, também de forma indireta, a cultura, o contexto, os ambientes e as próprias emoções que são tramas indissociáveis (e em grande parte inconscientes) da existência do ser humano e modelam a sua percepção de mundo. Esses aspectos seriam tanto *filtros* quanto *meios* pelos quais o homem age e interage na realidade social.

Para a corrente do Interacionismo Simbólico, a linguagem seria a primeira mediação e, concomitantemente, uma estrutura simbólica e uma prática social. Aqui, a mediação carrega também a acepção de *intermediação* (a linguagem como meio para os homens interagirem entre si) e a de *interação* (a comunicação como meio de dar sentido ao mundo vivido e como prática que possibilita a formação de comunidades).

As reflexões mais atuais também fazem uso do conceito. Na perspectiva das Materialidades da Comunicação, ele aparece como *intermediação*. Segundo Mouilland (2002), o sentido não está somente na língua, mas no dispositivo (matriz ou suporte do conteúdo) e em sua relação com os lugares institucionais a que pertence e como estes se afetam na constituição do sentido.

Seguindo esse pensamento, McLuhan e Postman vão um pouco adiante e sustentam que os meios (em sua materialidade) modelam nossa vida individual e social (apud SCOLARI, 2010) não só na recepção dos sentidos midiáticos, mas nas práticas sociais.

E por fim, o conceito de mediação está ligado também à ideia de *interação* nas teorias da Mediatização. Conforme Sodré (2006, p.20. Grifo nosso), “está presente na palavra

mediação **o significado de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes** (o que implica dois tipos de interação), mas isto é na verdade decorrência de um poder originário de discriminar, de fazer distinções, portanto de um lugar simbólico [...]”.

A abordagem desses autores e de suas correntes de estudos se mostra relevante porque reporta o conceito de mediação tanto à atuação das mídias, enquanto organizadores das interações simbólicas, quanto se volta implicitamente para a ação do próprio sujeito na sociedade e em sua interação com os meios. Outro aspecto ligado ao conceito é a sua compreensão como prática social e/ou como produção simbólica.

Contudo, essas conceituações não caracterizam o conceito como proposto por Martín-Barbero. Entender as mediações como *filtros* ou como *intermediações* remete ao enfoque condutivista e etapista, reduzem a teoria e contradizem os pressupostos já mencionados, principalmente, o da comunicação enquanto processo integrado.

Retomando as definições propostas por Signates (2006, p.65), é preciso ressaltar que essas conceituações, não se excluem, mas se completam considerando a complexidade do processo comunicativo; visto que as mediações ocorrem em contextos diferentes a partir de lógicas distintas e simplificações generalizadas demais poderiam reduzir a teoria a um modelo estático.

Assim sendo, recorreremos a Orozco Gómez, que deu continuidade aos estudos sobre as mediações e buscou tornar essa teoria em prática de pesquisa analisando a recepção televisiva. Para isso, Gómez (1996, p.27), utilizou também o conceito de televidência (ou recepção), entendida por ele como “um processo complexo que carrega múltiplas interações da audiência com a TV a diferentes níveis e é objeto de múltiplas mediações”. Processo esse que não se restringe ao momento de assistência.

Segundo o autor, o sujeito frente à TV é condicionado individual e coletivamente. Ele tem maneiras de ver e distinguir os sentidos disseminados na mensagem televisiva. Orozco Gómez (1996, p.84) traz a perspectiva das múltiplas mediações, que são definidas como “processos de estruturação derivados de ações concretas ou intervenções no processo de recepção [...] e de fontes de mediação, os lugares onde se originam esses processos estruturantes”.

As mediações configuram e reconfiguram tanto a interação dos membros da audiência com a TV como a criação, por parte deles, do sentido dessa interação. Essa conceituação também foi utilizada por Lopes, Borelli e Resende (2002), embora haja pequenas modificações.

Com objetivo de tornar a teoria das mediações aplicável para análise, Gómez (1996) e Lopes, Borelli e Resende (2002) dividiram as mediações em categorias, embora eles admitam que essa organização não é extensiva nem definitiva, porque o jogo da recepção é um processo complexo e pode abarcar outros quadros sociais ou outras formas de racionalidade. Gómez utilizou as categorias de mediação institucional, mediação situacional, mediação individual e tecnológica. Já Lopes, Borelli e Resende definiram mediação subjetiva, mediação do cotidiano familiar, mediação da narrativa e mediação videotécnica.

Segundo esses autores, a produção de sentido é mediada em múltiplas mediações, que são marcadas por um espaço-tempo no processo de comunicação e por comunidades interpretativas – os lugares onde a audiência adquire sua identidade. Embora as mediações atuem simultaneamente, elas possuem diferentes forças no jogo da construção de sentidos.

4.4 As mediações e a memória.

Como dito anteriormente, Gómez (1996) desenvolveu quatro categorias de mediações e utilizou-as para compreender a recepção televisiva. O autor diferenciou mediação de fontes de mediação. Enquanto as mediações constituem processos sociais que reorganizam e estruturam a produção de sentido e práticas sociais na recepção, as fontes seriam os lugares de onde se originam esses processos estruturantes.

A cultura, a política, a economia, a classe social, o gênero, a idade, a atividade profissional, a etnicidade, os meios de informação, as condições situacionais e contextuais da recepção, as instituições (a família, os amigos, a escola, por ex.) e movimentos sociais, a mente do sujeito, suas emoções e experiências são apontadas como algumas fontes de mediação. Sendo que, o autor sustenta que a cultura impregna as outras fontes.

Quanto às categorias, a *mediação subjetiva* está vinculada ao próprio indivíduo enquanto ator social e sua inserção na cultura, considerando como fontes dessa mediação: o gênero, a idade, a etnia, a origem social, as emoções e experiências.

Esse tipo de mediação surge do sujeito, “tanto como indivíduo com seu desenvolvimento cognoscitivo e emotivo específico, como em sua qualidade de sujeito social, membro de uma cultura; em ambas as situações, a ‘agência’ do sujeito social-indivíduo se desenvolve em diferentes cenários” (GOMÉZ, 1996, p.85).

A *mediação institucional* está ligada às várias instituições sociais das quais o sujeito participa ao longo da vida, enquanto esferas de significação e como produto de um processo de institucionalização e historicidade. Essas instituições têm pesos diferentes nas mediações

conforme o grau de envolvimento do sujeito com elas. A família, os vizinhos, os amigos, colegas de trabalho ou de clube e o partido político são algumas fontes desse tipo de mediação.

A participação do sujeito em algumas instituições implica dizer que ele segue “algumas regras e procedimentos institucionais e são objeto de diferentes mediações, ainda quando sua participação seja algo ocasional” (GOMÉZ, 1996, p.88). A família, por exemplo, apoia sua mediação e se legitima em sua autoridade moral, geralmente apelando para o amor e a gratidão dos seus membros.

A *mediação videotécnica* ou *tecnológica* compreende os aspectos que envolvem as operações de construção da mensagem da telenovela e a sua apropriação por parte do receptor. Nesse caso, a televisão exerce uma dupla mediação, visto que além de instituição é um meio técnico.

Ela exerce uma mediação institucional à medida que atua na construção de representações sobre a família, a religião, a escola, a política etc. E exerce também mediações relativas à sua linguagem e ao contrato de recepção com a audiência.

O autor destaca, nesse caso, o gênero televisivo como fonte, “uma combinação específica de códigos que resultam em modos particulares tanto de estruturação do discurso da TV como de sua televidência” (MARTÍN-BARBERO, 1989 *apud* GOMÉZ, 1996, p.89).

Já, a *mediação situacional* está relacionada aos diferentes cenários em que a interação do sujeito com a tela (ou meio) desenvolve. “Cada cenário abarca possibilidades e limitações para o processo de recepção televisiva, tanto a nível espacial como a nível da interação possível da audiência” (GOMÉZ, 1996, p.87).

Nesse sentido, assistir a televisão sozinho, com a família ou pelo computador se constituem em formas diferentes de assistir TV e proporcionam interações distintas durante a recepção. Como a recepção não se reduz ao processo de assistir, uma conversa com amigos ou colegas de trabalho também pode propiciar uma mediação situacional, à medida que nesses dois contextos os ambientes diferem no modo como estimulam o sujeito a falar; e também uma mediação institucional. Assim sendo, as mediações se mesclam no processo receptivo, estando separadas apenas conceitualmente para fins de estudo.

Para a problemática desse estudo, a memória seria uma mediação fundamental. Fenômeno individual, mas também coletivo, ela impregna vários aspectos da vida social. Conforme já foi explicitado, a memória se constrói tanto na experiência pessoal do sujeito quanto em sua interação com o grupo, sendo por isso mediação *subjetiva e institucional*.

Mas, a memória pode ser também uma mediação *videotécnica*, se o sujeito relembra e relaciona, por exemplo, uma telenovela a outras, uma atuação ou um personagem a personagens de outros enredos, estabelecendo relações sobre a linguagem ou outras características desse formato de narrativa. Embora, Orozco Gómez (1996) assinale essas categorias para refletir sobre o processo de recepção televisivo, elas poderiam ser utilizadas para a análise da recepção de outros meios de comunicação.

Desse modo, para fins de análise, as categorias de mediações foram organizadas de acordo com o processo receptivo, observando tanto a situação de assistência quanto as relações entre as narrativas do sujeito sobre sua história de vida e sobre os capítulos da telenovela *Amor e Revolução*.

A teoria das Mediações é relevante para entender o processo de conformação da memória, pois observa o sujeito (em suas diversas relações sociais e experiências) e a capacidade dos meios de representar o passado e de mediar uma interação com esse tempo ido (conectá-lo a outro tempo/espaço).

A mediação institucional, por exemplo, refere-se também aos quadros coletivos da memória analisados por Halbwachs (1990), em que o sujeito através de relações de pertencimento com um grupo social, participa de uma memória coletiva e partilha de um conjunto de representações, tradições e formas de comportamento.

Desde sua particular especificidade histórica cada instituição trata de socializar aos seus membros. As instituições utilizam vários recursos para levar a cabo sua mediação. O poder e as regras são algumas estratégias, os procedimentos de negociação são outras, as condições materiais e espaciais também servem às metas institucionais. A autoridade moral e acadêmica são outros recursos. A atribuição de identidade e o desenvolvimento de classificações que dão sentido ao mundo são também aspectos das mediações institucionais (GOMÉZ, 1996, p.88).

Para manter determinadas interpretações do passado, o sujeito precisa sentir-se membro do grupo. Essa ligação pode ser puramente afetiva, como mostra o conceito de comunidade imaginada, ou estar efetivada em uma relação de engajamento com o grupo.

Sousa (1999) discute sobre o sentimento de pertença se expressa em práticas sociais de pertencimento. Inicialmente, o termo se refere à participação, inserção, partilha de interesses, sentimentos, comportamentos em um grupo social, mas também se liga à socialização política, na esfera da cidadania.

No contexto da novela abordada, a memória é uma mediação essencial para a análise, pois caracteriza a identidade do sujeito-receptor e a representação pessoal que ele faz dos

acontecimentos envolvendo a ditadura, mas também participa da representação fictícia, pois a televisão atua como lugar de configuração de memórias coletivas.

5 A RECEPÇÃO – A CONFORMAÇÃO DAS MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA MILITAR.

5.1 Esquerdas na cidade de Natal: lembranças sobre a militância política durante a Ditadura Militar.

5.1.2 Alberto Florêncio da Hora, 65 anos, militante do PCR e sindicalista.

Alberto Florêncio da Hora¹², natural da cidade de Extremoz, Rio Grande do Norte, reside em Natal desde seus dois anos de idade, quando sua família resolveu sair do interior por causa da transferência do cargo de seu pai na rede ferroviária. Na juventude, ingressou no curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas não chegou a concluí-lo. Trabalhou como professor e como bancário, cargo no qual se aposentou. É casado e pai de três filhos. À época da entrevista tinha 65 anos.

Durante a Ditadura, Alberto atuou na militância política contra o governo, junto Partido Comunista Revolucionário – PCR em Natal, do qual era membro. Anteriormente, ele já participava do Sindicato dos Ferroviários acompanhando o pai, líder sindical. E foi através desse envolvimento com o sindicato que ele diz ter compreendido o sentido das mobilizações sociais e da luta de classe.

Segundo Alberto, um episódio particular marcou o despertar dessa consciência. Momento em que ele percebeu que embora o governo se apresentasse como progressista, na prática, os trabalhadores precisavam pressionar o poder público para que mudanças sociais acontecessem.

Eu me lembro de um fato que Aluísio [governador do estado] como... Como ele tinha uma postura apresentável, como ele se apresentava como um homem progressista. Como um homem (né?!) liberal e progressista e... Os sindicatos, os trabalhadores se reuniam uma vez para pedir a encampação (né?!) da companhia elétrica, que era aquela companhia Força e Luz, que era ainda de capital estrangeiro. Inglês, né?! Fizemos... Houve uma manifestação muito grande. Fomos lá para o palácio. Todo mundo foi para o palácio do governo exigir. Pedir uma posição em relação a isso. E na época foi uma decepção grande porque ele se mostrou contra, que não podia e tal. Isso foi uma... Uma coisa que despertou em mim um pouco dessa... O sentido dessa luta. O que era.

¹² A análise da história de vida dos entrevistados com a militância foi feita a partir das entrevistas concedidas.

Ele conta também que em abril de 1964 estava com 17 anos e não entendia completamente o que era o golpe militar, mas, devido ao seu envolvimento com o grupo sindical sabia que o regime significava uma quebra da democracia no país.

É... Em parte, muita coisa eu sabia por que eu vivia no sindicato do meu pai, né?! Acompanhava muito meu pai [...] acompanhava as reuniões do sindicato. Tudo. Então, eu tinha um pouco de informação do que acontecia. Mas, a verdadeira... O verdadeiro motivo ainda não conseguia entender não. Eu sabia que existia um problema, que a ditadura tinha tomado o poder, que aquilo era uma coisa ilegal, que aquilo era uma coisa violenta e que a gente tinha que combater [...].

Nesse momento, os sindicatos do RN estavam ligados aos de outros estados. O dos ferroviários de Natal, por exemplo, tinha o apoio de Recife, Pernambuco. Eles tinham tanto organização quanto força política. Promoviam passeatas, greves e movimentos que pressionassem o governo a conceder melhores condições de trabalho nas indústrias. Alberto afirma que a categoria sindical via o presidente João Goulart como um herói, apoiava as reformas propostas pelo governo e acreditava que as mudanças no país aconteceriam em breve.

Com o início do Regime Militar, começa um processo de repressão e desmonte dos movimentos sociais. O novo governo proíbe as mobilizações e passa a vigiar e punir os líderes sindicais. Alberto conta que seu pai foi processado e aposentado compulsoriamente por causa de sua militância.

As greves também são contidas rapidamente e o movimento enfraquece. Florêncio relembra as várias greves de diversas categorias que ocorreram em abril de 1964. Ele conta que, após a invasão do exército às dependências da rede ferroviária, percebeu que a maioria das pessoas (desligadas dos movimentos sociais e políticos) desconhecia os episódios de violência acontecendo na cidade.

Quando houve essa invasão houve uma correria muito grande. [...] fui pra casa [...] a tarde quis voltar pra lá. Foi quando encontrei um amigo: 'Pra onde você vai?'. Disse: 'Tô indo lá pro sindicato'. 'Você no sindicato como, rapaz?! Tá tudo ocupado lá. Fique aí senão é você que vai ser preso'. Pronto. A partir daí eu comecei a sentir isso. Então eu fui à cidade. Ao centro da cidade. E comecei a circular e havia certa apreensão. Agora, a maioria das pessoas não percebia o que tinha acontecido não.

Alberto também menciona ter participado da União dos Estudantes e do Comércio. A associação tinha caráter assistencial (emissão de carteiras e apoio aos sócios) e não possuía

atuação política. Assim mesmo, também passou pela vigilância da repressão. Uma guarnição do exército foi enviada para checar a documentação e a diretoria foi substituída por um interventor, com o qual Florêncio trabalhou durante um tempo. O envolvimento com a militância política viria de outra forma; através de um amigo.

Alberto tinha 23 anos e já era casado, quando iniciou uma amizade com uma pessoa que atuava no Partido Comunista Revolucionário (PCR). Esse amigo começou a discutir com ele sobre a necessidade da população se organizar politicamente para contestar o governo, em um trabalho de doutrinação organizado pelo partido:

Eu vinha com esse verme da contestação, da luta. Eu já trazia desde... De jovem aí [...] Esse amigo foi quem influenciou. Começou a trazer literatura, começou a trazer livros, né?! Livros sobre o movimento comunista internacional e livros de pensadores comunistas, socialistas, né?! Foi quem organizou na minha cabeça o sentido da luta, né?!

O PCR era uma dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e tinha sua organização em Recife. Segundo Alberto, as ações do PCR em Natal visavam conscientizar e organizar a população, além de fazer propaganda contra o governo; denunciando mortes e desaparecimentos, o mau uso dos recursos públicos e os maus tratos nas fábricas. Os militantes produziam panfletos e jornais e distribuía às escondidas além de pichar as paredes da cidade com frases de protesto.

O próprio Alberto menciona ter produzido textos para o material. “Naquela época, você falar em desperdício era como se tivesse assinado um atestado de comunista. Uma declaração. A gente fazia o texto denunciando. Eu fiz muito texto a partir das informações que recebia”.

Em outros estados, a atuação do PCR envolvia o confronto armado com os militares. No Rio Grande do Norte, os militantes ensejavam ações do tipo, mas não tinham estrutura suficiente e havia o receio de que o grupo acabasse conquistando ainda mais a antipatia da sociedade.

Houve tentativas violentas de maior vulto aqui, mas ninguém conseguiu nada não. [...] A gente sonha em realizar... Acha que pode realizar, mas não tem condições concretas. Invadir a Secretaria de Segurança pra roubar armas? Nunca [que] ia fazer isso. Meia dúzia de magrelos e amarelim fazer o quê? Ia conseguir o quê? [...] Era uns... Ah. Uma espécie de delírio que a gente tinha. Tava tão ansioso [...].

O PCR tinha como objetivo ajudar, colaborar para restauração da democracia, mas no bojo dessas ações estavam as ideias de instaurar uma república socialista. Embora, parte dos militantes não acreditasse que nas condições que o país estava isso fosse possível. Ademais, a mídia e camadas da sociedade que apoiavam o Regime consideravam as militâncias de esquerda e dos movimentos sociais de modo geral (como sindicatos e movimento estudantil) como elementos de subversão, desordem, bagunça e inconseqüência. E era essa imagem negativa que era difundida para o restante da população.

Na análise de Alberto, o momento mais difícil da repressão na cidade de Natal foi a instauração do 5º Ato Institucional (AI 5), em 1969. Apesar da ditadura ter causado temor nas pessoas logo no seu início. O primeiro golpe que os militantes e suas famílias sentiram foi o desrespeito à lei, ao *habeas corpus*.

Você era preso, mas ainda existia o instituto do *habeas corpus* prevalecendo. Então, as pessoas eram presas, [...] mas libertava. O camarada ia à esquina e prendia de novo. Dizia: ‘Não. Cumprimos esse *habeas corpus*. Prende de novo e trás pra cá’ [...] Bom, isso era só o começo. Aí depois, já no final dos anos 70, é que as coisas começaram também a ficar mais violentas porque [...] as denúncias de torturas começaram a pipocar. Então houve um pavor grande entre todo mundo. Ai... ‘Estão sendo torturados será verdade isso?’ [...] No final dos anos 70 não [era assim], o cara já sabia que iria apanhar. Levar choque elétrico. Pau de arara. Ia sofrer. E tudo isso era apavorante.

De acordo com o entrevistado, a repressão estava em todo lugar. Às vezes, era um vizinho que por um problema pessoal delatava o militante político. Outras vezes, estava infiltrada no ambiente de trabalho ou nas escolas. Alberto conta que era professor em uma classe para jovens e, em sua classe, havia um rapaz que escrevia bem e tinha a letra bonita. Anos depois, descobriu que o moço era um agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Um tempo depois, ele já trabalhava como bancário e sua prisão ocorreu quando ele chegava ao local de trabalho. Sua família só descobriu que ele estava preso e em Recife quinze dias depois.

Para Alberto, ser de esquerda naquela época era uma opção de vida, mas também uma posição desafiadora de encarar o mundo. Havia a questão do sonho do jovem de conquistar o seu lugar no mundo, nesse caso, tentando mudar o país, defendendo suas ideias, mesmo que isso significasse encarar a perseguição política e a tortura física.

Naquela época ser de esquerda era complicado demais era uma opção quase (que se fazia) de vida. Ser de esquerda. Porque você era muito perseguido. Muito mal visto. ‘Esse camarada ser de esquerda... Esse sujeito tá alijado do convívio’. [...] Ser de esquerda... a gente sendo jovem era... Era como se fosse um orgulho, né?! Era um desafio, né?! Desafio. Imagina: você ter um sistema todinho montado contra uma maneira de pensar e você ir justamente de encontro aquilo ali?! Você ser contrário aquilo. Não era um desafio? Era ser guerreiro, né?!

Alberto considera que continua militando, mesmo sem estar engajado em grupos políticos. Para ele, militar hoje significa se manter informado sobre o que acontece no cenário político atual no país, defender as lutas sociais e levar às pessoas a um estado de consciência. A ter um senso crítico.

Exerço certa militância. Eu procuro exercer certa militância. É pelo que eu leio. Televisão informa pouco, por incrível que pareça (riso). Ela forma sim, mas não informa. [...] eu procuro me informar, estabelecer um ponto de vista. E procuro exercer essa militância onde eu puder. Onde tiver alguém querendo escutar eu dizer, dar meu ponto de vista e dizer: “olhe, nós estamos pensando assim, mas não é assim” [...].

A militância política aparece, assim, como um espaço em que se narra e também com o tom de conselho. A memória instaura-se como função social, onde o militante utiliza sua experiência para a compreensão do presente e análise do futuro, e a narração situa-se em um lugar de aprendizado para o ouvinte.

5.1.2 Mery Medeiros da Silva, 68 anos, militante nas Ligas Camponesas e do PCB.

Mery Medeiros da Silva é natural de São Gonçalo do Amarante, veio para Natal com sete dias de nascido, com sua mãe. Ele conta que teve duas mães, pois sua mãe biológica era empregada doméstica em uma família de classe média da cidade, e a patroa dela era a mãe adotiva dele.

Estudou no Colégio Atheneu até a segunda série do ginásio, quando foi para a clandestinidade e teve que se afastar. Depois de um período curto, retornou à escola e concluiu o curso secundário (que atualmente equivale ao Ensino Fundamental). Teve empregos diferentes, alguns, como assessor político. Trabalhou durante 13 anos no Sindicato de Águas e Esgotos como assessor sindical, função na qual se aposentou. É casado e tem um filho. Durante o período da entrevista, estava com 68 anos.

Ainda jovem no Atheneu engajou-se no movimento estudantil. Nesse fase da sua vida, envolveu-se também nas lutas operárias, participou de uma Liga Camponesa na cidade de Canguaretama e da organização e criação de sindicatos rurais no interior do estado. E foi no interior das lutas no campo que ele começou a militância política que desenvolveria durante todo o período da ditadura.

Bom... A Liga Camponesa. Eu me envolvi muito, por causa da defesa da terra e através de leituras. A reforma agrária sempre foi uma coisa que me fascinou, como a Revolução Cubana dos anos 60, porque é um... Uma coisa complexa que se arrasta por mais de 500 anos a reforma agrária. E nós achamos que ela não foi completada ainda dada a evolução da discussão permanente. E a Revolução Cubana também foi um tema que me fascinou. Então, esses temas me levaram pra ser adepto do socialismo. É... Das lutas sociais.

Ele conta que a conscientização sobre as questões sociais foi um processo gradual, mas também complexo – que começou já em âmbito familiar: “Eu já tinha essas ideias. Até porque essas ideias partiram de casa. Eu já contestava os atos das pessoas de casa, da família, da desigualdade social. Eu dizia: ‘Porque há tanta desigualdade social?’”.

Mery explica que começou a questionar e comparar a organização social, o comportamento das pessoas, as condições de vida e de trabalho na sociedade e isso causou atrito entre a família. A mãe biológica lhe apoiava. Já os pais adotivos mantinham um posicionamento contrário. E, por causa do ativismo nas lutas rurais, no início do golpe militar ele foi expulso de casa.

Durante a entrevista, Mery analisa esse momento e retoma as opiniões de sua família adotiva sobre a questão da reforma agrária:

Foi um processo doloroso. Um processo difícil, que apresenta um ponto natural dado ao... Vamos dizer... Ao antagonismo das ideias (ideias contrárias as outras). Ideia do patriarcado, ideia do conservadorismo e a ideia do novo, que era o marxismo. O socialismo. A reforma agrária. E, às vezes, tem as cores do terror. De tomar a terra. ‘Não. Reforma agrária é pra tomar terra dos outros. É pra expulsar padres dos conventos’. Não tem nada disso. Essa coisa toda. Choca, não é?

O entrevistado conta que no bojo desses questionamentos, havia mais que curiosidade. Havia um desejo de saber, que o levou a ler mais sobre as ideias socialistas e também a ouvi-las e debatê-las com outras pessoas. Nesse tempo, ele tinha amizade com alguns sapateiros (uma classe de operários politizada, tradicionalmente comunista) e conta que um desses

amigos, bastante próximo, Mário de Castro, foi quem “passou a discussão das ideias”, quem “fez sua cabeça”.

Aos 18 anos, ele já simpatizava com as ideias socialistas e conta que a Revolução Cubana e a reforma agrária eram temas que lhe fascinavam. Aos 20 anos, em setembro de 1963, ajudou a fundar uma Liga Camponesa em Canguaretama. A cidade era um ponto estratégico para o movimento camponês, pois fazia fronteira com Mamanguape e Sapé, municípios pernambucanos onde as lutas sociais estavam mais acirradas e evoluídas.

Nesse período, Mery estava ligado ao Partido Comunista Brasileiro que atuava também junto às ligas. O movimento rural não era político, mas vinculava pessoas com ideologias diversas que tinham em comum a defesa da redistribuição da terra.

As Ligas Camponesas eram uma frente. Tinham católicos, tinham reformistas, tinham independentes, tinham do MDB [Movimento Democrático Brasileiro]... Todos que eram democratas e queriam a reforma agrária. Não era de um partido único, tá entendendo? [...] Foi um movimento de... De uma frente única de vários segmentos, de várias ideias, de várias concepções, né... Ideológicas. Mas, que lutaram pela reforma agrária.

A Liga de Canguaretama funcionou legalmente apenas sete meses. Com o golpe militar em 1964, o movimento foi para clandestinidade. Instalou-se na região um clima de medo e também de surpresa. As pessoas, que militavam em partidos ou em mobilizações sociais, eram delatadas pelo “simples fato de conhecerem as outras pessoas [...] as pessoas se negavam a se falar com o medo de serem comprometidas”. Várias pessoas foram presas. Mery também relata que a mídia do estado atuou a serviço do golpe, ajudando a manter a sensação de terror e impunidade. Ele menciona sua foto e as de alguns colegas de militância figurando em um jornal:

Todo o dia o jornal falado dizia: ‘Fulano tá solto. Fulano tá solto. Fulano tá solto. Danilo Bessa¹³ ainda está solto. Foragidos’. Quer dizer, funcionava como órgão de delação. Não como órgão de informação. Porque essa não era a função da imprensa. Delatar as pessoas [...] Não tinha nada. Ninguém que defendia... Defendia a liberdade dos presos políticos. A não ser esses grupos com movimentos de anistia já em meia nove [...] Foi muito duro. Foi nesse viés, dizer que ‘Fulano tá solto ainda’ [...] é como quem diz assim: ‘Precisa ser preso’.

¹³ Líder estudantil, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro no RN.

Mery avalia que o Rio Grande do Norte foi o estado em que houve maior número de casos de delação, pois havia pessoas que se ofereciam para isso. “Eu vou delatar Mery, porque eu sou vizinho dele e ele é um comunista”. Por outro lado, as pessoas que não participavam do processo político, não avaliaram o que estava acontecendo. “Eram – vamos dizer – espectadores, né?! A população em si”. Ele sustenta que sabia o que estava acontecendo. Sabia que o golpe desde o início era “um movimento de supressão das liberdades”.

Com a ilegalidade da Liga e do partido, Mery passa a mudar constantemente de cidade, tanto para sua própria segurança quanto para contribuir com a reorganização do movimento rural. Viajava pelo Ceará, Pernambuco e Paraíba. Em 1965, ele tinha 22 anos e estava em Jaboatão dos Prazeres, Pernambuco, quando foi preso pela primeira de três vezes. Ele explica como o sistema repressivo driblava as leis para alongar o período de encarceramento.

Eles prendiam, num é? E para não soltar, eles deslocavam os processos para outra comarca no sentido de manter. [...] Você é acusado de atividades subversivas, em um só processo passava para Jaboatão. E depois de Jaboatão, passava para Natal para a justiça cível. Então, sua prisão continuava preventiva. Era uma maneira de alongar a prisão. Sendo que não tinha mais fatos a declarar. Então isso era... Isso é... Chama-se excrecência do direito [...] você não tinha prazo pra sair.

As questões sobre a liberdade e sobre os direitos humanos foram muito discutidas durante a entrevista com Mery. Logo, primeira conversa, ele me mostra uma cópia do Relatório Veras¹⁴, aponta sua foto e fala de outros companheiros que foram perseguidos, presos ou morreram nas mãos de agentes do Estado. Várias vezes, ele demonstra estar emocionado e também indignado com as situações vividas naquele período. Como, por exemplo, nos momentos em que fala sobre as dificuldades na vida clandestina, a distância da família, a morte de ambas as mães nesse meio tempo e a reconciliação com os parentes.

O retorno ao lar aconteceu depois que alguns membros da família foram presos por terem ido a Cuba antes do golpe militar – mesmo não possuindo vínculos com partidos de orientação comunista ou com movimentos sociais, grupos considerados subversivos e proibidos pelo regime. A situação, bastante comum naquele momento, – Mery cita casos de

¹⁴ Em 1964, pouco depois do golpe militar, o Governador Aluizio Alves convidou dois delegados de Pernambuco para realizar um estudo sobre a "subversão no Rio Grande do Norte". O estudo, conhecido como Relatório Veras, incriminou 82 pessoas. Foram abertos processos de Auditoria e muitos dos indiciados como subversivos foram presos e torturados (CONDORELLI, 2003).

peessoas que foram presas apenas por conhecerem militantes da esquerda – mudou a concepção da família.

[...] passei muita privação. Muita coisa. Fui chamado pra voltar ao lar e voltei numa situação muito difícil da família. Mas, (por incrível que pareça) a minha vida é pontilhada de coisas. A minha mãe adotiva faleceu quando eu tava no cárcere. Ela faleceu chamando pelo meu nome. [...] Mas... É... Minha mãe... É... Biológica. Ela morreu após a minha saída da prisão. Eu era preso e voltava (se emociona). E minha mãe adotiva morreu quando eu estava preso na casa de detenção do Recife. Então, são uns traços assim... Muito fortes (né?) dessa caminhada.

Depois da terceira prisão, ele volta à liberdade em 1971. A repressão política está no seu auge e, entre 1969 e 1971, as mobilizações pela anistia e liberdade dos presos políticos ganham força na sociedade. Pessoas com diferentes posicionamentos ideológicos passam a fazer manifestações na cidade.

Após o Golpe se criou aqui [...] o Comitê Rio Grandense de Anistia que era feito por liberais, professores da universidade [...] Enfim, foram várias camadas de pessoas. Mulheres. Médicas. Professoras. Pessoas da sociedade civil que não era comunista nem socialista. Era contra a dureza do Golpe. Foi feita uma grande manifestação aqui ao pé dessa estátua do padre João Maria¹⁵ e eram feitas visitas semanais de do Comitê Rio Grandense de Anistia aos presos políticos em Itamaracá¹⁶ [...].

Com a abertura política, Mery passa a integrar a Comitê de Anistia do estado em um trabalho conjunto com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). E em 1985, juntamente com outros militantes busca a legalização do partido. Em 1991, participa da fundação da Associação de Anistiados do RN, onde é membro da diretoria atualmente. Naquela época, a associação era uma entidade de caráter reivindicatório, voltada para a reparação financeira do anistiado (associado). Hoje, ela tem um trabalho de publicização das memórias sobre as militâncias de esquerda (na figura dos membros) e do período da ditadura no estado.

Mery conta que continua militando e persistirá na luta enquanto estiver vivo. Ele diz que a experiência com os movimentos sociais deu sentido a sua vida e se tornou um objetivo dela. Na apreciação dele, a sociedade mudou, mas o princípio de quem milita é o mesmo: agir

¹⁵ A estátua do Padre João Maria localiza-se em uma praça (homenagem ao pároco homônimo), no bairro de Cidade Alta, centro de Natal. A escolha do local é também simbólica para a manifestação. No século XIX, João defendia a liberdade e a solidariedade com o povo. Ficou conhecido por ajudar as pessoas mais pobres com cuidados médicos e distribuição de alimentos além de integrar o movimento abolicionista no RN (CAVALCANTI NETO, 2010, p.1).

¹⁶ Itamaracá era um das prisões do estado de Pernambuco. Vários militantes da esquerda do RN ficaram detidos lá, conforme o relato do entrevistado.

no coletivo para melhorar as condições de vida das pessoas. “Militância é isso: intervir na sociedade. Você não pode intervir na sociedade, opinar, sem ter uma militância. Sem ter a permanência com o grupo, que pode pensar até um pouco diferente, mas converge naquelas ações mais consensuais”.

Atualmente, ele participa do debate sobre a memória da militância de esquerda no estado do RN. É convidado para eventos e concede entrevistas para jornais e investigações acadêmicas. Fala e escreve sobre suas experiências e a de companheiros. Em 1999, publicou “Das evocações e dos esquecidos” e, em 2006, “Lições da Democracia e da Cidadania”. Quando foi entrevistado para essa pesquisa estava escrevendo mais dois livros. Sobre sua filiação política atual, ele conta que saiu do PCB, partido do qual fez parte durante quarenta anos, e está ligado ao PC do B (Partido Comunista do Brasil) há mais de dez anos.

Durante nossa conversa, Mery por várias vezes reflete sobre os papéis da liberdade de expressão e da democracia para melhorar a vida dos cidadãos e ampliar o debate público. “Havendo liberdade há debate. Havendo liberdade há conhecimento. Havendo liberdade há educação. Não havendo liberdade de falar, de se expressar, não. E é essa liberdade que lhe permitiu estar aqui”. Em sua análise, ele sustenta que o golpe militar além de ter ceifado vidas interrompeu um ciclo de crescimento e discussão política no Brasil.

5.1.3 Juliano Homem de Siqueira, 64 anos, militância no movimento estudantil, no PCB e no PCBR.

Juliano Homem de Siqueira é natural de Natal, Rio Grande do Norte. Morou na cidade até os 18 anos, quando teve que sair para não ser preso. Naquele momento, a repressão política se agravava com a instauração do AI 5. É professor do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e advogado. É casado e tem duas filhas. No período da entrevista estava com 64 anos.

Ele credita ao pai a conscientização política que possui desde cedo. O pai, médico e professor de língua francesa, era muito ligado em filosofia, economia e literatura. Fazia parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB, também chamado de partidão), simpatizava com a União Soviética e era apaixonado por Stalin. Desse modo, o primeiro contato de Juliano com as ideias socialistas ocorre em casa. Visto que seu pai lia livros marxistas, leninistas, além do jornal e revistas do partido, Juliano teve acesso a várias obras clássicas do pensamento socialista, das quais ele cita: O Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels e A Ordem da Família, do Estado e da Propriedade Privada, de Friedrich Engels.

Juliano conta que seu envolvimento com o PCB foi uma decisão pessoal. Ele tinha 12 anos quando comunicou ao pai que queria se filiar ao Partido. Participou, inicialmente, da juventude, uma organização parapartidária. Ele explica que o grupo era uma espécie de estágio. Só depois é que ele passa a integrar o PCB de fato.

Nesse momento, ele recorda um episódio no aniversário do partido, em 1964, antes do golpe, quando as pessoas estavam bastante otimistas com relação às mudanças sociais no Brasil.

Ah. A nossa sensação era que o movimento tava crescendo. Nós estávamos a caminho do socialismo, na antessala do socialismo. Não tinha nenhuma perspectiva sombria, num é? [...] lembro muito bem no aniversário do partido em 64. Em 25 de março de 1964, dia do aniversário do partido. O partido estava completando 42 anos naquele momento, num é? [...] já era legal e tinha uma sede na frente do antigo cinema Rex, na Avenida Rio Branco. [...] e nos ligamos em escutar o discurso do Prestes. Para ver como as coisas estavam fáceis para nós, o Prestes falando pelo rádio! E o Prestes¹⁷ dizia: “Nós não estamos no poder, mas já estamos no governo. Se os golpistas colocarem a cabeça de fora, nós cortaremos a cabeça”. Uma semana depois, a gente tava lá fugindo, né?! [...] Então... O golpe nos pegou de surpresa. A avaliação errada foi nossa. Da juventude.

Juliano sustenta que ele e os companheiros de partido viram a vitória democrática no plebiscito (que derrubou o parlamentarismo e devolveu plenos poderes ao presidente João Goulart) como sinal de que o país se encaminhava para as mudanças. E, por isso, acabaram não analisando o contexto nacional. Ele observa que em 1962, o presidente da Argentina tinha sido deposto, mas eles pensavam: “‘Aquilo é coisa da Argentina’, porque teve peronismo. Teve isso. Teve aquilo. Mas agora, no Brasil é diferente. ‘No Brasil não vai ter golpe’”.

Ele relata que soube pelo rádio sobre a movimentação das tropas de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro com o objetivo de dar o golpe no presidente João Goulart. Mas, ele e os companheiros mais jovens acreditavam que haveria resistência nos exércitos do Rio de Janeiro e São Paulo, que rapidamente aderiram.

Juliano conta que, no Rio Grande do Norte, o governador Aluísio Alves se dizia seguidor de Goulart, mas fez dois documentos, um apoiando o golpe e outro apoiando Jango. “Quando viu pra onde o vento estava soprando, ele soltou o documento apoiando o golpe”.

A classe média de Natal logo aderiu também. Ele relembra de uma manifestação em apoio ao Regime Militar na Praça André de Albuquerque, em frente à Antiga Catedral

¹⁷ Luís Carlos Prestes, liderança política do PCB.

Metropolitana (centro da cidade). As pessoas usavam cartazes e pediam pela cassação dos vereadores, deputados e parlamentares que eram comunistas.

As praças são apontadas por ele como locais de movimentação pública. Em outra praça, Juliano participa de uma manifestação dos estudantes em apoio ao prefeito Djalma Maranhão, logo após a deflagração do golpe. Esse foi o momento em que ele e outros colegas perceberam a perseguição política se iniciando.

Nós em aqui em Natal, nos reunimos no pátio do Atheneu. Saímos em passeata. As tropas não tiveram coragem de atirar. Receberam ordem de atirar, mas atiraram pra cima. Ali, próximo a onde fica o Palácio dos Esportes, na Praça Pedro Velho, também chamada Praça Cívica [...]. E a gente meteu o pé lá. Foi até o centro da cidade. Fez uma série de coisas e tal. Mas... De lá fomos à prefeitura pra apoiar o QG da legalidade, comandado pelo prefeito João Maranhão. À tarde, ele saiu de lá preso, mas botou pelo menos resistência. E cada um de nós tratou de se... Se virar.

Os grupos que resistiram ao golpe no estado sofreram intensa repressão. O movimento estudantil se esfacelou. Os grêmios e diretórios foram fechados. Juliano conta que estava no Diretório Central dos Estudantes quando soube que a casa de colegas universitários foi invadida pelo exército. Já no campo, as forças armadas tiveram a ajuda de usineiros, fazendeiros e seus funcionários, que mataram várias lideranças camponesas.

Para Juliano, em 1965, começa um movimento de desencanto com o regime. A eleição daquele ano para a prefeitura de São Paulo é um fato que ele considera como sintomático desse momento inicial de desgaste da Ditadura. O candidato que fazia oposição ao golpe venceu o pleito e o governo resolveu extinguir todos os partidos políticos existentes e criar apenas dois: Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Com o estabelecimento do Regime, o PCB foi desmantelado e Juliano, já com 16 anos, começa a trabalhar com outros militantes pela reorganização do partido. Em 1966, o partido volta a se reestabelecer. Cria-se uma base (ainda que na clandestinidade) na universidade e nos grandes colégios públicos da cidade e retoma o contato com pessoas que haviam participado do movimento sindical, rural, sindicalista rural e alguns intelectuais.

Juliano conta que havia um embate interno no partido sobre o caminho a ser percorrido na busca pelo retorno da democracia. Uns defendiam a resistência meramente política, outros – os mais jovens, basicamente, os estudantes secundaristas e universitários – defendiam o caminho armado, que foi a posição adotada por ele. Em 1967, ele rompe com o

PCB. E em 1968, funda com outros companheiros o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Juliano estava em Natal ainda. Estudava Direito na UFRN, mas viajou para acompanhar esse momento. Ele conta que não era um aluno disciplinado por causa de seu envolvimento político.

Eu fui à fundação, num é? Clandestinamente. Óbvio, né?! Voltei. Mantive as minhas atividades do movimento estudantil aqui. E ia à faculdade de Direito. Era um péssimo aluno. Frequentava poucas aulas. Nem tinha tempo disso, porque vivia fazendo manifestações, greves passeatas. Aquela coisa toda. Até que veio o AI 5. Aí, as passeatas eram violentamente reprimidas e a gente tinha que sair [...] [Eram] batalhas campais com a polícia. Em Natal, teve isso.

Quando ele entrou no PCBR, o entorno de membros era de quatrocentos militantes de Belém a Salvador. Prestes a completar 19 anos, ele se tornou secretário do partido e teve sob sua responsabilidade esse contingente de pessoas. Ele diz que foi uma irresponsabilidade, pois não tinha competência pra isso. Mas, não havia quem o substituísse.

Sua família considerou sua opção pela luta armada uma “aventura irresponsável, que não conduzia a nada”. Havia aquele sentimento de cuidado materno e paterno pelo que poderia acontecer. Havia ainda a divergência ideológica. Eles acreditavam que o partido deveria seguir o enfrentamento pacífico, mas Juliano estava convencido de que o caminho que o PCB estava seguindo era inútil para o retorno democrático. Ele acreditava que o PCB “não tinha entendido o movimento histórico. Tinha falhado em suas avaliações”.

O PCBR tinha dois grupos fortes no nordeste: Rio Grande do Norte e Pernambuco. Pernambuco era a organização mais forte. Rio Grande do Norte tinha a participação de grupos diferentes e abrangia cidades do interior. Dos quinze membros do primeiro comando central do PCBR, dois eram norte rio-grandenses.

Nós tínhamos um amplo ambiente secularista. Era altamente majoritário. Engenheiros da APES e os gênios mais importantes da tevê e tínhamos alguma influência no campo. Sindicatos rurais. Contatos com o movimento operário urbano. E tínhamos organizações em vários municípios do estado: Mossoró, Caicó, Assú, Ceará Mirim, Santa Cruz, Currais Novos [...].

Sobre a luta armada, Juliano explica que houve propaganda no estado do RN, mas por questões estratégicas e táticas, determinadas ações não foram realizadas, como, por exemplo, as apropriações dos caixas de agências bancárias em Natal.

Aqui fizemos umas quatro a cinco tentativas. Todas elas abortadas por uma simples razão. Não é porque os bancos fossem bem [mais seguros]... É porque nós não tínhamos como escapar do trânsito em Natal. Já que o trânsito era tão doido (rindo). [...] Assaltar o banco era uma teta. O problema era sair com o dinheiro. Ele até se localizava naquela Rua Mário Barreto, bairro do Alecrim. Não tinha como sair. Porque Natal tinha pouquíssimas saídas nesse tempo.

Ele explica ainda a logística das ações do grupo e o fato da repressão ter sido mais intensa em outros estados (os quadros revolucionários do PCBR concentraram seus esforços nas capitais de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo). Esses eram locais estratégicos e por isso foram onde os companheiros de partido foram presos, torturados e assassinados. E também onde os confrontos com os agentes do Estado foram mais frequentes e com maior violência.

[...] quando você faz uma guerra, você define as áreas em que você vai desenvolver a sua atividade militar. E, obviamente, que em Natal (que foi muito importante na segunda guerra mundial como base aérea) num movimento guerrilheiro não tinha importância nenhuma. Aqui não tinha uma indústria importante, num é? As unidades militares aqui foram importantes na segunda guerra mundial. Pra nós não tinha importância nenhuma também. [...] Isso era determinado pela própria lei da guerra. Você não vai ficar dispersando forças em áreas que eram profundamente secundárias. Natal tinha em torno de 180, 200 mil habitantes. O Rio de Janeiro já tinha 3,4 milhões de habitantes, São Paulo já batia mais de 10 milhões de habitantes e... Eram centros políticos, nervosos, econômicos, financeiros do país. Então, era lá que nós tínhamos que colocar nossas forças.

Ele relata que, em 1968, dois acontecimentos vieram a reforçar as convicções do grupo em seguir a luta armada: a primeira mobilização do povo contra a ditadura e a instauração do AI 5. Ele conta que em abril de 1968 estava no Rio de Janeiro, na ocasião da primeira passeata, uma manifestação contra o assassinato do estudante Edison Luiz. O rapaz morreu no dia 7. Depois da passagem da missa de 7º dia, no dia 18, uma multidão de cerca de 20 mil pessoas resolveu protestar.

Depois disso, ocorreram outras manifestações. De estudantes, dos direitos, por verbas e vagas na universidade, em solidariedade com os trabalhadores contra o abuso salarial, contra a repressão policial e contra a censura. Nesse mesmo ano, o PCBR, junto a outros grupos de mobilização social, organizou “greves na universidade, ocupação do restaurante universitário, residência universitária, reitorias, faculdades” e dezenas de comícios e passeatas. Até que veio o AI 5. O golpe dentro do golpe.

Juliano estava em Fortaleza em um restaurante universitário quando ouviu a leitura do AI 5.

A partir daquele momento, as coisas ficaram... Se... Se a gente vivia numa ditadura, houve uma espécie de golpe dentro do golpe. Houve o seguinte: se antes você tinha um ou outro assassinato e a tortura era uma prática não muito disseminada, depois disso, passou a ser uma rotina e os assassinatos se multiplicaram. E as atividades políticas legais desapareceram totalmente. E o congresso foi fechado. E o judiciário manietado e... E foi a instalação da ditadura no sentido mais... Mais vertical possível, né? Mais profundo. Mais contundente. E aí, a nossa opção pela luta armada se tornou mais convincente, num é?! ‘Não há mais o que fazer a não ser pegar em armas’.

Com o AI 5, a repressão intensifica-se e Juliano recebe a decisão do partido de sair definitivamente de Natal. Antes disso, ele conta que já estava praticamente morando em uma casa de estudante, pois era um lugar onde estavam quase quinhentas pessoas e havia várias saídas.

Um dia, ele sai para uma festa de aniversário e acaba dormindo na casa de amigos. No dia seguinte, vai direto para a universidade e encontra um conhecido, que avisa sobre a prisão de vários alunos na noite anterior. Aí, Juliano liga para uma vizinha de seus pais e descobre que há um cerco em sua rua (alguns carros camuflados aguardavam para pegá-lo).

Depois disso, ele fica uma semana na casa de um companheiro, escondido em um quarto. Esperando até “adquirir nova cor de cabelo, bigode crescer, usar óculos falsos. Não era de grau”.

Era um disfarce. E me mandaram pra Recife. Cheguei a Recife no início de janeiro e só voltei pra Natal depois que saí da prisão. Fiquei em Recife um tempo. Indo sempre a João Pessoa, Campina Grande, Maceió. Depois, a situação apertou. Aí um pessoal da Paraíba me denunciou. Um cara lá entregou muita gente. E o cara foi torturado e fraquejou. Basicamente, por conta da tortura da companheira dele [...].

Juliano ficou detido de 1970 a 1974. Quatro anos e dez meses. Foi preso no Rio de Janeiro. Depois foi para Recife. E, por fim, para a prisão de Itamaracá, uma ilha do estado de Pernambuco. Ele conta que Itamaracá era como um campo de concentração. “No DOI-CODE a gente era torturado, levava choque elétrico. Essas coisas todas. Mas, em termos de prisão, Itamaracá foi uma das mais brutais”.

Assim que foi transferido para lá, Juliano dividiu uma cela com mais de quarenta homens, onde só havia um banheiro. As condições do presídio eram desumanas. Os presos

políticos tentavam se organizar em um coletivo. Tanto para contornar a situação como para conquistar direitos, como banho de sol, por exemplo.

Juliano foi condenado a uma pena de mais de 20 anos de reclusão sem provas. Um advogado, Evandro Mendes Silva (junto a outros que defenderam presos políticos gratuitamente) conseguiu a redução. Mas, mesmo assim ele teve que esperar uns meses para sair. Esperar que advogado neutralizasse as ameaças do sistema de repressão. “Se ele sair, na esquina a gente mata. Na primeira curva da estrada, ele tá morto”.

Quando finalmente saiu, trocava o dia pela noite, por causa das lembranças das torturas. “Passava a noite acordado e só adormecia quando o sol nascia, porque era de noite que eles me levavam pra torturar etc.”. De volta à liberdade, ele resolveu voltar para o PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Juliano relata que, em 1974, a repressão tinha destruído a esquerda armada, o PCBR e também matou, prendeu e torturou muitas pessoas do PCB. Gente que tinha optado pelo caminho pacífico. Então, o Comitê Central do PCB mandou dissolver todas as organizações do partido, mas dois estados resistiram a essa ordem: o antigo estado de Guanabara e o Rio Grande do Norte. Com esse pessoal, o PCB foi reorganizado. Segundo ele, esse momento demarca uma mudança de concepção sobre o movimento pela democracia.

Nós tínhamos a ilusão de fazer aquilo que Fidel fez em Cuba. ‘Vamos começar com grupos pequenos e terminaremos ganhando a simpatia do povo e desmascarando os militares. E tomaremos o poder. Vai haver sacrifício, vai haver morte, vai haver tortura e tal [...] mas ao final sairemos vitoriosos’. Bom. Não foi isso a realidade. Foi bem difícil. Mas, perdemos a guerra o que foi fato. Aí tivemos que reciclar nossas posições e partir pra outro campo político até a luta parlamentar também, num é? Voltou à ordem do dia... Reorganizar sindicatos e movimento estudantil e recompor o movimento em massa [...] e grandes mobilizações populares [...] tirar os nossos companheiros da prisão, fazer os que estavam no exílio voltar ao país etc.

Apesar dessa avaliação, Juliano diz que fez o que considerou como melhor opção e que se voltasse aos 18 anos e àquele mesmo contexto, faria tudo novamente. Ele diz que o regime era ilegítimo e defende seu posicionamento político a partir da conjuntura atual do Brasil:

A nossa luta era absolutamente derivada de justiça. Nós estávamos (e tenho esse sentimento até hoje. Isso aí não muda não)... Nós estávamos do lado da história. E na contramão da história estavam eles. E aí até... Hoje, está se comprovando tudo o que nós defendíamos como ordem do dia, como coisas necessárias ao nosso povo. E as poucas conquistas que nós tivemos com o governo do PT e Lula e a presidenta Dilma eram bandeiras que nós levantávamos desde... De os tempos do Jango [...].

Atualmente, como professor de uma universidade pública, ele diz que a universidade é um espaço de debate no campo das ideias e, por isso, também político. E sustenta que jamais lecionaria em uma universidade privada, pois não acredita no ensino como mercadoria, mas como prática social de libertação.

Em relação ao seu posicionamento político, Juliano disse ser filiado ao PT e esclareceu: “Hoje, pra mim, não existe no Brasil o partido comunista. Nossa tarefa é construir um”. Enquanto a organização do partido não acontece, o PT funciona como uma espécie de “agasalho” e “um espaço político transitório”.

Juliano explica que considera o partido uma federação, (pois não há um pensamento único), e que segue uma corrente que é comunista marxista-leninista dentro do partido. Ele fala que o PT possui divergências internas, porém é um espaço onde o diálogo é possível. Atualmente, ele participa dos debates de algumas Comissões da Verdade no estado e das reuniões de sindicatos ligados ao partido.

Ao final da entrevista, Juliano afirma que não há nenhuma interrupção nessa militância do ponto de vista teórico, do ponto de vista prático, do ponto de ideológico e, em suma, político.

O comunismo tem um futuro solidário na humanidade. Sabe construir uma sociedade onde homens e mulheres possam se chamar companheiros, irmãos, né?! Vão acabar todas as formas de exploração. Não apenas dos capitalistas sobre os operários, mas dos homens sobre as mulheres, da sociedade sobre as minorias.

5.2 Análise da narrativa da telenovela *Amor e Revolução*.

5.2.1 A narrativa, os conflitos e os personagens.

O primeiro capítulo de *Amor e Revolução* contextualiza as circunstâncias em que a tomada do poder pelos militares acontece. Na primeira cena, um grupo de esquerda discute e planeja a criação de um governo comunista no Brasil, em janeiro de 1964. Em seguida, um

grupo de estudantes se reúne na UNE (União Nacional de Estudantes) em uma manifestação pelas reformas de base.

O capítulo exhibe ainda um trecho do discurso de João Goulart na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964 (sua fala é sobre as reformas), um incêndio na UNE e o encontro de um embaixador dos Estados Unidos com um general brasileiro (Lobo Guerra), que organiza o golpe.

A ditadura é retratada a partir do confronto ideológico e político entre militares e militantes da esquerda. Os acontecimentos exibidos na tela televisiva nos mostram as motivações que levariam esses antagonistas ao conflito armado durante o período. Os militares estariam defendendo o país de uma ameaça comunista, como evidencia a cena inicial. Os militantes estariam defendendo a liberdade democrática.

5.2.2 Núcleos de personagens/famílias e trama.

A instauração do Regime Militar é o conflito principal da narrativa, pois aparece como uma situação que afeta a vida de todos, principalmente dos núcleos familiares.

1) Família Fiel: Carlo e Odete Fiel são um casal de comunistas, que é preso e torturado juntamente com a babá de suas filhas, Lara e Alice. As duas meninas são levadas por Filinto e criadas em uma família de militares.



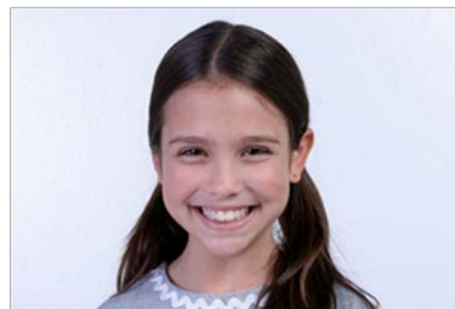
Carlo Fiel (Marcos Breda)



Odete Fiel (Gabriela Alves)



Alice Fiel (Thaynara Bergamin)



Lara Fiel (Bruna Carvalho)

Figura 1: Família Fiel

2) Na família Guerra, o general Lobo, marido de Ana Guerra, é um dos articuladores do golpe militar junto a seu filho major Filinto. A esposa de Filinto, Olívia, é contra o regime e se revolta ao saber que o sogro e o marido fazem parte de um Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Filinto auxilia seu pai durante o golpe. Comanda ações de tortura e assassinato de comunistas. Traz duas meninas para serem criadas por Olívia, Lara e Alice, cujos pais estão desaparecidos, o que causa desconfiança na esposa.

Major José Guerra, o filho mais novo do casal, é a favor do governo democrático no país e se desentende com o pai e o irmão. José apaixona-se por uma moça da militância comunista, Maria Paixão. Ana Guerra, mãe da família, é contra a ditadura, mas busca conciliar a paz familiar e é passiva diante das atitudes violentas de Filinto e Lobo Guerra.



Figura 2: Família Guerra

3) Na casa da família Paixão, o clima após a notícia que o regime militar havia sido instaurado é tenso. Thiago Paixão, pai da família, é jornalista e teve envolvimento com o Partidão (Partido Comunista do Brasil) e apesar de não ser mais membro, teme a prisão. Lúcia, sua esposa, é professora e receia que o marido e a filha, Maria, sejam alvos da perseguição política.

Maria é militante no movimento estudantil, discorda do regime e decide participar de protestos juntamente a outros estudantes, mesmo sabendo do risco de ser presa e torturada.

Apaixona-se pelo militar José, mas tem dúvidas sobre essa relação. Simpatiza com a luta armada.

João é o oposto de sua irmã, prefere a luta pacífica. É ator de teatro e vê sua arte como caminho para conscientizar a população sobre a necessidade de mudanças, mas sabe que a repressão também pode recair sobre o trabalho artístico.



Thiago Paixão (Mario Cardoso)



Lúcia Paixão (Fátima Freire)



João Paixão (Paulo Leal)



Maria Paixão (Graziela Schmitt)

Figura 3: Família Paixão

4) Outro núcleo familiar é o casal Batistelli e Jandira. Os dois são líderes de esquerda conhecidos e defendem a luta armada como forma de voltar à democracia. Com o golpe, passam a ser duramente perseguidos pela repressão.



Rubens Batistelli (Licurgo Spinola)



Jandira (Lúcia Veríssimo)

Figura 4: Casal Batistelli e Jandira

5) O núcleo do jornal também é afetado pelo golpe militar, por causa da censura as críticas ao novo governo e a divulgação de notícias sobre violações dos direitos humanos. Os

personagens que compõem o jornal (nos capítulos da análise) são: Marina, dona do veículo, a favor da liberdade democrática; Mário, jornalista, autor de teatro e comunista; Thiago Paixão, jornalista; e Dra. Marcela, assessora do jornal nos assuntos jurídicos, além de ser amiga pessoal de Marina.



Figura 5: Núcleo do Jornal

6) Núcleo da Repressão. Os personagens desse núcleo fazem parte dos órgãos de segurança nacionais e do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Dele fazem parte: general Lobo Guerra, Filinto, inspetor Fritz, delegado Aranha, tenente Telmo e Dr. Ruy.

Delegado Aranha, inspetor Fritz e tenente Telmo prendem e interrogam comunistas, além de praticar tortura e cometer assassinatos. Já, Dr. Ruy trabalha no hospital militar e acoberta as torturas com falsas autópsias.



Figura 6: Núcleo da Repressão

7) O núcleo do Teatro: Esses personagens discutem sobre a liberdade de expressão e a democracia. Divergem sobre o caminho para o retorno democrático; se pela luta pacífica do povo ou através da luta armada. Receiam a censura do novo governo sob o trabalho artístico e a perseguição política. O grupo é composto por João Paixão, Mário Luz, Beto Grande, Stela Lira, Chico Duarte, Nina Madeira e Miriam Santos.

Beto Grande é ator do grupo e dono de uma cantina. Defende a luta pacífica. Chico é diretor de teatro e suas peças contestam a ditadura. Nina é a atriz e participa Movimento Guerrilheiro. Stela é atriz e defende a luta armada. Miriam também é atriz, mas não se interessa por assuntos políticos e é criticada pelos colegas.



Figura 7: Núcleo do teatro

Na sequência, após a tomada do poder por parte das forças armadas, acirra-se o embate dos posicionamentos políticos dos grupos representados. Os conflitos secundários aparecem em seguida: o medo da morte e de ser preso, no caso dos personagens que se mostravam contrários ao regime e de seus familiares (Carlo, Odete, Nina, Batistteli, Jandira, Thiago, Lúcia, Mário e Maria); a crise no casamento (Thiago e Lúcia), o romance impensável entre antagonistas políticos (José e Maria), a busca de pessoas desaparecidas (Olívia), o drama da separação da família (Lara e Alice), a luta por emancipação e a liberdade sexual da mulher (Olívia e Stela) e a violência doméstica (Filinto e Olívia).

Esses conflitos reproduzem elementos da vida cotidiana e temas universais para o ser humano e tem como função ancorar a narrativa e promover a identificação com os personagens, como analisa Lopes (2011).

As narrativas ficcionais de televisão configuram-se como uma espécie de resposta a uma necessidade difusa e universal de ouvir e de ver; criam e articulam temas de interesses fortes – elementares básicos, ou melhor, primários, da vida cotidiana, do estar no mundo: **o bem e o mal, o amor e ódio, a família, a amizade, a violência, a justiça, a doença e a saúde, a felicidade e a desgraça, os sonhos e os medos**. Esses embates tão característicos da natureza humana se revelam como peças-chave para a compreensão do papel da narrativa ficcional em nossas vidas. A ficção televisiva não deve ser entendida como uma história específica, uma particular produção de gênero na televisão, mas antes o inteiro *corpus e fluxo* das narrativas por onde assume a função de preservar, construir e reconstruir um senso comum da vida cotidiana (LOPES, 2011, p.251. Grifo da autora).

De modo geral, as cenas dos primeiros capítulos exibem as seguintes situações: discussões e conversas nas casas de família, no jornal, no bar e no teatro; as movimentações de estudantes (pelas reformas de base e em protesto ao golpe militar), de estudantes na faculdade, confrontos armados entre militares e esquerdas, prisões e torturas (a partir do segundo capítulo).

Em relação aos personagens e o posicionamento político-ideológico deles, a narrativa apresenta-os em quatro grupos: 1) militares – quadro de agentes do Exército que instaurou o governo ditatorial; 2) militantes – comunistas e ativistas do movimento estudantil; 3) democratas – defendem que o governo eleito pelo povo, simpatizam com o comunismo, mas divergem em relação aos ideais de governo; e 4) neutros – grupo que se abstém de se posicionar politicamente ou está alheio aos acontecimentos. Um aspecto a destacar é que a seleção de capítulos analisada teve uma representação inexpressiva de “neutros” (apenas a babá e as filhas do casal Fiel) e simpatizantes ao novo governo (Miriam, atriz; e Ana Guerra, esposa do general Lobo Guerra).

5.3 Narrativas sobre a ditadura em Natal: espaços e tempos lembrados a partir das imagens da telenovela.

5.3.1 Dos modos de ver: análises dos entrevistados sobre o enquadramento ficcional.

Todo produto audiovisual traz um enquadramento narrativo que evidencia determinados discursos e comportamentos presentes na sociedade e que é, portanto, um recorte da realidade e também um espaço de conflitos políticos-ideológicos. Como sustentado por Pavan e Oliveira (2004, p.6), os produtos midiáticos apresentam “várias possibilidades

interpelativas. Entretanto, uma – ou um conjunto delas – se sobressai, se apresenta como a hegemônica”.

Pavan e Oliveira defendem (2004, p.6) que em uma obra ficcional esse conjunto de interpelações se referencia nas lógicas antitéticas (bem/mal, certo/errado, mocinho/bandido, herói/vilão). A hegemonia se apresenta dentro do campo das referências tidas como positivas.

No enredo de *Amor e Revolução* essa dualidade é relacionada ao posicionamento político dos personagens: democracia/ditadura, liberdade/censura, comunismo/capitalismo, militante/militar, proletariado/burguesia; e também é percebida no próprio título do produto. A palavra “amor”, que faz referência aos envolvimento afetivos representados; e “revolução”, que remonta ao embate político-ideológico, pois ambos os antagonistas usaram esse termo na época da ditadura para referir-se aos seus projetos políticos.

Os militantes de esquerda se denominavam “revolucionários” e usavam o termo “fazer a revolução” para se referir à implantação de um governo socialista no Brasil, e também, durante a ditadura, para mencionar a ação dos grupos que faziam oposição ao regime. Já os militares usavam o termo “Revolução Redentora” para referir-se ao golpe militar, como afirma o entrevistado Juliano Siqueira: “Quem é que fala mais nisso? Que o 1º de abril foi a Revolução Redentora? [...] Eles diziam: ‘nós somos da Revolução Redentora. E os subversivos, né?! Comunistas, ateus, escravizantes””.

Os sobrenomes de algumas famílias – Paixão, Fiel e Guerra – também apontam essa dualidade. Paixão e Fiel são família ligadas ao comunismo, defendem as reformas sociais e a liberdade de expressão. Os lares dessas famílias são mostrados como harmônicos e cheios de afeto e cumplicidade. Enquanto, a família Guerra (onde todos os homens são militares) aparece como um núcleo de desavença. Os personagens sempre estão em discutindo por causa de suas divergências ideológicas. E alguns deles (os personagens Filinto e Lobo Guerra) chegam a desferir atos de violência física e psicológica contra os outros membros da casa.

Essa antítese é percebida também no uso dos recursos cenográficos e nos contextos de aparição dos personagens. Os militares apareciam quase sempre fardados (mesmo quando estavam em casa), envolvidos em conflitos familiares (discussões), em situações de violência (sempre iniciadas por eles) e em ambientes escuros, como nas cenas de cerco e perseguição aos comunistas à noite, e no galpão de tortura.

Já, os militantes apareciam, na maioria das vezes, em ambientes claros (em casa, no bar, no teatro, no sítio) e em situações de diversão, solidariedade e amor. Um exemplo seria a cena em que Odete e Carlo Fiel abraçam as filhas, antes de fugir da dos agentes da repressão.

O enquadramento dos capítulos utilizados para assistência destaca os acontecimentos relacionados a esses antagonistas (agentes do Estado e militantes) durante a ditadura e omite ou apenas cita a participação de outros grupos, como os empresários, o Congresso Nacional, os militares contrários ao golpe, os sindicatos das indústrias e as ligas camponesas. Essa ausência é percebida e analisada por Juliano.

Eu senti falta de ver aquele... Uma abordagem de um plano mais superior da... Do âmbito político, né?! Dos políticos, senadores, deputados. A reação no Congresso, a posição dos congressistas, a posição dos... Dos homens do governo, dos generais que... Que estavam liderando o movimento. [...] essa movimentação nessa esfera mais alta, né. Porque na raia miúda a gente tava vendo. O torturador. O militante correndo, gritando, brigando, sendo torturado. Uma família incomodada com o problema. O jornalistazinho também incomodado, preocupado. Outros, pessimistas. Outros, otimistas. Essa é... Uma é... Uma área, mas a aquela área maior a gente não viu.

Alberto também questiona o destaque dado a determinados personagens, em detrimento desses grupos que não são retratados na sequência dos quatro capítulos. “colocam personagens com uma importância... Uma relevância que não teria normalmente, né? E outros com uma importância muito maior de que do... do que [era]... Por exemplo, aquela mocinha dona de casa esposa do... Do militar, num é?”.

Essas observações refletem as divergências entre a memória dos entrevistados sobre a ditadura militar e a militância de esquerda e o trabalho configurador dessas memórias exercido pela mídia. *Amor e Revolução*, enquanto narrativa de reconstituição histórica, fabrica e condiciona a memória sobre o regime militar na sua própria estrutura e forma, como defende Bonin (2006, p.134).

O enquadramento fornecido correlaciona a unidade dramática às perspectivas históricas dos atores sociais envolvidos. E nesse movimento, comporta discursos legitimados pelos relatos oficiais e encerra uma explicação sobre os acontecimentos, que parte da esfera do vivido, mas não é simplesmente uma reprodução dela.

Já o receptor, enquanto testemunha e ator social representado mantém formas de “consciência do passado”, “percepções fundamentais” e “esquemas interpretativos” compartilhados pelo seu grupo de militância. Bosi (1994, p.67) defende que quando um grupo trabalha “intensamente em conjunto há **uma tendência de criar** esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘**universos de significado**’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos” (BOSI, 1994, p.67. Grifo nosso).

Nas entrevistas e conversas após assistência dos capítulos da novela, esses universos aparecem nas narrativas sobre as prisões, as torturas, o contexto em que o regime militar foi deflagrado e os valores do grupo de militância, por exemplo. Mesmo atuando em partidos e mobilizações sociais distintas esses aspectos se repetem na fala dos militantes.

Consideramos que esse repertório compartilhado tem como fonte não apenas o grupo, mas também os relatos históricos. Durante as conversas com os entrevistados, observamos uma tendência a completar as lacunas do passado utilizando a narrativa histórica, principalmente no que se referia à esfera do não vivido/não testemunhado.

Ainda que a memória coletiva da militância se sobreponha à narrativa histórica, há um espaço em que a lembrança se esvai, seja por não ter importância para o grupo no contexto atual, seja porque o acontecimento não foi vivenciado, mas apenas ouvido. De acordo com Bosi (1994),

haveria uma ausência de elaboração grupal em torno de certos acontecimentos ou situações. A rigor, o efeito, nesse caso, seria o de esquecer tudo quanto não fosse ‘atualmente’ significativo para o grupo de convívio da pessoa. É o que sucede às vezes: os fatos que não foram testemunhados ‘perdem-se’, ‘omitem-se’, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente (BOSI, 1994, p.67).

Expressões como **“eu não vi”, “que eu saiba”, “pelo que eu li”, “pelo que eu sei”** foram usadas pelos entrevistados para demarcar esse apelo ao relato histórico, como em um momento em que Alberto Florêncio comenta sobre uma cena de tortura do primeiro capítulo: **“eu não imagino** num... No início, aquela... Aqueles instrumentos de tortura. **Tenho ouvido falar** que no início do movimento houvesse aquilo não. Esse tipo de tortura. Aquilo que eles faziam com cadeira do dragão [...] realmente, **eu preciso rever minhas leituras** pra saber se houve isso”.

Os relatos históricos também são utilizados para corroborar o discurso do entrevistado, como pode ser observado na análise de Juliano Siqueira sobre o envolvimento de José (militar) e Maria (líder do movimento estudantil e militante): “Uma coisa muito questionável nessa novela, nessa série é... Esse amor entre um cara da repressão e uma pessoa (uma moça, no caso), vinculada ao movimento revolucionário. **Eu confesso que eu nunca ouvi muito menos vi nenhuma referência sobre isso**”.

Sarlo (2007, p.9, 38), analisando a conflituosa relação entre história e memória, explica que “a memória desconfia de uma reconstrução que não coloque em seu centro os direitos da lembrança” e “o testemunho exige não ser submetido às regras que se aplicam

outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência”. O relato da experiência direta, portanto, exige confiança e crença e não se presta a comparação com outras fontes.

Por causa dessa exigência de crença no testemunho como uma narrativa “verdadeira”, consideramos, inicialmente, que no processo de recepção do audiovisual, os entrevistados (enquanto atores sociais participantes dos acontecimentos representados) apontariam para a dicotomia realidade/ficção na telenovela. Com o objetivo de legitimar suas memórias, eles discutiriam a verossimilhança entre suas experiências e o quadro apresentado.

Contudo, para além da questão da verossimilhança com as situações vividas, foi possível observar outros movimentos na produção de sentido dos receptores. Apesar de algumas semelhanças nas narrativas, as histórias de vida e o próprio envolvimento com a militância nos partidos de filiação comunista diferem bastante assim como os modos de ver a telenovela e as mediações que foram destacadas.

Alberto e Juliano fizeram várias observações quanto ao enquadramento empreendido, no que concerne a organização espaço-temporal dos acontecimentos e as semelhanças entre os comportamentos e situações vivenciadas pelos personagens, a memória sobre os seus grupos de militância e o conhecimento histórico sobre o período. Já Mery Medeiros ressaltou o apelo emocional da narrativa e analisou os modelos de comportamentos políticos-ideológicos, as posturas e os valores dos personagens em relação aos conflitos vividos.

Um aspecto observado no discurso dos entrevistados durante o processo receptivo foi a personalização das narrativas e do grupo de pertença. Em vez de focar os acontecimentos que envolveram a trajetória do grupo de militância, eles se voltam para os sujeitos. Quem eram os militantes políticos, quais seus ideais e atitudes, como eles se comportavam, e também quem – em suas opiniões – eram os militares.

Alguns temas que não apareceram na entrevista de história de vida (ou que apareciam em um contexto apenas histórico) eram discutidos durante ou após o momento de assistência. Se em primeiro momento, os entrevistados ressaltavam os acontecimentos, assistindo os capítulos da novela outras questões eram colocadas; como por exemplo, os relacionamentos afetivos.

Durante a entrevista de história de vida, questionamos os entrevistados sobre como eles começaram a participar dos movimentos sociais (sindicatos, ligas, união de estudantes) e dos partidos, como era a atuação deles e se eles tinham algum relacionamento durante aquele período. Mery e Juliano afirmaram que eram solteiros. Juliano disse ter tido um envolvimento

breve com uma companheira de militância. Só Alberto disse já estar casado, mas afirmou também que sua esposa não tinha alguma ligação política e só fazia apoiá-lo.

Embora, eles tenham sido indagados quanto ao “relacionamento amoroso”, esse ponto não foi muito explanado por eles. Depois de ver os capítulos, além de contestar determinadas representações, os entrevistados colocaram novas informações sobre esse tema e contaram algumas histórias.

Alberto e Juliano criticam o envolvimento entre José (militar) e Maria (militante) e acham a situação completamente ficcional. Os dois personagens se conhecem no dia do golpe e, por causa da insistência de Maria em participar de movimentações com os estudantes, eles acabam passando por alguns cercos da repressão.



Figura 8: Mário desconfia que José seja um militar infiltrado.

Apesar disso, José se encanta por Maria e insiste para que a moça dê um número de telefone para ele. O amigo de Maria, Mário, insinua que José seria um militar infiltrado e que não é seguro trocar informações com um desconhecido. A moça começa a insistir para que o rapaz lhe conte a verdade.

Alberto comenta que em uma situação real na primeira dúvida a moça teria dispensado o pretendente.

É uma coisa que chama atenção com relação à dramaturgia em si dos fatos. Aquela história do rapaz infiltrado que a moça insiste, insiste, insiste. Eu penso que no caso deles uma pequena desconfiança já bastava pra ela descartar ele, né?! Se é que eles estavam... Ela, eu acho que sim. Faz parte de um grupo consciente, né? Que sabia o que queria. Então, ela não ia dar chance não.

Juliano critica a forma como a infiltração é retratada e relembra também a aparência dos agentes do Estado.

O pessoal da repressão era tão asqueroso até fisicamente que era meio incapaz de... Acontecer alguma coisa desse tipo. **Não tinha nenhum galã na repressão.** Isso é... Pura ficção. As infiltrações eram feitas de outra forma e normalmente depois de prisões. Pessoas que eram presas e torturadas fraquejavam e faziam acordo com a polícia, né.

Em outro momento, Juliano comenta sobre as relações afetivas dentro da militância, que na avaliação dele eram situações raras. E conta também sobre as dificuldades de manter uma família por causa da perseguição política.

Não era muito comum essa coisa de relacionamentos sentimentais no interior do movimento revolucionário. Era uma coisa muito rara. Muitos que quando surgiu o golpe [...] eram casados foram obrigados até a abandonar suas famílias, porque as mulheres não tinham nenhum compromisso político. Principalmente, os que já eram de idade, né?! Outros, cujas mulheres eram também revolucionárias, saíram como casais na clandestinidade e tiveram problemas, principalmente, os que tinham filhos. Ir pra escola etc. etc. e tal. Era problemático. E nós que éramos da juventude nós éramos muito... – Como é que se pode dizer? – Nós éramos muito... Jesuítas, né?! A gente tinha muito respeito pelas companheiras e as relações eram muito formais. Às vezes, surgia... Um caso de simpatia, um caso de amor, uma história de amor grande, mas não era regra geral não. Era uma coisa muito... Localizada. Assim. Não era universal. Era muito restrita.

Juliano falou também sobre companheiros que fugiram à regra e tiveram relacionamentos afetivos durante a Ditadura. Como exemplo, ele cita Marighella.

Era muito bem casado, apaixonado pela mulher; Maria Clara, mas... Em cada porto, ele tinha uma... Um ponto de apoio. E ela sabia, né?! E a reação dela era muito interessante. Eu tava vendo até agora na biografia do Marighella. Essa nova que fizeram. “Ele é muito atraente. As mulheres se atraem por ele. O que é que eu posso fazer?”. Mas eu sei que ele... Sempre voltava pra mulher. Ela não tinha ciúme ou aparentava não ter.

Assim, durante as assistências, a narrativa passava a centrar-se nos sujeitos, suas ações e motivações. A violência e as circunstâncias vivenciadas no tempo da prisão, por exemplo, não foram tratadas pelos entrevistados no nosso primeiro encontro (quando foi realizada a entrevista sobre a história de vida deles), mas foram pontuadas quando assistimos os capítulos.

Na recepção, eles retomaram também a textura da experiência. O ambiente. Os detalhes. Os sentimentos que envolveram determinadas situações. Nomes de pessoas, lugares e datas eram citados como modo de ressaltar “**como isso ocorria**” na realidade (na experiência deles).



Figura 9: Carlo e Odete são levados para o galpão de tortura.

No segundo capítulo, por exemplo, há uma cena em que o delegado Aranha, o inspetor Fritz e o tenente Telmo conduzem o casal Carlo e Odete Fiel para as sessões de interrogatório. Como a imagem acima mostra, o espaço continha vários instrumentos e alguns móveis utilizados pela repressão para coagir o preso a falar. Várias pessoas poderiam ser interrogadas e torturadas ao mesmo tempo. No frame utilizado não aparece, mas além do casal e do grupo de torturadores havia outra pessoa presa na sala (a babá).

Após a assistência, Alberto comentou a organização da cena e descreveu a ação dos agentes do Estado e o espaço do galpão de tortura do DOPS onde ele ficou quando foi preso, em Recife, Pernambuco.

Existiam vários tipos de detenção dependia do local [...] na unidade que eu fiquei preso, no DOI-CODI, em Recife, era uma celas que eram um estreitinho, mas já teve três pessoas juntas. Mas não era comum isso não. [...] Agora. As salas de interrogatório geralmente comportavam mais gente porque, às vezes, faziam uma acareação, né?! Eu sofri uma acareação com um rapaz lá para confirmar o que ele tava dizendo. Ele confirmar... Então, a sala era maior, mas não era como aquela do filme [...].

Muitos personagens ficavam atrás assim soturnos. Assim de perto olhando. Muito estranho aquilo. Digo que é estranho (riso). Geralmente, as pessoas que estavam lá estavam participando. Quando não estavam socando você, estavam evitando que você fizesse alguma coisa. E sei lá... E anotando alguma coisa. Eu... Eu me lembro que eu participei de uma sessão (né?) em Recife. Tinha no máximo quatro pessoas. Cinco talvez. Um brutamente para socar e um médico – eu imagino que fosse um médico – e mais dois ou três

pra anotar ou pra mexer na maquina elétrica. Outro pra pendurar. E outro (riso) fazendo tudo isso. Essas coisas tinham. Mas nunca muita gente assim não.

Essas diferenças nas formas de ver e nos aspectos que os entrevistados destacaram na narrativa estão relacionadas a trajetória de vida dos sujeitos e a individualidade da experiência. Lopes, Borelli e Resende (2002, p.218) defendem que no processo de recepção cada “momento, cada episódio pode encontrar sentido e ser mais significativo para um grupo específico [...], ou para uma pessoa, segundo o que for visto como próximo de suas experiências”.

Essa centralidade da experiência do sujeito se evidenciava na narrativa dos entrevistados, nas cenas destacadas por eles, nos aspectos da trama que eram analisados. Quando comparamos a narrativa que eles fizeram sobre seu envolvimento com a militância e as narrativas após e durante a assistência, alguns episódios contados se repetem, outros ganham amplitude (detalhamento) e outros se tornam centrais para a produção de sentidos na recepção.

As diferenças entre os relatos também está relacionada com o significado de determinadas lembranças para cada sujeito. Segundo o pensamento de Halbwachs (1990), embora a memória se organize em quadros sociais e relações de pertencimento, é indivíduo que se lembra, enquanto membro do grupo. Por isso apesar de existir um conjunto de lembranças comuns ao grupo, isso não significa que elas terão a mesma intensidade, e conseqüentemente relevância, para cada sujeito.

No que concerne ao jogo de mediações na recepção, observamos que algumas mediações se sobrepunham a outras, particularizando a análise de cada entrevistado e tendo pesos diferentes, tal como sustentou Orozco Gómez (1996). Observamos que o gênero, a idade e a emoção atuaram como fontes de mediação individual. Já a militância política, o discurso histórico e a mídia foram fontes de mediações institucionais.

Observamos também na narrativa de um dos entrevistados uma mediação tecnológica, tendo como fonte o trabalho artístico. Ao assistir os capítulos, Alberto Florêncio contou sobre o seu envolvimento com o teatro quando mais jovem e, atualmente, sua paixão pela música. Há dez anos ele participa do coral da Caixa Econômica, em Natal. Durante nossas conversas, em vários momentos, ele analisou alguns aspectos dramaturgicos da novela; como roteiro, efeitos especiais e a organização das cenas.

O aspecto emocional se destacou como mediação subjetiva na narrativa de Mery Medeiros. Em sua análise, ele ressaltou os temas trabalhados pela telenovela: a violência, a

liberdade de expressão e o amor nas famílias. Já Juliano Siqueira abordou a questão da verossimilhança (embora, os três tenham tecido considerações sobre as diferenças entre suas experiências e o quadro representado) e destacou também as mediações institucionais.

5.3.2 Análises sobre os personagens.

Um tema discutido por Mery e Alberto foi o comportamento das esposas dos militares, Ana Guerra e Olívia, respectivamente sogra e nora. Olívia critica Lobo Guerra (sogro) e Filinto (esposo) por participarem da organização do golpe. Quando Filinto traz para a casa da família duas crianças (Lara e Alice), cujos pais estão desaparecidos, ela começa a desconfiar que as meninas sejam filhas de comunistas presos.

Olívia começa a pressionar Filinto para saber o destino dos pais das garotas e as discussões se acirram entre a família. Lobo Guerra e Filinto ameaçam Olívia, enquanto Ana tenta manter a harmonia familiar e aconselha a nora a não confrontar o marido.

A violência psicológica e física vivida por essas mulheres e as reações delas foram alvo de análise de Alberto e Mery. Em uma cena Filinto ameaça matar Olívia, caso ela continue discutindo com Lobo Guerra e defendendo o lado do movimento revolucionário.

A sequência começa com Filinto apertando os braços de Olívia. Ele a adverte que esqueça o que ouviu da conversa dele com o pai (sobre a formação de um grupo paramilitar para caçar comunistas, o CCC), ameaça-a de morte, aconselha-a a cuidar das meninas e assume que elas são filhas de comunistas. Olívia se revolta e pergunta se os pais das garotas estão mortos. Filinto diz que eles estão presos e que fez o que devia ser feito.



1. Filinto adverte Olívia a esquecer o que ela escutou sobre o CCC.



2. Filinto ameaça Olívia de morte.



3. Olívia pergunta: “Você mandou matar os pais dessas meninas?”



4. Filinto diz que os pais das garotas estão presos.

Figura 10: Filinto ameaça Olívia.

Para Alberto, o posicionamento de Olívia diverge do que seria a conduta de uma esposa de um militar. Ele também considera inverossímeis as atitudes de Filinto, que não seria agressivo com a própria esposa. O lar seria um espaço de estabilidade e compreensão, não de violência.

[...] aquele rapaz que tá ameaçando a mulher é interessante. Achei interessante aquilo. Acho até que uma cena dessa não podia nem ter ocorrido. Naquela época não podia nem ter acontecido uma cena daquele tipo. **Um marido assim**, um esposo, (né?!) ser tão violento. **Ser tão ameaçador com a própria esposa, num é?** [...] mas isso me chamou a atenção. O pior é que podia ter ocorrido isso. [...] a esposa me pareceu curiosa, porque ela de repente... Surgiu nela um sentimento de... De oposição ao movimento. Uma... Uma repulsa àquele... Àquela situação. Tudo. Não sei se era comum isso.

Já Mery justifica a representação do comportamento agressivo dos militares em casa. Analisando o personagem general Lobo Guerra, ele sustenta que uma pessoa violenta conserva a mesma atitude em qualquer lugar, inclusive, com a própria família. “Um homem desses, que pratica a... A tortura. Ele num tem... Ele num tem sossego. E **ele num tem um bom trânsito com a família**. É incompatível ele ser um bom pai de família. **E ele mostra [isso]**”.

Diferentemente de Alberto, Mery se identificou com Olívia e não considerou o comportamento da personagem contraditório e distante da realidade. Para ele, Olívia encarnava a sensibilidade humana, a figura da heroína, da mulher lutadora que enfrenta os obstáculos da vida.

Ela transparece não só beleza, mas uma candura enorme. Candura. Assim... Você vai notar de... Em relação ao problema dela que o marido deixou que... E ela tem mais vontades de fazer as coisas e de ajudar a liberdade de imprensa. Parece que **quando a pessoa sofre se sente estimulada a fazer mais as coisas**. É como eu quando tenho uma adversidade. Coisa muito difícil eu de ir mais adiante. De fazer. Isso é crescer nas adversidades. Nem todo o mundo tem esse sentimento. A tendência nossa é cair, num é?

Consideramos que essa identificação do entrevistado com a personagem está relacionada a uma marca de memória familiar, pois Mery também teve divergências ideológicas com os membros da sua família, o que gerou discussões familiares e, conseqüentemente, um período afastado de casa.

Na avaliação de Alberto, era mais provável que a mulher de um militar, dona de casa, se comportasse de modo passivo (como Ana Guerra) para manter a estabilidade financeira e o próprio casamento. “O caso dessa mulher aqui era a questão da... De passividade. Como acontecia com muitas mulheres, né? Até por uma questão de tranquilidade, de sobrevivência”.

Alberto sustentou que essa era uma atitude comum também entre esposas dos militantes ou de seus familiares (pais, irmãos, parentes próximos) que não eram engajados politicamente. Ele associou a postura da personagem com a de sua esposa durante o período em que esteve preso.

Ela [Ana Guerra]... Ela representa essa passividade doméstica (né?), que era dos dois lados. [...] Na família dos subversivos, existia essa passividade porque as pessoas ficavam preocupadas e não queriam se envolver. E, às vezes, eram envolvidas até sem querer, né? Pelo menos, a minha esposa quando eu fui preso... A minha esposa fez tudo pra... Pra me proteger e passar aquela coisa que “Não. não é nada sério. Não é nada grave”. E ela teve esse papel. A minha mãe e o meu pai tiveram esse mesmo papel de passividade.

5.4 Mediações na recepção de Amor e Revolução.

5.4.1 Mediação tecnológica: o exagero e estereotipação como recursos dramáticos em Amor e Revolução.

Uma das cenas apontadas pelos entrevistados é a do cerco aos comunistas em um sítio. Cada um apontou um aspecto diferente nessa mesma cena. Alberto observou a linguagem, o uso dos efeitos e ainda a questão da verossimilhança. Abaixo segue um resumo dessa cena, que abre o primeiro capítulo de *Amor e Revolução*.

É noite. Um carro corre por uma trilha na zona rural. Aparecem as legendas: “11 de janeiro de 1964” e “Algum lugar próximo a São Paulo”. O carro para. Descem homens encapuzados, que retiram armas do automóvel. Eles se aproximam de uma casa e se escondem entre as árvores. Um grupo de pessoas está reunido em frente à casa e conversa sobre a viabilidade de criar um governo comunista no Brasil. O grupo é alvejado com tiros. Os homens encapuzados aparecem e um deles lança uma bomba. A casa explode. O grupo tenta dispersar e fugir, mas é perseguido. Várias pessoas morrem.



1. Os homens encapuzados aguardam o momento de atirar.



2. O grupo conversa sobre como criar um governo comunista no Brasil.



3. A casa é atingida por uma granada e explode.

Figura 11: Operação militar mata várias pessoas de um grupo de esquerda.

Antes de iniciar a operação o grupo de militares tem uma rápida conversa que contextualiza a cena. Um dos homens diz: “O sítio dos comunistas é aqui”. Outro orienta o grupo: “Vamos chegar atirando”. Outro responde: “Atira pra matar. Comunista bom é comunista morto” (imagem 1).

No grupo de comunistas, uma mulher (Nina) está em pé e inicia a conversa: “Bom gente, o nosso objetivo é criar um novo governo no Brasil assim como Fidel Castro fez com Cuba, em 1959”. Em seguida, o grupo é surpreendido com tiros e com uma granada. A casa explode (imagens 2 e 3).

Quando a explosão ocorre, Alberto comenta: “Uma granada fazer um estrago desses?! Só se estivesse cheio de explosivos lá dentro”. E após o término do capítulo, ele comenta novamente:

Já fui ator. [...] essa questão da dramaturgia dá pra notar que há preocupação em fazer. Em impactar, né?! Em fazer as coisas. Em arrumar as coisas. Há um exagero né? Umas coisas. Exagero no diálogo. Exagero na narração. Coisas que até não são nem plausíveis. Essas perseguições são totalmente fora do da realidade. Porque têm umas coisas que eu achei interessante. Aquelas ações militares no início. Militar que eu digo; a invasão daquele sítio. Tudo tá meio furado aqui ali.

Outra cena destacada por Alberto, nesse mesmo capítulo foi o cerco à casa de Batistelli e Jandira em outro sítio. Na sequência, um carro chega e descem quatro policiais. Jandira foge, enquanto Batistelli troca tiros com os homens. Em seguida, ele se esconde embaixo de um monte de palha e os policiais fazem uma busca na casa, mas não o encontram.



Figura 12: Grupo de agentes do Estado procura Batistelli.

Alberto aponta a questão da verossimilhança na própria logística da operação policial:

As questões das perseguições... Quando eles faziam um cerco, pelo que eu sei – eu nunca participei de nenhum cerco, nem fui vítima de um cerco, mas – eles faziam de uma maneira mais metódica, mais coordenada. Não davam chance às vezes de fuga, num é? E essa perseguição de correr atrás. De correr atrás... De correr atrás... Há poucos metros e não alcançar. Isso é meio inverossímil. Isso aí.

O deslocamento temporal das músicas que compõem a trilha sonora também é observado como um recurso para dar plasticidade à cena.

Tem música aí que não é de 64. É de bem depois, num é? 68. Aquela... “Domingo no Parque” de Gilberto Gil. Aquela, o “Cálice” também. Tudo é depois. Não é do início. **Eles colocaram pra dar um efeito, porque [tem] essa preocupação com a beleza dramática, né?** Mas num... A música não tem a ver com a época (num é?!) do início do movimento militar.

O texto também é mencionado. Alberto considera que o diálogo é exagerado e infantil. Não se assemelha ao real, as conversas vividas, mas se aproxima mais da linguagem de teatro de rua.

[...] eu tô me colocando como crítico da obra. Não é a pretensão de ser crítico, mas como eu percebo o... O texto. [...] O texto. O roteiro. Ele é muito (como se diz?) assim... Panfletagem. Como se você tivesse fazendo... Como se tivesse fazendo um teatro de rua. Tivesse fazendo um teatro de colégio. Aquelas palavras de ordem, né?! Muito... Muito é... infantil [...] Como obra de arte, contudo, deixa a desejar.

Juliano comenta o apelo emotivo dos personagens Maria e José. No primeiro capítulo, José (major do Exército) infiltra-se em uma mobilização dos estudantes para descobrir informações sobre o assassinato de sua namorada, Cléo, uma militante do Movimento Revolucionário Brasileiro - MRB. Ele conhece Maria e passa a paquerá-la, mas ela suspeita que ele seja militar e que esteja procurando militantes de esquerda.

Para Juliano, esses personagens são muito “ficcionalis”, pois não condizem com sua vivência. Ele afirma não ter conhecido ou presenciado algum relacionamento entre militares e pessoas ligadas ao movimento revolucionário. Para ele, a romantização desse casal de antagonistas é uma característica do gênero telenovela utilizada mais para agradar o público do que para representar o comportamento dos militantes.

Bom, os personagens são muito ficcionais. Primeiro, um infiltrado. Um infiltrado educado como esse... Acho que a esquerda brasileira não conheceu. E um infiltrado que, no fim, termina até, deixando de ser infiltrado. Porque começa a simpatizar com a própria revolução. Porque se apaixona. Quer dizer... Aí... É o lado que tá muito mais voltado para o telespectador do que pra a história [...].

5.4.2 *Mediações individuais.*

a) A idade

Durante o processo de assistência capítulos e também durante as entrevistas, os colaboradores afirmaram que sua compreensão sobre os acontecimentos relativos à ditadura e

a atuação do grupo de militância mudaram com o tempo. A recepção, enquanto espaço de ativação e reorganização da lembrança, é também marcada por essa mudança de perspectiva sobre o passado.

Na fala deles, em alguns momentos, a juventude aparece com um tom de nostalgia e é entendida por eles como um tempo de “inocência”, principalmente no discurso de Alberto, enquanto o momento atual é de reflexão e “consciência”.

Como defendido por Bosi (1996) a percepção temporal é profundamente marcada pela idade e as perspectivas de vida. O contexto psicológico da criança e o do adulto são distintos. Marcam tempos e formas de ver e sentir diferentes. E isso é influenciado tanto pela organização da sociedade quando pelas perspectivas de vida a cada fase.

Enquanto, a criança busca conhecer o mundo, na adolescência, seu objetivo é conquistá-lo. Já, na vida adulta os projetos de vida estão voltados à estabilidade do sujeito: a compra da casa, o espaço no mercado de trabalho, a formação da família etc. O próprio ato de lembrar modifica-se ao longo do tempo.

O adulto não se ocupa longamente do passado. Entretido nas tarefas do presente, “quando chega a hora da evocação, esta é, na realidade a hora do repouso, o relaxamento da alma, desejo breve mas intenso de evasão”. Já o idoso, ao lembrar, não está descansando das lides cotidianas. Está se ocupando “consciente e atentamente do próprio passado” (BOSI, 1994, p.60).

É também por isso que o passado não pode ser revivido. Pois as percepções do presente entremeiam-se e conformam novas leituras. Novas reflexões acerca do tempo anterior e novos significados para imagens da lembrança. O tempo não é revivido, mas refeito. Um exemplo disso é a apreciação feita por Alberto sobre a percepção dos jovens do grupo de teatro acerca do golpe militar:

O que me chamou a atenção foi o... A reação dos... Dos estudantes em geral. Que foi em relação ao Golpe, que eles estão no primeiro ainda, num é?! [...] o discurso deles, a maneira de como eles encaram... O Golpe. Já é uma coisa muito madura. É uma coisa que... É uma percepção que a maioria dos jovens só veio ter anos depois, entendeu?

Uma cena que ilustra a análise de Alberto é o exercício de improvisação do grupo de teatro sobre a tragédia, que ocorre no segundo capítulo, no dia 1 de abril de 1964.

Duarte, o diretor do grupo, pede para que os atores, falem de suas maiores dores. Todos os personagens escolhem falar sobre a ditadura, menos Miriam, que é criticada pelo grupo ao falar que sua tristeza é por falta de um amor/parceiro.

Esse gênero de peça dramática mostra “a luta dos personagens contra poderes muito mais altos e mais fortes, que em geral os levam à capitulação e à morte”, inspirando emoções penosas, como piedade e medo no espectador (DESVENDANDO TEATRO, 2013, p.1).

A referência a esse gênero dramático no discurso dos personagens (atores do grupo) funciona como comparação entre a ficção e os acontecimentos recentes. Cabe a eles, representantes do povo (pois personificam o herói trágico) o sofrimento causado por forças maiores (os agenciadores do golpe). Como pode ser observado na interpretação dos atores de teatro:

Nina: Acho que com esse golpe nosso povo vai sofrer por muitos anos. Muita gente vai continuar na pobreza. Inclusive, vários irmãos e irmãs negras, que sofrem ou sofreram preconceito por causa da cor da pele.

Beto: Hoje, é um dos dias mais tristes da história do Brasil. Porque hoje, dia 1º de abril, o golpe militar derrubou o governo eleito legitimamente pelo povo.

Stela: Hoje, nasceu a ditadura no Brasil. O povo não vai ter as reformas que precisa e a censura vai vir mais forte que nunca. Eu odeio censura. Odeio toda falta de liberdade de expressão!



Figura 13: Grupo de teatro faz exercício de improvisação.

Alberto critica o discurso dos personagens. Para ele, aquele era um momento em que a maioria das pessoas não sabia ainda o que era uma ditadura. Ele explica que quando tudo ocorreu sua percepção era limitada a despeito de sua participação no movimento sindical.

A maneira de como reagem a notícia do golpe... Eu acho que foi precipitada a encenação que [havia] alguma... Algum tipo de postura. Alguma maneira de encarar de... De... De tentar entender o golpe. A gente só veio... Muita

gente só veio ter [essa percepção] anos depois. Ali já tão falando que foi implantada uma ditadura militar, que foi num sei o quê, que as liberdades todas... Até aquele momento só as pessoas que estavam por dentro da... Do movimento é que podiam imaginar que fosse haver uma ditadura longa. Sei lá.

Alberto assume que essa mudança em sua perspectiva sobre aquele momento foi influenciada tanto pelas novas experiências, quanto pela idade e as leituras dos livros históricos e biografias de antigos militantes políticos.

É... É verdade no... Eu me lembro. Eu... A opinião que dou hoje [é] baseada no que eu li depois. Porque, na época, eu tinha... No golpe militar... Eu tinha 17 anos. 17 anos de idade. Então, eu tinha um nível de percepção diferente. Mas, a gente via que as pessoas não estavam muito ligadas [...].

Alberto conta que aos poucos foi tomando consciência do que significava o governo militar. Fato que ele considera ter sido comum ao grupo de militância. Ele comenta também que a concepção de política que os jovens tinham na época limitava-se ao período eleitoral e a rivalidade na escolha de determinado candidato. Já o comunismo estava associado ao ateísmo e por isso era entendido como algo ruim.

É um protesto. É um movimento. Mas eu acho que ninguém tinha... Poucos tinham consciência do que estavam fazendo [...] as coisas foi ficando mais claras e tal quando o... O governo foi endurecendo, né? [...] eu tava no meio do negócio vendo aquele movimento todo, mas não tinha ideia e não percebia a gravidade e nem a importância da situação. E você imagina o resto do pessoal que não tava nem aí?! [...] o nível de consciência e de indagamento do povo era nessa área: ‘eu sou aluísista’, ‘eu sou ednardista’, ‘eu sou’... [...] era isso que o povo curtia. [...] enquanto as pessoas não sentiram na pele essa história de coisa de prisão, de perseguição, muita gente não tava nem aí pra o que era aquilo, né.

b) A emoção

Orozco Gómez sustenta que a mediação individual “surge do sujeito, tanto como indivíduo com um desenvolvimento cognoscitivo e emotivo específico, como em sua qualidade de sujeito social, membro de uma cultura” (1996, p.85). O ato de lembrar envolve os pormenores que envolvem a textura da experiência, como cheiros e cores, e as emoções sentidas em um quadro de afloramento do passado.

A fala de um dos entrevistados, Mery, os aspectos dos capítulos que ele discute são permeados pela emoção de duas situações que lhe marcaram: a morte das suas mães e a

violência sofrida durante a prisão. Ele discute os valores humanos (o sentimento de afeto pela família, o respeito pelas pessoas e a empatia) em oposição à violência mostrada nas cenas.

Dois aspectos que ele destaca são o sentimento de afeto na família Fiel, que é separada por causa da repressão e a violência dos agentes do governo cometida sobre o casal e a babá das crianças. Comentando a novela, ele também conta algumas situações que viveu quando preso.

Uma das cenas destacadas por ele é quando Filinto leva as duas meninas, Lara e Alice, para sua casa (com o intuito de torná-las filhas adotivas). As meninas choram e perguntam pelos seus pais.

Filinto entra na sala da casa de sua família com as duas meninas e explica que as meninas “foram deixadas no quartel. Os pais sumiram” e que não sabe ao certo, mas foi informado que os “eram dois subversivos que foram sequestrados pelo movimento anticomunista”. As meninas começam a questionar se os pais dela foram sequestrados e onde eles estão.



Figura 14: Lara e Alice choram e perguntam onde estão seus pais.

Mery comenta sobre o sentimento de afeto da família e compara a situação com o abandono de crianças atualmente. Ele fala também sobre o isolamento da família no período em que estava preso em Recife. O entrevistado se reconhece no drama das crianças, revisitando e reelaborando essa experiência.

O sentimento do... Das... Das crianças em relação aos seus pais mesmo diante daquela situação atribulada, eles clamavam por isso. A própria empregada doméstica sentiu muito [...] Da paternidade. Do sentimento da paternidade. Acho que isso é muito forte na sociedade e acho que os pais...

Por dinheiro nenhum eu abandonaria meu filho. Nem na pobreza faria isso e a ruptura disso, de você ficar sem a guarda de seus filhos, é muito forte e hoje é o que acontece mais.

Mas, o senhor era muito novo quando foi preso. Não era pai ainda?

É. Não, mas... Mas eu guardo esse sentimento de paternidade porque eu amava a minha mãe. Eu... Eu não tinha contato até porque... Até pela minha pobreza, num é? [...] A minha mãe biológica foi uma vez me visitar na casa de detenção do Recife. Meus amigos aqui em Natal, meus companheiros [...] fizeram uma cota e ela foi até ao Recife me visitar. Ela e meu padrasto. Mas minha mãe adotiva não podia ir. Ela... Ela era acometida de acidente cardiovascular. De AVC. Sempre ela foi doente e a minha ausência de casa também gerou muita... Muito sofrimento. [...] Apesar de eu ser filho adotivo, mas ela me considerava filho, né? Tudo isso marcou e tem muita relação com isso. A separação dessas crianças é um eixo que vai pelo mesmo caminho (se emociona).

Outro ponto que foi bastante comentado por Mery foi a violência nas cenas de tortura. Logo, ao final do primeiro capítulo ele disse que durante muito tempo se recusou a falar sobre o que viveu, porque algumas vezes essas lembranças podem trazer a sensação de dor novamente:

Às vezes, eu me sinto mal em lembrar momentos ruins e, outras vezes, eu me sinto bem em falar dos meus amigos. [...] A lembrança e a relembração é muito forte, num é? Um ato de violência. Até porque eu tenho eu abomino a violência quer seja ela psicológica, quer seja ela mostrada na humilhação das pessoas. ‘Ah, você é pobre’.

Mery disse ainda que chegou a ver cenas da telenovela, mas desistiu de assistir porque se sentiu mal com as cenas “fortes” e pediu a esposa para também não acompanhar o programa.

Eu me senti mal. Eu... É.... Eu... Introjetou em mim todos aqueles momentos que eu passei de torturas. Dos corredores. Dos corredores sombrios de várias prisões que eu tive... É... Me deu... Eu me senti muito mal. Trêmulo. E profundamente amargurado. É tanto que eu não continuei. Eu não continuei, porque pra mim trazia uma... Uma memória muito cruel. Dura até pra minha estrutura física e humana. E visão humana atual. Foi isso que eu tive.

Conforme Araújo e Santos (2007, p.102), a memória e o esquecimento envolvem também questões éticas e morais. Ao evocar o passado, o sujeito pode “reviver uma experiência e evocar novos desejos e emoções, e estes podem ser extremamente negativos e auto-destruidores”.

Durante as assistências, nas cenas de tortura e prisão, Mery demonstrou esse mal-estar fazendo algumas anotações, meneando a cabeça e, algumas vezes, comentando diretamente o

que está vendo. No segundo capítulo, por exemplo, quando Carlos foi torturado na cadeira do dragão¹⁸, ele comentou: “Você tem o juízo bom. Fica calma. Porque são cenas que mexem. Mexem com o subconsciente da gente”. Quando questionado sobre como estava se sentindo ao assistir com a pesquisadora, ele afirmou que ainda se incomodava, mas pelo fato de estar com alguém e poder conversar ficava mais tranquilo.

Outra cena discutida tanto por Mery como pelos outros entrevistados foi o estupro de Odete no capítulo dois. Na sequência, Odete e Carlos (casal) estão em um galpão de tortura já sofriam violência há algumas horas para dar informações sobre o movimento revolucionário do qual eram membros.

Na cena, o delegado Aranha bate em Carlos com um pedaço de madeira e depois manda o inspetor Fritz levantar a blusa de Odete (imagens 1 e 2). Depois, Aranha chantageia Carlo: ou ele fala tudo o que sabe ou Odete será estuprada (imagem 3). Em seguida, Fritz joga o corpo de Odete sobre a mesa e começa o estupro enquanto ela é contida por Telmo (imagem 4). A câmera mostra apenas a expressão de dor da personagem.



1. Carlo recebe paulada de delegado Aranha.



2. Inspetor Fritz levanta a blusa de Odete.



3. Aranha ameaça Carlo: “Você não vai falar nada, não? Então, eu vou abusar da sua mulher na sua frente”.



4. Telmo rende Odete sobre a mesa enquanto Fritz a estupra.

Figura 15: Odete é estuprada no galpão de tortura.

¹⁸ Conforme Goulart (2011, p.1), essa espécie de cadeira era revestida de zinco e ligada a terminais elétricos. O preso sentava-se despido, o aparelho era ligado na eletricidade e o zinco transmitia choques a todo o seu corpo. Muitas vezes, para acentuar a dor jogavam água na vítima ou colocavam um balde de metal na cabeça dela.

Mery comenta que essa cena se destacou por sua crueldade, o que lhe fez relembrar uma situação semelhante: uma colega de militância foi estuprada em sua presença. Ele menciona também que soube da retirada das cenas mais violentas da trama por causa da rejeição do público.

O que mais me chamou a atenção isso é [...] a crueldade e a violência da... Da... Da repressão [...] encarna um... Uma bestialidade, num é? Um sentimento de... De crueldade, num é? Da parte da repressão. Isso fica pra mim muito claro e muito marcado e eu... Eu rememoro meus tempos de prisão e vejo cenas. Por exemplo, [...] no quartel da Artilharia da Costa em Olinda, eu presenciei um ato de estupro de uma companheira nossa, num é? E em frente a vários outros presos políticos que se encontravam naquele local. Era uma forma de intimidação. E de crueldade. E de falta de ética e falta de personalidade. E até hoje com essa... Com essa apresentação, eu constato isso. Falta de sentimento humano e humanismo, num é? [...] Eu acho que houve muito protesto [contra esse tipo de cena] – ao que a gente sabe, num é? – De suavizar, não é?! Suavizar e de tirar aquelas cenas mais dantescas.

Tanto os valores sociais quanto ao comportamento dos personagens retratado na telenovela são vistos como próximos a realidade vivida por Mery e representativos não apenas dos antagonistas políticos (militares e comunistas), mas do ser humano.

Para Bonin (2003, p.6), um das chaves do reconhecimento do sujeito com a telenovela é “a enorme densidade das tramas familiares que estruturam o melodrama, que falam do peso que a sociabilidade primordial de parentesco, as solidariedades locais e a amizade têm para aqueles que nele se reconhecem”.

Diferentemente dos outros entrevistados, Mery não discutiu a questão da cronologia dos acontecimentos representados, nem da deturpação de alguns deles, mas considerou que *Amor e Revolução* fez uma representação verossímil tanto quanto a época como em relação aos valores e ideias do seu grupo de militância. E também reconhece um enquadramento oferecido como específico da linguagem da telenovela.

[...] acho importante o contexto da novela. Do ponto de vista artístico muito bem feito, como eu disse a você. Eu disse a você que eu acho essas pessoas aí talhadas para isso. Os artistas, os sentimentos dos guerrilheiros, o... O comportamento artístico exemplar... Exemplar. A repetição bem feita. É um drama bem feito e é com... E tem esse objetivo de gerar discussão. Suscitar a discussão na sociedade.

Quanto à identificação; após acompanharmos o último capítulo, ele afirmou que alguns personagens encarnaram valores humanos e simbolizaram pessoas que ele conheceu, e também lembravam histórias que ele ouviu sobre as prisões.

Mery afirma que o líder comunista Batistelli fez com que ele se lembrasse de um companheiro de militância. Batistelli encarna “o personagem... A grandeza. E a virilidade. E a bravura dele me chama a atenção e me fascina. Até porque eu relembro Gregório Bezerra. A luta de Gregório [líder comunista pernambucano]”.

Já o general Lobo Guerra é classificado por Mery como o algoz. Ao falar sobre o personagem, ele ainda compara-o com um investigador do DOPS que sentia prazer em torturar os presos políticos.

No Recife tinha um investigador do DOPS na delegacia auxiliar (isso foi contado por Gregório)... Que ele só dormia bem, só se satisfazia quando vinha para a delegacia torturar os presos. Então, um homem desse é anormal. Não é um ser humano completo. Ele sentia a vontade de... De praticar violência e se... Se... Vamos dizer... Se autossatisfazia com essa coisa [...].

Mery não critica nem menciona erros históricos ou aspectos a ser corrigidos, mas ao falar sobre a importância dos valores humanos, narra dois episódios em que pessoas que estavam trabalhando para a repressão lhe ajudaram: 1) alguém, que trabalhava na cadeia, salvou-o da morte, pois ele havia se alimentado com comida estragada e essa pessoa lhe deu pedaços de casca de laranja (o que ajudou a regular seu sistema digestivo); 2) e outra pessoa que contribuiu para abreviar o seu tempo de detenção.

[...] eu conheci esse escrivão e tenho dele uma... Uma memória enorme da sua bondade humana. Ele... Ele é quem fazia formava os processos. Fazia a coletânea das peças processuais. E ele disse... Me chamou e eu disse: “Pronto. Certamente, será outro problema”. Ele me deu outro envelope em papel madeira e disse: “Olha aqui estão seus documentos falsos [...] fiz uma retirada. Não anexei aos processos. Se tivesse anexado você seria condenado outra vez”. [...] Parti com os documentos e queimei. Quer dizer, um gesto de pura grandeza humana (até arriscando a função dele) [...] É um gesto que não pode nem se qualificar. De grandeza humana. De Wilson Menelack de Oliveira. Não sei onde ele está. Num sei se ele é vivo, num é? Isso foi em meia nove. Já faz mais de 30 anos, num é?

Conforme foi observado, pode-se inferir que esses episódios contados por Mery são marcas de memória que aparecem como contraponto às situações não retratadas nos capítulos. Embora não ganhem relevância no enquadramento oferecido, essas marcas dialogam com os valores e ideais transmitidos pelos personagens que defendiam o retorno do governo

democrático (liberdade, solidariedade e amor pela família) com os quais o entrevistado se identificou.

5.4.3 Mediações institucionais: o grupo de militância e os textos históricos.

Segundo Orozco Gómez (1996, p.88), a audiência é “muitas coisas ao mesmo tempo” não só o sujeito que atua com a mídia, e nesse caso, o sujeito que assiste telenovela. Cada pessoa participa de várias instituições sociais, por isso, a identificação e a situação específica de ser audiência não apagam outras identidades.

As instituições constituem-se em grupos e espaços sociais, com os quais o sujeito se liga em diferentes momentos de sua vida e com diversos graus de engajamento, seja por laços de afetividade (como família, amigos, vizinhos), atividades educativas e de lazer (escola, faculdade, clube), profissionais (empresa, associação, cooperativa etc), sociais (Ongs, por exemplo) ou políticas (partidos).

Conforme Gómez (1996), cada uma dessas instituições atribui identidade e classificações que dão sentido ao mundo e imprimem mediações. Desse modo, cada grupo exerce certa autoridade ou serve como referência para o sujeito em relação a um ou vários temas.

Com relação aos entrevistados, os três têm em comum o envolvimento em grupos de filiação comunista durante o Regime Militar. Entretanto, cada um participou de grupos de militância política e mobilização social completamente diferentes em organização e objetivos, como explicou Juliano em uma das nossas conversas.

As organizações de esquerda, elas proliferavam exatamente porque não havia unidade nem de pensamento político nem de proposta orgânica. Cada uma achava que devia se organizar de um modo. Cada uma defendia a revolução brasileira a partir de uma visão. Um achavam que a revolução era socialista. Outras achavam que era nacional e democrática. Outros achavam que a revolução era popular. Outros achavam que a revolução era da cidade para o campo. Outros achavam que era do campo iniciando-se pra cercar as cidades. Outros achavam que era ao mesmo tempo na cidade e no campo. Então, havia divergências do ponto de vista dos objetivos finais, tá?! Havia as divergências do ponto de vista tático. E da própria forma de organização.

Mery era vinculado uma Liga Camponesa de Canguaretama e Alberto teve ligações com o movimento sindical, ambos eram filiados ao PCB e ao PCR, respectivamente. Partidos que acreditavam na organização pacífica como caminho para o retorno do governo

democrático. Mery e Alberto atuaram na região do Nordeste, nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Já Juliano participou do PCB (que também defendia a luta pacífica), mas depois saiu e foi para o PCBR, que defendia o confronto armado contra o governo. Esse partido atuou tanto no Nordeste quanto em outros estados do país, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Todos os entrevistados participaram do movimento estudantil, mas as memórias desse grupo pouco apareceram nas narrativas deles. Já, as lembranças da militância nos partidos, dos companheiros de luta e da reação de suas famílias são temas frequentes.

Embora, a entrevista de história de vida tenha utilizado um guia de questões, o roteiro foi modificado conforme as respostas dadas por cada colaborador, pois a proposta daquela etapa da pesquisa era não apenas conhecer a experiência com o sujeito com a militância política na cidade de Natal, mas observar que lembranças eram marcantes para eles e poderiam se constituir em chaves de sentido para compreender as mediações no processo de recepção.

Considerando as experiências distintas e os diferentes temas e lembranças abordadas por eles, cada entrevista conservou alguns aspectos em comum mas também algumas particularidades. Já, as conversas depois ou durante os momentos de assistência seguiram as observações dos entrevistados e a dinâmica deles.

Mery e Alberto fizeram algumas observações e pouco conversaram durante a exibição dos capítulos. Preferiram falar depois. Já Juliano conversou tanto durante os capítulos quanto em momento posterior. Como dito, essa dinâmica não foi imposta. Houve apenas o comum acordo de seguir o ritmo de cada entrevistado.

Essas diferenças durante o processo de assistência demarcaram também formas distintas de ver a telenovela e tratar das imbricações entre o enquadramento oferecido e a memória. Juliano confrontou mais as disparidades entre o vivido e o encenado que os outros e isso se evidenciou nas suas observações constantes sobre o tempo, o espaço e as situações representadas ao longo da exibição.

No primeiro capítulo, por exemplo, os personagens Mário e Maria decidem participar de uma mobilização de estudantes em protesto a ditadura e Mário diz: “Tá todo mundo indo pra faculdade de Direito, perto da central”. Juliano comentou: “a faculdade nacional de Direito não era na central. Ficava no Catete”.

Outro exemplo são suas observações sobre a cronologia das canções “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores” de Geraldo Vandré e “Apesar de você” de Chico Buarque, exibidas no primeiro capítulo que se passa em 1964. Juliano comentou que as músicas

estavam fora do seu contexto de publicização. Elas eram do final da década de 70 e, segundo ele, não tinham “nada a ver” com o contexto retratado.

A música “Viola Enluarada” de Marcos Valle e Milton Nascimento carrega uma contradição em sua história, que foi observada por Juliano. A letra foi criada por Marcos e Paulo Sérgio Valle "pra dizer que qualquer um pode fazer música de esquerda [...] [e] se tornou um hino do movimento estudantil. [...] O tiro saiu pela culatra”.

As expressões “**não houve nenhum caso de...**”, “**isso não existiu**”, “**não aconteceu**”, “**que eu saiba, não houve isso**”, “**nunca ouvi falar nada**”, “**isso é fato**” demarcavam na fala de Juliano esse movimento de embate entre a esfera do vivido e do representado.

Os capítulos assistidos remontavam o início do golpe tratando, inclusive, de situações que são contestadas ainda hoje pelos os antigos antagonistas políticos. Como, por exemplo, uma movimentação revolucionária em torno de implantar um governo comunista no Brasil sendo organizada em 1964. Todos os entrevistados sustentaram que, naquele momento, não havia nenhuma mobilização para montar uma guerrilha e tomar o poder executivo do país. Pelo contrário, os militantes acreditavam que o presidente João Goulart faria as reformas e que, com o apoio do povo, uma transição para o socialismo aconteceria, como afirma Juliano em um trecho da entrevista sobre sua história de vida.

Ah... A nossa sensação era que o movimento tava crescendo. Nós estávamos a caminho do socialismo. Tava na antessala do socialismo. Não tinha nenhuma perspectiva sombria, num é? [...] tinha uma confiança absoluta no chamado dispositivo militar do presidente João Goulart, que impediria qualquer golpe. Confiança no governador Brizola no Rio Grande do Sul, que tinha garantido a posse do Jango. No Arraia [Miguel Arraes], governador do estado do Pernambuco e tal. A força do operário sindical. Camponeses. Alunos. Muito fortes, né?! Ao unísono, ‘nossa luta nossa voz’. Era muito forte tudo isso. Então, a direita, a gente achava que estava com os dias contados porque não tinha esse medo [...].

Uma particularidade na dinâmica de assistência com Juliano é que a telenovela remontava alguns acontecimentos e ele acompanhava esse movimento contando episódios e aspectos de sua militância, lembrando de companheiros e características do grupo e também corrigindo o que, pra ele, não era verdadeiro. Em uma cena do capítulo um, por exemplo, (que mostrava um grupo de militantes esquematizando um governo comunista) ele reiterou que antes do golpe não havia planejamento algum nesse sentido. Mas, confirmou que o Comando de Caça aos Comunistas já estava funcionando.

64? Antes do golpe? Era o pessoal do CCC que fazia isso. Esse fato nunca aconteceu. Nesse período, a direita organizada não oficialmente (movimentos fascistas, CCC, ligas da família) atacava principalmente sindicatos rurais. Nós, intelectuais, estudantes, não precisávamos nos esconder. Estávamos em semilegalidade. Nos encontrávamos na cidade. Antes do golpe, muita gente foi assassinada. Muitos, nas ligas rurais, principalmente em Pernambuco e Paraíba.

Um recurso usado para demarcar o tempo da narrativa era as legendas dos capítulos. Algumas cenas representaram episódios conhecidos sobre o golpe militar, como o comício do presidente João Goulart na Central do Brasil sobre as reformas de base, que reuniu de trabalhadores, associações de servidores públicos, entidades estudantis e partidos de esquerda.



Figura 16: Maria discursa para um grupo de estudantes.

Em uma das cenas, Maria discursou para um grupo de estudantes na União Nacional de Estudantes (UNE) e afirmou que os estudantes tinham o dever de “liderar a campanha pelo respeito à democracia no Brasil” e que eram a “vanguarda”. Juliano comentou: “Ninguém nunca disse que os estudantes eram a vanguarda. Para nós, a vanguarda era a classe operária. Estudantes e intelectuais só apoiavam”.

Na fala de dele, assim como dos outros entrevistados, a experiência mistura-se aos relatos históricos, como ocorre em uma passagem que remete à criação da UNE, durante o segundo capítulo. Na cena comentada, a polícia chega e começa a prender os estudantes e ocorre um incêndio na UNE. Juliano confirmou o acontecimento e contou também parte da história da UNE, religando passado e presente.

O incêndio da UNE. Isso aí foi um fato real. [...] Agora que a sede da UNE tá sendo reconstruída. A UNE era o Consulado Alemão. Os estudantes ocuparam lá em 1943, na Segunda Guerra Mundial. Getúlio já tava rompendo com a Alemanha por causa dos Estados Unidos e não fez nada. Eles transformaram aquele prédio cheio de suásticas na UNE. Foi um marco nacional Internacional, aliás.

Além de recorrer ao relato histórico, as narrativas dos entrevistados aludiam também as histórias contadas por companheiros de militância (em conversas e testemunhos publicados) e ainda em notícias dos jornais e da internet, visto que com a abertura da Comissão da Verdade Nacional, o debate sobre os arquivos secretos e os abusos aos direitos humanos durante a ditadura voltaram figurar na mídia. Ao falar sobre as cenas de tortura nos capítulos, Alberto, por exemplo, afirma que precisaria confirmar com um companheiro (preso logo no início do golpe) se havia aquele tipo de tortura logo no começo do regime.

Bosi (1994, p.83) afirma que é uma atitude característica do idoso essa busca por confirmar o que se passou com seus coetâneos e em testemunhos escritos ou orais. De um lado, ele investiga, pesquisa e confronta a própria memória (tesouro de que é guardião). De outro, recupera o tempo que correu e dá sentido a própria vida.

Desse modo, a percepção do passado não é modificada somente por mudanças nas formas de ver e sentir do sujeito, mas no próprio trabalho elaborativo deste em torno da memória. Ele procura a partir do seu interesse inicial pela própria memória completar os quadros da lembrança e dar unidade à própria história. A memória pessoal, contudo, media a organização dessas novas informações (o que se aproxima da experiência do sujeito é tido como verdadeiro) que, por sua vez, reconfiguram-na. Como explicita Juliano, quando questionado sobre como se sentia ao assistir ou ler a respeito da Ditadura Militar.

É um sentimento... Primeiro a... **A minha curiosidade histórica, né?! Saber se são relatos que correspondem aos fatos da história**, se são efetivamente verídicos, se são ficcionados, se são inflacionados ou deflacionados. **E, depois... Sempre sou forçado a fazer uma espécie de reavaliação.** Inevitavelmente, há um... Uma viagem. Uma espécie de retorno. É como se... Não usaria muito essa palavra, porque num... Num tá muito de acordo com minha concepção de mundo... **Uma espécie de representação dos fatos, né?!** Dos seus fantasmas e tudo mais. Muita coisa volta ao presente. Claro que com muita filtragem. Muita peneirada crítica também. Mas eu... Sempre... Sempre leio coisas. Textos. Livros.

Tratando-se da recepção, observamos que novas lembranças surgiram na narrativa dos entrevistados durante as assistências. Episódios peculiares, a descrição do grupo e lembranças de companheiros foram mencionadas. Essas narrativas imbricavam a experiência pessoal com

relatos de amigos e de livros ao enquadramento dos capítulos. A trama da unidade dramática, por sua vez, funcionou como um roteiro para ativar lembranças. Contudo, apenas aspectos da novela significativos para o sujeito e suas demandas de memória foram discutidos.

Concernente à força das lembranças, Halbwachs (1990) explica que para que o sujeito partilhe de uma mesma memória com o grupo é necessário que ele mantenha-se participando dele, para que as lembranças se renovem e se completem e que certas impressões se mantenham, pois com o passar do tempo outras lembranças juntam-se a primeira. A imagem feita sobre um determinado tema continua a evoluir à medida que o ponto de vista do sujeito se desloca.

Assim, o trabalho de pesquisa exercido pelo sujeito e a publicização sobre a militância política (dois dos entrevistados costumam ser convidados com certa frequência pela mídia local e para atividades acadêmicas para falar a respeito do tema) são também entendidos como formas de engajamento e manutenção da memória.

Em um momento que se discute, ainda que com pouco envolvimento da sociedade e da mídia, uma revisão sobre o passado, através da abertura de arquivos da repressão sob a tutela do Estado e investigação a respeito dos militantes políticos mortos ou desaparecidos, a telenovela foi entendida como meio tanto para o agendamento desse tema quanto para conscientização e adesão ao debate na esfera política.

As demandas dos militantes são entendidas como expectativas ou desejos de representação para o enquadramento da telenovela. O que esse sujeito que lembra espera ver e como ele deseja ver a militância sendo ficcionada? E, nesse sentido, há uma exigência de veracidade por parte dos entrevistados e por representatividade do seu grupo, sua comunidade interpretativa.

Essas demandas refletiam-se nas narrativas os entrevistados. Com a repetição de certas lembranças, eles corrigiam ou discordavam do quadro encenado. Mas, entre essas demandas havia também divergências com relação à matriz cultural do gênero telenovela. Por exemplo, Mery via os personagens como humanizados e concentrou suas análises no enredo ficcional, desconsiderando o que Juliano e Alberto chamaram de erros históricos.

Para ele, a telenovela representou os valores do grupo de militância e também dos militares que participaram da repressão. Mery, inclusive, foi o único a ressaltar que existiam militares comunistas e que ninguém sabia, embora a trama mostrasse um militar (José) que se opunha ao regime e simpatizava com o comunismo.

Tanto Alberto quanto Juliano refletiram sobre aspectos que foram silenciados no enquadramento. O contexto político, por exemplo, aparece reduzido às conversas dos

personagens e a algumas cenas de movimentações públicas, como a manifestação dos estudantes na Central da UNE. Alguns personagens mostravam preocupação com as reformas de base e o discurso do presidente Goulart (por ex., a cena em que o casal Lúcia e Thiago Paixão discute sobre o discurso de Jango no dia 1 de maio), enquanto outros se animavam com o projeto (por ex., o discurso de Maria, na Central). Alberto e Juliano observaram essa ausência de representações do governo e da população.

Alberto afirma que se fosse recriar a novela, além de realocar a cronologia, iria tentar retomar o contexto político, mostrando a figura dos líderes e também a organização dos movimentos sociais.

Aquele núcleo da família... Assim, dos militares. Eu tiraria aquilo ali. Colocaria uma coisa de passagem assim só pra... Porque foi dada muito importância àquela coisa em detrimento de outras que poderia ter aprofundado. Como essa de buscar a posição dos líderes, num é? O que o líder estava pensando naquela época? Como que tava os senadores e o que eles estavam fazendo? O quê que aconteceu no congresso? Quem é que tava falando? Quem é que estava protestando? [...] Quais são aqueles que permaneceram fiéis aos ideais e aqueles que se bandearam pro outro lado [...] A primeira fase dela deveria colocar o espectador em contato com as condições anteriores ao Golpe. Remoer mais isso [...].

Já Juliano observa que enquadramento não deu relevância ao povo. Mesmo tendo cenas de manifestações, na apreciação dele, estas foram insuficientes. O povo ficou ausente da história.

O povo está profundamente distante. Inclusive, eles teriam cenas, muitas e muitas cenas de manifestações de ruas etc. etc. Da repressão. As primeiras reações ao golpe militar são pessimamente utilizadas ou quase não são utilizadas. Então, há uma ausência muito grande do povo nisso aí.

Outra questão se refere ao contrato de recepção. Para Alberto e Juliano, a representação de um relacionamento afetivo entre uma moça do movimento revolucionário e um militar seria inverossímil. Uma “síndrome de Estocolmo”, na expressão de Juliano. Na opinião de Alberto, a presença desse tipo de relacionamento faz parte do formato audiovisual da telenovela, compondo a história apenas para trazer emoção ao público: “[...] nucleozinho romântico... Aquele do casalzinho, né? Do cara que é suspeito de estar infiltrado. Da menina. Serve como contraponto romântico e tal, mas eu acho totalmente dispensável ali também. Mas, como aquilo não é um documentário num é?”.

Já as cenas de apropriação da criança foram muito criticadas por Alberto. Conforme observamos, o autor não representou figuras públicas de maior destaque histórico, como o presidente ou militantes comunistas mais conhecidos. Todos os personagens eram ficcionais, como também era fictício o nome da militância guerrilheira retratada. De modo, que houve uma tentativa de representar os caracteres gerais da Ditadura, como é o caso da apropriação das crianças por parte dos militares. Essa situação aconteceu em grande proporção na Argentina, porém no Brasil pouco se tem conhecimento de algum episódio desse tipo.

Juliano criticou o fato de o enquadramento dar relevo à apropriação de crianças por essa situação não ter sido tão comum no país. Mas, quando estava assistindo um dos capítulos contou sobre a prisão de um adolescente na mesma dependência carcerária que ele.

Agora essa novela tem... Principaliza muito o fato de essas crianças ficarem na mão dos inimigos. Quando isso, no Brasil, isso é um fato que... Concretamente, não aconteceu isso. Isso é um fato tipicamente da Argentina. [...] Mas aqui no Brasil, eu não tenho conhecimento de casos desse tipo. Aqui no Brasil, nós conhecemos casos absurdos. Eu, por exemplo, sou testemunha. Eu e outros companheiros que estavam comigo. Duas crianças foram presas. Eu não sei o nome da menina. Sei o nome do menino, porque ele ficou na detenção do Recife, no Pavilhão dos presos políticos. [...] E o que era a mãe dele? A mãe era apenas uma camponesa, que tinha um irmão revolucionário que tava foragido [...] Parece que o primeiro nome era Antonio, mas era conhecido como Branco, porque ele era bem branquinho. Ele tinha 14 anos, 15 anos de idade e ficou preso! [...] Quando a gente vê... Chega aquela criança. Presa lá. E chegou a levar até choque elétrico e porrada. Pra dizer o quê? Não sabia nada. Ele não entendia nada.

Já Alberto considerou esse enquadramento como uma representação da dor pela separação dos membros das famílias de militantes, em consequência da perseguição política e das prisões.

As filhas [...] representam esse lado sofrido e doloroso, né? Porque nas prisões, as pessoas eram discriminadas. Então, não tinha nada de legalidade. Você sabe que sequestrava a pessoa levava e não dava satisfação. Isso era um golpe pra mãe, pras famílias, pros filhos. E tem muito filho... Que foi feito do pai, né?

Juliano desaprovou também a representação dos membros do movimento revolucionário. Os personagens foram considerados excessivamente sentimentais e, portanto, distantes da realidade. Ele criticou ainda o próprio nome da militância “MRB” (Movimento Revolucionário Brasileiro) dizendo que não havia nenhum grupo de esquerda armada com esse nome. Desse modo, a questão da licença poética do autor – que preferiu não usar o nome de nenhuma militância existente, possivelmente, para representar o grupo de esquerda a partir

de características gerais e esquivar-se das comparações entre o vivido e o representado – é entendida como uma forma de falseamento da verdade, em vez de uma especificidade da ficção.

Por meio da pesquisa, pode-se considerar que o audiovisual serve como um guia aberto para as lembranças. Através das tramas do gênero ficcional, o receptor não apenas relembra e reorganiza quadros da memória, mas também ressignifica-os. As lembranças, comuns aos entrevistados, apareceram ancoradas em fontes institucionais (um grupo de pertença ou comunidade interpretativa e os relatos históricos) e se repetiam nas entrevistas e nas assistências, apesar de que no segundo momento da pesquisa outras feições da memória se evidenciavam.

No espaço das lembranças individuais e no próprio pacto de recepção é que o processo de recepção guardou sua singularidade. A abordagem da novela sobre as questões das famílias, os valores e as atitudes dos personagens, os sonhos e as relações amorosas foram abordados pelos sujeitos tanto a partir de suas percepções sobre o grupo quanto de suas vivências pessoais. Como sustentado por Lopes (2002, p.182. Grifo nosso), “a experiência subjetiva implícita no ato de ver telenovela pode ser resgatada na imitação ou **recriação de discursos** e imagens [...]”.

Os temas tratados e a forma de narrar mudaram durante as assistências. À medida que os entrevistados recuperavam aspectos das lembranças e acrescentavam detalhes ou contavam outras histórias. Novas em relação à narrativa anterior (da entrevista sobre a história de vida deles). Temas que remetiam a lembranças do grupo de militância e que apareceram de forma resumida foram mencionados durante as assistências. O único a falar sobre o que aconteceu na prisão na entrevista de história de vida foi Mery. Juliano e Alberto lembraram esse assunto depois de ver as cenas dos capítulos.

Observamos ainda que os momentos de assistência foram também um espaço de *aquecimento* das relações entre entrevistador e entrevistado, como propôs Lopes (2002), visto que as conversas com os colaboradores da pesquisa seguiam o ritmo e os temas escolhidos por eles. Simultaneamente, as questões abordadas pela telenovela se voltavam para a esfera privada e contribuía para que ele falasse do seu modo.

Além das memórias, existiu também um diálogo sobre as expectativas do presente no que concerne a continuidade dos ideais comunistas (como a igualdade entre as pessoas, o fim do capitalismo e o debate sobre as reformas de base), aos governos democráticos (além do Brasil, a Venezuela foi citada) e as lutas das minorias, que na opinião dos entrevistados, atualmente tem ganhado maior adesão e espaço para debate que outras questões sociais, como

a pobreza e o desemprego. Destarte, o processo de recepção se constituiu como uma instância de rememoração e reconfiguração da lembrança em que o enquadramento da narrativa ficcional dialoga com as experiências do sujeito e desloca outras percepções sobre o passado e o presente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos com esse projeto no Programa de Mestrado, tínhamos um objetivo bem diferente do atual, que era investigar como ocorre a identificação do público com a telenovela. A ideia era acompanhar com o telespectador a exibição desse programa no momento em que era transmitida. Passados dois anos, compreendemos que a reflexão em um trabalho de pesquisa não fica restrita à pesquisa bibliográfica ou ao momento em que se escreve o texto.

A reflexão começa de fato quando delimitamos o objeto de estudo e prossegue em um processo de diferenciação entre o conhecimento anterior e atualizações provenientes das novas leituras. O conhecimento é movente. Ele está sempre se transformando e modificando o cenário. Pois, os dados podem reagir à análise. Correlacionando essa análise com o estudo da memória, podemos dizer que ela já não é mesma. Primeiro, a arte de narrar permitiu que uma memória se fixasse ao longo do tempo e mediasse também novas formas de compreensão.

Após o advento de novas tecnologias, parece certo sustentar que o que as narrativas ganharam em alcance perderam em escuta. Bonin (2006) tem discorrido sobre a emergência de uma cultura da memória. Sarlo (2007) abordou o tema da museificação da memória. Criam-se monumentos e celebrações para lembrar o passado, mas, contraditoriamente, esses lugares que reivindicam a memória parecem esvaziar-se de sentido.

Barbosa (2011) aponta para o cerne da questão. No processo de reconstrução do passado há também o esquecimento por persistência de restos. A repetição de determinadas versões do passado tende a omitir outros aspectos dos acontecimentos vividos, situação que foi observada durante a pesquisa de recepção.

Consideramos como memória coletiva, os aspectos em comum nas narrativas, mapeados tanto nas histórias de vida que eles contaram na primeira entrevista, quanto nas histórias contadas durante as assistências dos capítulos. Observamos também uma tendência de completar os relatos entre os colaboradores, e nesse sentido, os pontos vazios da lembrança – quando a memória individual se apoiava nos relatos, pois o sujeito afirmava não ter presenciado ou mesmo vivido a situação mencionada –, que eram comuns entre os entrevistados, foram também classificados como memória coletiva.

A recepção foi entendida como espaço de (re)constituição da memória e não da história, porque os sujeitos que assistiam não criaram suas representações sobre o Regime Militar apenas pelo relato do outro, mas por sua experiência pessoal na militância política e

pelo sentimento de pertença em relação ao grupo, que apresentava-se como espaço central de mediação dos sentidos cambiantes sobre esse passado.

Outras memórias surgiam e entrecruzavam-se as demandas de representação do sujeito e as formas de ver a ficção audiovisual. Como observamos em relação à experiência de Alberto como ator de teatro e as lembranças familiares de Mery, que deslocaram as expectativas dos sujeitos quanto ao enquadramento da amostra de capítulos assistida.

Como a telenovela *Amor e Revolução* tinha por tema central a Ditadura Militar no Brasil e apresentava os embates entre agentes de Estado e militantes políticos vinculados aos partidos comunistas, uma das primeiras questões que poderia ser discutida pelos entrevistados era a verossimilhança. Contudo, embora a discussão sobre a legitimidade da representação ficcional tenha ocorrido, ela não foi essencial no processo receptivo de cada entrevistado.

Observamos que essas “outras memórias” além da militância política e o contrato de recepção de cada colaborador singularizaram os modos de ver e se apropriar do produto audiovisual. Mery e Alberto entenderam aspectos do enquadramento da memória fornecido pela narrativa ficcional como caracteres do formato e da linguagem desse gênero televisivo. Nesse sentido, o apelo emocional e a estereotipação dos personagens foram aceitos por eles como parte do mundo da narrativa.

Essa concordância do contrato é afirmada, por exemplo, quando Mery diz que os personagens participantes ou a favor da militância representaram os valores e sentimentos humanos; ou quando Alberto assume que, embora improvável na “vida real”, a representação do relacionamento amoroso entre a militante Maria e o militar José é “perdoável”, pois o produto não é do gênero documentário. Já Juliano, por rejeitar o contrato de recepção, acaba destacando a questão da verossimilhança em sua prática receptiva.

Uma observação feita por todos os entrevistados foi que o enquadramento da telenovela não respeitava a cronologia, pois colocava a tortura mais intensa logo no início da mudança de Regime, nem representava a atuação de grupos/agentes sociais históricos específicos. Como dito anteriormente, isso é mostrado, por exemplo, no nome da militância guerrilheira “MRB”, pois não havia nenhuma filiação comunista no Brasil com esse nome.

Por outro lado, a narrativa colocou em destaque os sentimentos, ideais e ações dos antagonistas políticos. As prisões, torturas, fugas e o discurso político-ideológico dos personagens foram entendidos pelos colaboradores como esfera de realidade. Quando assistíamos essas cenas, eles reforçavam essa aceitação detalhando lembranças sobre situações vividas. E nesse caso, a narrativa deles aparecia como reforço e traço representativo da memória.

Já quando o enquadramento era rejeitado, a lembrança aparecia como correção. Nessas ocasiões, muitas vezes, o entrevistado repetia uma narrativa sobre acontecimentos. Outras vezes, a memória aparecia como inovação, quando aspectos intocados na entrevista de história de vida surgiam nas conversas durante as assistências como, por exemplo, quando Juliano falou sobre os relacionamentos afetivos dentro do movimento revolucionário ou as ações desenvolvidas pelas mulheres participantes da militância armada.

Desse modo, sustentamos que o enquadramento da narrativa ficcional constituiu-se em um roteiro aberto para a rememoração, onde as diferenças entre o vivido e o representado serviram como estímulo para a reelaboração da memória na narrativa dos entrevistados; o que por eles foi considerado falta de compromisso e de pesquisa acurada (na esfera de produção do produto) sobre a multiplicidade de perspectivas históricas que tratam da Ditadura Militar funcionou como espaço de reordenamento do relato.

Defendemos essa perspectiva a partir do mapeamento da pesquisa. Nas intersecções da memória dos entrevistados com o enquadramento de *Amor e Revolução* não há mudanças. O relato sobre a militância e o Regime Militar cristaliza-se naqueles traços persistentes, onde a memória dá lugar ao esquecimento. Enquanto, na observação dos pontos de divergência – onde o enquadramento aparece como inverossímil ou dá maior relevo à subjetividade dos personagens (seus problemas, desejos, ideais, sonhos etc.) que a representação dos acontecimentos vividos – os entrevistados trazem a tona outras perspectivas sobre o passado e refazem a narrativa.

E nessa conjuntura fica a questão. A recepção é um espaço onde a memória se reordena ou se reatualiza? Ou, as narrativas de recepção deixam de ser memórias e tornam-se outra coisa? Compreendendo a memória como o trabalho de construção do passado em torno da experiência vivida e, portanto, como instância que encontra seus limites com a história; podemos dizer que a recepção é sim um espaço de reordenamento, não de atualização; pois a memória está em constante movimento se fazendo na relação presente/passado e, com isso, seria tautologia dizer que ela se renova.

Mas, a narrativa ficcional, através da imagem encenada, conduz o espectador ao *alhures*, o lugar nenhum, onde ele tem a sensação de passado e participa da ilusão do estar lá (BARBOSA, 2011). Se considerarmos a questão da imersão na narrativa e a presentificação do passado, denominada *alhures* por Barbosa, o espaço de produção de sentidos na recepção envolve três tempos onde a memória se desloca: passado, presente e passado presentificado.

Refletindo sobre a questão da construção social do tempo, diferenciamos aqui, apenas de forma simplificada, o tempo refigurado na narrativa ficcional e na histórica pela sensação

de imersão, pois na ficção o receptor projeta-se nas situações encaradas pelos personagens. Nesse sentido, o espaço de recepção envolve a memória nas narrativas dos espectadores/entrevistados, mas não se restringe a ela. Há uma confluência temporal que se embaralha e se inscreve na produção de sentido, ponto passível de novos questionamentos e investigações.

Ainda no que concerne à recepção na pesquisa, cada entrevistado apresentou modos de ver e ler o enquadramento, o que envolveu tanto memórias relativas à militância, quanto as memórias sobre a trajetória de vida de cada um deles, e, também um quadro de estratégias de comunicação e reconhecimento cultural em torno do gênero telenovela e das narrativas de ficção audiovisual.

O mapeamento das mediações se deu de acordo com as práticas de recepção e os contornos dados ao enquadramento nas narrativas sobre os capítulos. Desse modo, encontramos as mediações institucionais nas lembranças sobre a militância e na recorrência ao relato histórico; as mediações individuais, na idade e na emoção; e a mediação videotécnica, no trabalho artístico.

A partir das reflexões encadeadas por essa pesquisa, reconhecemos a recepção midiática como espaço de constituição e reordenamento das memórias e de (re)criação do passado; o resultado das análises reforçou pressupostos da Teoria das Mediações, como a apreensão da produção de sentido na comunicação articulada aos movimentos sociais, as diversas temporalidades, aos sentimentos de pertencimento e aos grupos sociais.

Endossamos o posicionamento de Bonin (2006) que na conjuntura atual, a mídia tem se destacado na conformação das memórias sociais e na representação da realidade (embora sua influência não seja determinante, pois ela disputa com outros agentes/instituições sociais pelo controle da memória), ao tornar suas interpretações/versões do passado dominantes nos quadros sociais.

Essa pesquisa ensejou contribuir com o campo da Comunicação trazendo pistas para entrever os processos de constituição/reelaboração/reordenamento da memória na recepção da ficção de audiovisual. Partimos da ótica da memória como lembrança, porém percebemos a necessidade de investigar a recepção sob o viés do esquecimento, considerando os uniformizadores e manipuladores da memória, que são reforçados pela mídia e excluem/rejeitam/negam a diversidade de construções sobre o passado.

7 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Natal: 2006. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/historia_a_arte_de_inventar_o_passado.pdf>. Acesso: 20 abr. 2013.
- ARAÚJO, Maristela Pereira de; PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues; NASCIMENTO, Francinilson Pereira Silva do; COSTA, Wanderlúcia Garcia. Memória da ditadura militar no sertão potiguar. In: LVIII Reunião Anual da SBPC, 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: SBPC, 2006. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/senior/RESUMOS/resumo_1235.html>. Acesso em: 22 fev. 2012.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúl Veda Dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.79, p. 95-111, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>>. Acesso: 20 ago. 2012.
- AMOR e Revolução. **Capítulos**. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br/amorerevolucao/capitulos/?c=23>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- A VERDADE sufocada. **A Difusão do Projeto Orvil**: download. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=737&Itemid=78>. Acesso: 28 fev. 2013.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Memória e História: as minisséries como restos do passado. FERNANDES, Marcio et al. (org.). **Fatos do passado na mídia do presente**: rastros históricos e restos memoráveis. São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/8f069e78e6bb470cb1ad9ca1718a6cb7.pdf>>. Acesso: 03 abr. 2013.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. 24.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BRANDÃO, Vera Maria A. Tordino. Os fios da memória na trama da cultura. **Portal do envelhecimento**, São Paulo, 1 set. 2010. Disponível em: <<http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/memorias/os-fios-da-memoria-na-trama-da-cultura.html>>. Acesso: 12 ago. 2012.
- CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**: Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BONDE. Novela do SBT corta cenas violentas. **Bonde**, Diversão e cultura, 2 maio 2011. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-2--1-20110502&tit=novela+do+sbt+corta+cenas+violentas>. Acesso em: 20 jul. 2012.

BONIN, Jiani Adriana. Memória familiar e recepção de telenovela. **Ciberlegenda**, Niterói, n.12, p.1-24, 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/273/158>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BONIN, Jiani Adriana. Mídia e memórias: delineamentos para investigar palimpsestos mediatizados de memória étnica na recepção. **Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v.8, n.2, p.133-143, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/3145/2955>>. Acesso: 28 fev. 2013.

BONIN, Jiani Adriana. Investigando memorias mediatizadas: construcciones teórico-metodológicas y constataciones. In: FERNÁNDEZ, Adrián Padilla; MALDONADO, Alberto Efendy (Orgs.). **Metodologías transformadoras: tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadanía e integración em América Latina**. Caracas: Fondo Editorial CEPAP: UNESR, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANT, Ana Clara. TV sai na frente: novelas e minisséries de época chamam a atenção do telespectador para a história do Brasil. **InterJornal**, Recife, Maceió, p.1, 12 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.interjornal.com.br/noticia.kmf?canal=141&cod=19773886>>. Acesso: 12 abr. 2013.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. **A Comissão da Verdade no Brasil: por quê, o que é, o que temos de fazer**. São Paulo: Núcleo de Preservação da Memória Política, 2010. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=17&sid=4>>. Acesso: 12 jul. 2012.

CAVALCANTI NETO, Manoel de Oliveira. **Padre João Maria**, Natal, 16 jan. 2010. Disponível em: <<http://nataldeontem.blogspot.com.br/2010/01/padre-joao-maria.html>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Disponível em: <<http://www.4shared.com/document/DRpLQFDS/Michel-de-Certeau-A-Escrita-Da.html?cau2=403tNull>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.

CONDORELLI, Antonino. Anistiados Políticos: A trajetória da luta pela reparação simbólica dos danos morais sofridos pelos cidadãos torturados durante a ditadura militar. In: **Tecido Social: Correio Eletrônico da Rede Estadual de Direitos Humanos – RN**, n.16, [s.l.], dez. 2003. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/tecidosocial/anteriores/ts016/anist_politic_traj_luta.htm>. Acesso: 18 ago. 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In : DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FANTON, Marcos. **Sujeito, sociedade e linguagem**: uma reflexão sobre as bases teóricas da pesquisa com narrativas biográficas. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/10064>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

FEITOSA, Sara Alves. Teledramaturgia de Reconstituição Histórica Estratégias na Produção de Efeito de Verdade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0802-1.pdf>>. Acesso: 8 set. 2011.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, Roland (et al.). **Análise estrutural da narrativa**. 7.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GOMÉZ, Guillermo Orozco. **Televisión y audiências**: um enfoque cualitativo. Distrito Federal, México: Universidad Iberoamericana; Madrid, Espanha: Ediciones de La Torre, 1996.

GUTFREIND, Cristiane Freitas; RECH, Nathalia Silveira. A Memória em construção: a ditadura militar em documentários contemporâneos. **Em Questão**, Porto Alegre, v.17, n.2, p.135-147, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/22056>>. Acesso: 5 abr. 2012.

GOULART, Michel. Dez torturas da Ditadura Militar. **História Digital**, 15 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.historiadigital.org/historia-do-brasil/brasil-republica/ditadura-militar/10-torturas-da-ditadura-militar/>>. Acesso: 12 mar. 2013.

GUTFREIND, Cristiane Freitas; RECH, Nathalia Silveira. A Memória em construção: a ditadura militar em documentários contemporâneos. **Em Questão**, Porto Alegre, v.17, n.2, p.135-147, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/22056>>. Acesso: 5 abr. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Edward T. A proxêmica e o futuro do homem. In: **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HANCIAU, Núbia Jacques. Ensaio: Confluências entre os discursos histórico e ficcional. In: BAUMGARTEN, Carlos Alexandre, CAMPELLO, Eliane Amaral (orgs.). **Cadernos literários**, Rio Grande, v. 5, p.1-13, 2000. Disponível em: <http://www.hanciau.net/arquivos/CADERNOSLITERARIOS2001-CONFLUENCIAS...pdf>. Acesso em 15 abr. 2013.

KLAPPER, J. T. Os efeitos da comunicação de massa. In: COHN, Gabriel. **Comunicação de massa e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMARÃO, Sérgio. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar > A Marcha da Família com Deus pela Liberdade. In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil** – FGV, São Paulo. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso: 29 jan. 2012.

LAZARSELD, P. F.; MERTON, R. K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, Gabriel. **Comunicação de massa e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, Lúcia Chiappini Moraes. **O foco narrativo: ou a polêmica em torno da ilusão**. 10.ed. São Paulo: Ática, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha. **Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade**. São Paulo: Summus, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org.). **Ficção televisiva transmidiática no Brasil: plataformas, convergências virtuais**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes. **Orvil: tentativas de tomada do poder**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/Alexmgm1914/orvil-completo>. Acesso: 15 mar. 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton de. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: USP Brasiliense, 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Comunicação, tempo, história**: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MEMÓRIA GLOBO. **Minissérie Anos Rebeldes**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-236796,00.html>>. Acesso: 15 abr. 2013. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **A instalação da Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade>>. Acesso: 16 mar. 2013.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da Ditadura no Brasil. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v.7, n.13, p.7-25, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.surjournal.org/index13.php>>. Acesso: 20 ago. 2012.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio D.; MOUILLAUD, Maurice (orgs.). **O jornal**. Brasília: UNB, 2002.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. Os efeitos dos meios de comunicação na pesquisa sobre seus efeitos. In: ESTEVES, Pissarra João. **Comunicação e Sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad.: KHOURY, Yara Aun. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n.10, São Paulo, dez. 1993.

OROFINO, Maria Isabel. Educação intercultural, mídia e mediações. In: **Revista Linguagem e cidadania**, ed.8, UFMS, 2002. Disponível em: <http://www.ufsm.br/lec/02_02/MariaIsabelLC8.htm>. Acesso: 06 ago. 2011.

PALLOTTINI, Renata. **Dramaturgia**: construção do personagem. São Paulo: Ática, 1989.

PAVAN, Maria Angela, OLIVEIRA, Dennis de. Identificações e estratégias nas relações étnicas na telenovela Da cor do pecado. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27, 2004, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/136195056859323442706365996831733950548.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/63231378/PESAVENTO-Sandra-Jatahy-Historia-Historia-Cultural>>. Acesso: 16 ago. 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.1-12, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso: 12 ago. 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso: 20 fev. 2013.

QUADRAT, Samantha Viz. **O direito à identidade:** a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. In: Fontes históricas, [s.l.], 2010. Disponível em: <<http://historianovest2.blogspot.com/2010/11/o-direito-identidade-restituicao-de.html>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

ROSSINI, Miriam de Souza. Perspectivas dos filmes de reconstituição histórica no cinema brasileiro dos anos 70. **Fênix:** Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, ano 6, v.6, n.4, p.1-14, out./dez. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/DOSSIE_04_Miriam_de_Souza_Rossini.pdf>. Acesso: 18 ago. 2012.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral.** 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOLARI, Carlos A. Hipermediaciones (o cómo estudiar la comunicación sin quedar embobados frente a la última tecnología de California) - Entrevista a Damián Fraticelli. In: **Revista Lis - Letra Imagen Sonido - Ciudad mediatizada.** Año III # 5. mar-Jun. 2010.

SESSÃO TV. **Amor e Revolução:** leia a sinopse da nova novela do SBT e outras informações. Disponível em: <<http://sessao.tv.br/2011/03/24/amor-e-revolucao-leia-a-sinopse-da-nova-novela-do-sbt-e-outras-informacoes/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação. In: SOUSA, Mauro W. **Recepção mediática e espaço público.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Jailson Pereira da. Um palimpsesto de imagens: dizeres sobre a ditadura no cinema. In: **Revista Eletrônica Tempo Presente**, abr. 2013. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5808:um-palimpsesto-de-imagens-dizeres-sobre-a-ditadura-no-cinema&catid=87:edicao-do-mes-de-setembro&Itemid=221>. Acesso em: 16 abr. 2013.

SILVA, Karina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Memória. In: **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_MEM%C3%93RIA.pdf>. Acesso: 28 fev. 2013.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia.** 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Denis (org.). **Sociedade Midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOARES, Murilo César. Representações e comunicação: uma relação em crise. **Líbero**: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, ano 10, v.10, n.20, p.47-56, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewDownloadInterstitial/4643/4367>>. Acesso: 18 ago. 2012.

SOUSA, Mauro Wilton de. Práticas de recepção mediática como práticas de pertencimento público. In: **Novos olhares**, São Paulo, n.3, 1999.

SOUSA, Rainer. **A ditadura e os EUA**. In: Brasil Escola, Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/a-ditadura-os-eua.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. Filmes sobre a ditadura como arquivos especiais do trauma: Batismo de sangue como filme-arquivo. **Ponto-e-vírgula**, São Paulo, n.6, p.78-92, 2009. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n6/artigos/pdf/pv6-08-marialuiza.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

SOUZA, Mauro Wilton de. Práticas de recepção mediática como práticas de pertencimento público. **Novos olhares**, São Paulo, n.3, p.12-28, 1999.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 11.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória**: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História, n.15, São Paulo, abr. 1997.

TRINDADE, Mauro. Amor e Revolução tem boa história e nenhuma dramaturgia. **Portal Terra**. 9 abr. 2011. Disponível em: <<http://diversao.terra.com.br/tv/novelas/39amor-e-revolucao39-tem-boa-historia-e-nenhuma-dramaturgia,73fcc63c8b15a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 8 jul. 2011.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

WAINBERG, Jacques Alkalai. O embate pelo controle da memória traumática brasileira. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 50-68, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/11499>>. Acesso: 20 mar. 2013.
História e ficção: a pretensão da verdade.

WINKIN, Yves. O telégrafo e a orquestra. In: _____. **A nova comunicação**. Campinas: Papirus, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Resumo dos capítulos de Amor e Revolução - 05 a 08 de Abril de 2011.

Capítulo 1: Fritz captura Carlo e Odete

Terça-feira, 05/04/2011

É 1964 e Nina Madeira está em esconderijo na mata com jovens e fala sobre a Revolução no Brasil. Eles discutem sobre a política brasileira. Homens encapuzados chegam, começam a atirar e jogam bomba no local. Nina consegue fugir pela mata, mas uma jovem é morta. José Guerra vai reconhecer o corpo da jovem, que é sua namorada Cléo. O delegado Aranha e o inspetor Fritz prometem encontrar os culpados. Desolado, José Guerra recebe o apoio da família. José diz ao pai, o General Lobo Guerra, que vai vingar a morte de Cléo. Maria Paixão faz discurso no qual apoia a reforma agrária no país. Thiago e Lúcia, pais de Maria, assistem às notícias na TV sobre uma possível Revolução no Brasil.

Em esconderijo no sítio, Jandira e Batistelli falam a respeito dos preparativos para a luta armada. Eles discutem sobre os ideais de liberdade e igualdade. Jandira diz que vai lutar ao lado de Batistelli. José Guerra conta ao pai, o General Lobo Guerra, que as notícias sobre o golpe militar correm pelo país. Na redação do Jornal, Thiago, Dra. Marcela, Marina e Mário conversam sobre o caos político que o Brasil se encontra. Os quatro falam sobre o poder da imprensa numa época tão obscura. José diz ao irmão, Filinto, que prefere romper com o pai e o irmão a participar do golpe militar. Maria Paixão comunica à família que vai para o Rio de Janeiro participar de uma assembleia ao lado de estudantes.

A jovem quer lutar por seus ideais. O General Lobo Guerra pede ao filho, José Guerra, que também vá ao Rio de Janeiro à paisana para apurar informações sobre o Movimento Revolucionário Brasileiro. No Jornal, Dra. Marcela recebe telefonema anônimo sobre ameaça de bomba. Nina conta a Duarte o que passou na mata. Ela está em pânico, pois foi a única sobrevivente da chacina. Artistas do grupo de teatro prometem combater o golpe militar. O Coronel Demóstenes é assassinado pelo Tenente Telmo. O General Lobo Guerra acoberta o crime. O sítio em que Jandira e Batistelli estão escondidos é cercado por policiais. Jandira foge e Batistelli troca tiros com os militares. Considerados subversivos, Carlo e Odete planejam fuga da cidade. O casal despede-se das filhas Alice e Lara.

Fritz, um militar torturador, persegue o casal. Mário e Maria Paixão estão na Assembleia da UNE. José Guerra chega à paisana e diz para os estudantes saírem do local, pois os policiais cercaram o prédio. Maria e José se encontram pela primeira vez. José a protege de bomba de gás lacrimogêneo. O Delegado Aranha fecha o cerco contra Batistelli, que consegue se esconder. Fritz captura Carlo e Odete e os algema. As filhas do casal são levadas pelos militares. Jandira é perseguida na mata pelos policiais, que estão fortemente armados. O Jornal recebe confirmações de morte por telefax de vários lugares do Brasil. Filinto leva as garotas Lara e Alice, filhas de Odete e Carlo, para sua casa. Carlo e Odete são levados para a sala de tortura.

Capítulo 2: Olivia acolhe Lara e Alice

Quarta-feira, 06/04/2011

José Guerra conta a Maria Paixão e Mário que os militares venceram e que Jango fugiu. Maria diz que nunca vai deixar de resistir. Odete e Carlo passam a ser torturados psicologicamente para revelar o que sabem. Jandira e Batistelli se reencontram e saem do sítio. Filinto leva as duas meninas para casa. Olivia acolhe Lara e Alice. Carlo passa a ser fortemente torturado pelos militares. O General Lobo Guerra repreende Filinto por ter levado

Lara e Alice para a mansão da família Guerra. José Guerra pede o número de telefone de Maria Paixão. Na redação do Jornal, indignada, Dra. Marcela lê baixa de civil. Marina, dona do Jornal, aconselha Thiago a se cuidar, pois ele foi membro do partido Comunista. Dra. Marcela pergunta a Marina se ela sente algo por Thiago.

Idealista, Nina diz aos integrantes do grupo de teatro que a única solução é partir para a luta armada. Carlo é colocado na cadeira do dragão, instrumento de tortura. Delegado Aranha diz que é a última chance que Carlo tem para falar algo sobre o Movimento Revolucionário. Odete começa a gritar desesperada ao ver o marido em tal situação. Jandira e Batistelli chegam à casa de Lúcia, mãe de Maria Paixão, mulher de Thiago. Os dois pedem ajuda. Thiago diz que é perigoso os dois ficarem em sua casa. Lúcia entrega dinheiro para Jandira e Batistelli fugir. Mário pergunta a Maria Paixão se ela ficou interessada no suposto João Mariano.

Mário desconfia de que o suposto José Mariano é um militar infiltrado. Jandira e Batistelli deixam a casa de Lúcia e Thiago. O médico do exército, Dr. Ruy, examina Carlo. Odete implora para o médico salvar seu marido, que vai para o hospital. Maria fala para os estudantes que os militares deram o golpe, mas ela afirma que eles não podem deixar de resistir. Os policiais chegam no momento e alguns estudantes são espancados. Carlo entra em convulsão por conta dos choques elétricos.

Capítulo 3: Fritz tortura Odete.

Quinta-feira, 07/04/2011

Maria se esconde. José a encontra. Ela acusa José de ser um militar infiltrado. Dr. Ruy diz a Telmo e Fritz que eles pegaram pesado com Carlo. Odete está em desespero. Olivia acusa Filinto e o General Lobo Guerra de formação de grupo de extermínio. Maria e José lutam contra policiais. No Jornal, Lúcia flagra Thiago abraçado com Marina. Fritz faz tortura psicológica com Odete. Lúcia tem uma crise de ciúmes e discute com Thiago.

Fritz coloca Odete em cadeira do dragão, instrumento de tortura. Ana e Olivia desconfiam que os pais de Alice e Lara estão mortos. Fritz tortura Odete e pergunta onde os comunistas estão preparando a guerrilha. José revela a Maria que é de uma família de militares. Eles conversam sobre a política, o golpe e a ditadura militar. Maria insiste em saber qual o trabalho de José Guerra. Ele é evasivo. Jandira, Batistelli e Bartolomeu são perseguidos por policiais em estrada.

Capítulo 4: Policiais e guerrilheiros trocam tiros.

Sexta-feira, 08/04/2011

Lúcia pergunta a Thiago se ele sente algo por Marina. Jandira, Batistelli e Bartolomeu lutam contra policiais. Olivia diz para Lara e Alice que vai descobrir o que aconteceu com os pais delas. Militar aponta arma contra Jandira. Policiais e guerrilheiros começam a trocar tiros. Bartolomeu é atingido no ombro. Delegado Aranha e Tenente Telmo torturam Carlo no hospital das Forças Armadas. Eles fazem perguntas sobre as organizações de guerrilha e também sobre Batistelli. Odete revela a Fritz os nomes de Jandira e Batistelli. Fritz aterroriza a moça e comete atrocidades contra ela.

Odete é colocada na cadeira do dragão, instrumento de tortura, e leva vários choques seguidos. Filinto ameaça Olivia de morte. Delegado Aranha e Tenente Telmo aterrorizam Carlo. Eles querem que ele fale onde está Batistelli. Fritz joga água em Odete e em seguida dá choques. Maria diz a José que está disposta a tudo para lutar pela democracia. Mesmo sob tortura, Carlo não diz nada a Aranha e Telmo. Bartolomeu está sangrando e a bala está alojada em seu ombro. Chico Duarte promete fazer Miriam a atriz mais famosa do Brasil. Fritz afoga

Odete para tentar descobrir algo sobre o Movimento Revolucionário. Ela resiste e não diz nada.

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista

Aluna: Ana Karoliny Martins Ernesto

Orientadora: Angela Pavan

1 Identificação

Obs.: os tópicos 1 e 2 foram utilizados na entrevista sobre a história de vida do entrevistado. Outras questões foram acrescentadas conforme o assunto abordado por ele mostrava-se relevante aos objetivos de pesquisa.

- 1) Qual é seu nome completo?
- 2) Qual a sua profissão e sua idade?
- 3) Nome da esposa e filhos.
- 4) Escolaridade.
- 5) Qual é a origem da sua família? (De que região do Brasil você é?)
- 6) O senhor (a senhora) tem irmãos? Quantos eram na sua casa (pai, mãe, irmãos, agregados)?
- Além de seus pais, alguém mais ajudou a criar você?
- 7) Você (e seus irmãos) nasceu (nasceram) aqui em Natal ou vieram para cá?
- Qual a data do seu nascimento?
- Porque motivo vocês se mudaram?

2 Ditadura e participação no grupo

- 1) Quantos anos o senhor(a senhora) tinha em abril de 1964, no início da ditadura?
- 2) O senhor tinha ciência do que estava acontecendo? Como você se sentiu?
- 3) Como as pessoas próximas ao senhor se sentiram?
- 4) O senhor lembra como foi a reação das pessoas aqui em Natal, nesse período?
- 5) Assim que ocorreu o golpe, o senhor(a senhora) percebeu alguma mudança no cotidiano das pessoas aqui em Natal?
- 6) Naquele momento, o senhor (a senhora) já participava de algum grupo/movimento político?
- 7) Como e porque você entrou na luta contra a ditadura?
VER a que grupo da militância o entrevistado era ligado. Observar se ele responde diretamente às questões abaixo.
- Participou da guerrilha? Movimento estudantil? Sindicalismo? (etc).
- Qual foi o seu primeiro contato com o grupo?
- O que sabia sobre o grupo?
- Fale de acontecimentos que você relaciona com seu interesse em fazer parte do movimento político contra a ditadura.
- Descreva como foi esse processo de entrada no grupo.
- O senhor já era casado/tinha algum relacionamento nesse período? Já tinha filhos?

- 8) Alguém te incentivou a pertencer a este grupo? (Família, amigos, universidade, trabalho).
- 9) Houve alguma influência da sua família para que você participasse da militância?
- (*Ou se*) Seus pais e namorada/esposa te apoiaram quando você resolveu ser ativista na luta contra a ditadura?
- 10) Quais eram os ideais e os objetivos do grupo?
- Naquela época você tinha essa consciência do que era estar na militância contra a ditadura (do significado/papel da esquerda)?
- 11) Como o grupo agia?
- 12) Como era a sua atuação no grupo? Quais eram suas expectativas?
- 13) O que significava ser de esquerda na época e o que significa agora?
- 14) O que é participar de um GRUPO?
- 15) Em sua opinião, quais os piores momentos da ditadura aqui em natal?
- *Como as pessoas se manifestaram.*
- 16) Quais as maiores dificuldades que você enfrentou?
- Fazer parte de um movimento contra a ditadura afetou de algum modo sua família (esposa e filhos) De que modo?
- Onde e quais eram os lugares de tortura (“DOPs”) aqui de Natal?
- Você conseguiu passar para seus filhos esse comprometimento com os problemas do Brasil?
- 17) Você foi acolhido/ajudado por alguém?
- 18) E os maiores conflitos?
- 19) Você pensou em desistir? Por quê?
- 20) Que tipo de mudanças foram mais marcantes para você, neste processo?
- (1) se tivesse que se ver antes (no lugar onde morava e seus sonhos) e agora (o lugar que lutou para conseguir). Me conte sobre estas mudanças.
- 21) Atualmente, você mantém contato com alguma dessas pessoas?
- 22) Qual a sua posição política, hoje?
- 23) O que você aprendeu de novo com essa experiência?
- 24) Você acha que essas escolhas na sua vida fizeram você diferente? Por quê?
- 25) E você continua “em movimento”? Por quê?

Bate-bola

Fale-me sobre:

- 1) Partido Comunista e a militância.
- 2) Movimento estudantil.
- 3) Participação da mídia (rádio, jornais, e depois, a TV) – grupos que apoiaram a ditadura e que foram contra.
- 4) Cenário, cenas, fatos / episódios que marcaram esse período aqui em Natal (lugares, datas, fatos de relevância, pessoas envolvidas).

3 História com os meios de comunicação e uso da TV

Obs.: roteiro utilizado no quarto encontro.

- 1) Qual foi o seu primeiro contato com algum meio de comunicação (jornal, rádio, TV)?
- 2) Na casa dos seus pais, qual meio de comunicação era mais usado?
 - Seu pai e sua mãe gostavam de ouvir algum programa de rádio(rádio-novela ou jornal, por ex.)?
 - Seus pais gostavam de ler alguma coluna de jornal?
- 3) Que acesso você tinha a esses meios?
- 4) Atualmente, quais meio de comunicação você utiliza e pra quê? (lazer, informação, ambos)
- 5) Tem algum programa que você costuma assistir/ouvir (ou algum jornal que costuma ler)?
 - Qual?
 - Quantas vezes por semana?
- 6) Você assiste televisão?
 - Qual a frequência?
 - Quanto tempo gasta com TV?
 - O que prefere/gosta de ver?
 - O que costuma ver na TV? (esportes, noticiários, novelas etc.)
 - Você costuma assistir em algum horário específico?
 - Assiste sozinho ou com a família, amigos?
 - Quem escolhe o(s) programa(s) a ser(em) visto(s)?
 - Em que lugar da casa, você costuma ver TV?
 - Conversa ou discute sobre programas, com amigos, família, vizinhos?
- 7) Qual o papel (a importância) da TV na sua vida?

4 Telenovela e Amor e Revolução

Obs.: essas questões eram tratadas no último encontro depois de assistir o capítulo. Foram dispostas fotos com os nomes dos personagens para facilitar a identificação deles por parte dos entrevistados.

- 1) Você assiste/já assistiu alguma novela?
 - Está acompanhando alguma (esporadicamente? Qual a frequência?)?
 - Fale de alguma(as) novela(as) que já viu/gostou.
- 2) Antes da pesquisa, você já tinha ouvido falar de Amor e Revolução?
 - Já tinha assistido algum capítulo ou depoimento?
 - Acompanha a novela?
 - Que impressão você teve quando viu pela primeira vez?
 - Porque não continuou assistindo?
- 3) Acompanhando esses capítulos com a pesquisa, como você se sentiu?
- 4) O que você achou de Amor e Revolução?
 - O que você achou dos personagens e das cenas?
- 5) Algum(ns) personagem(ens) te chamou atenção?
 - Qual/quais?
 - Por quê?
 - O que você achou do personagem tal? Por quê? (*que atitudes do personagem o entrevistado cita para justificar a opinião dele*).
 - Você se identificou com algum personagem/situação? Por quê?

- 6) Alguma cena te chamou mais atenção? Por quê?
- 7) Algum depoimento (fala) te chamou atenção? Por quê?
- 8) Alguma situação da telenovela (cena/personagem) te lembrou de algum fato da sua vida?
- 9) Em sua opinião, algum personagem (suas atitudes e posicionamento na novela) representou/representa os valores do grupo que você participou? Por quê?
- 10) Você mudaria algo (na história) em Amor e Revolução?
- 11) Como você acha que deveria ser a telenovela?